

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM, CULTURA E IDENTIDADE**

**“AQUI O BRASIL É PARAGUAI, O PARAGUAI É BRASIL” LITERATURA E
FRONTEIRAS IDENTITÁRIAS**

CELSO GARCIA PAULA JUNIOR

**FOZ DO IGUAÇU
2012**

CELSO GARCIA PAULA JUNIOR

**“AQUI O BRASIL É PARAGUAI, O PARAGUAI É BRASIL” LITERATURA E
FRONTEIRAS IDENTITÁRIAS**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Linguagem, Cultura e Identidade.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Coeli Machado e Silva.

**FOZ DO IGUAÇU
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Campus de Foz do Iguaçu – Unioeste
Ficha catalográfica elaborada por Miriam Fenner R.Lucas – CRB-9/268

P324 Paula Junior, Celso Garcia
“Aqui o Brasil é Paraguai, o Paraguai é Brasil” literatura e fronteiras identitárias / Celso Garcia Paula Junior. – Foz do Iguaçu, 2012.
107 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Coeli Machado e Silva.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste Paraná.

1. Literatura brasileira comparada. 2. Silva, Deonísio da, 1948- - Obras - Interpretação. 3. Brasil - Paraguai - Relações interpessoais. 4. Fronteiras. 5. Interdisciplinaridade. I.Título.

CDU 869.0(81).091
316.472.3(81:892-04)

CELSO GARCIA PAULA JUNIOR

**“AQUI O BRASIL É PARAGUAI, O PARAGUAI É BRASIL” LITERATURA E
FRONTEIRAS IDENTITÁRIAS**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Interdisciplinaridade e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Interdisciplinaridade com ênfase em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível Mestrado, área de Concentração em Linguagem, Cultura e Identidade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Aurélio de Oliveira
Universidade Estadual do Mato Grosso
Membro efetivo

Prof. Dr. Maria Elena Pires dos Santos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Membro Efetivo

Prof. Dra. Regina Coeli Machado e Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Orientadora

Foz do Iguaçu, 03 de abril de 2012.

À Simone Pereira Amaral (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que participaram direta ou indiretamente para a elaboração de tal trabalho e pela convivência nesses dez anos de meus estudos na Unioeste:

Aos professores do Programa Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste, em especial à minha orientadora Profa. Dra. Regina Coeli Machado e Silva, pelo engrandecimento intelectual em suas aulas e orientações, além da extrema dedicação em sua carreira docente como professora da Unioeste;

Ao coordenador do Programa, Ivo José Ditrich, exemplo de como a ascensão intelectual pode conviver harmonicamente com a humildade;

Ao corpo docente do curso de Letras da Unioeste, pelo incentivo intelectual, em especial a professora Me. Conceição de Souza Licurgo;

À minha mãe, Maria Helena Oliveira Paula, pela paciência, perseverança e dedicação na formação do meu caráter.

Aos meus amigos do período em que estive na Unioeste e cuja amizade continuará: Ivan Meira, Jean Bresolin e Maria Cristina Mussinato França.

Aos funcionários da Biblioteca Universitária da Unioeste, não apenas por terem sido meus colegas de trabalho no período em que trabalhei como estagiário por quase três anos, mas pelo profissionalismo e dedicação no trabalho: Mirian Ferner Ruas, Fabiana Amarante e a simpática, sorridente e amiga Raquel Carbonera.

Aos funcionários da Unioeste – campus Foz do Iguaçu – em especial ao Osmar Mendes pela simpatia e entendimento de minhas piadas sem graça; ao Ivo Franzen e nossas conversas extra-acadêmicas; à Vânia do Valle, sempre prestativa e eficiente na secretária de Mestrado e à Maria Aparecida do Nascimento (Cidinha), colega de sala, exemplo profissional e de fino trato com as pessoas, provando que educação se consegue com humildade e simplicidade e não com excesso de títulos constantes no currículo *lattes*.

Aos meus mais de 200 alunos que tive nas seis edições do Cursinho Pré-Vestibular da Unioeste, em especial ao Robson Alarcon, colega de curso e de trabalho, Kary Vanini Cassenote, exemplo de dedicação e perseverança nos estudos e Andressa Shimidt pela simpatia, inteligência e sabedoria.

A Deus acima de tudo, por me permitir agradecer verdadeiramente.

O deus que protege as fronteiras, Hermes, apresenta características bem particulares. Deus móvel, múltiplo, rompe-muralhas, guardião das portas [...], mestre das entradas e guia dos viajantes, testemunha dos acordos, dos contratos, das trevas e dos juramentos, Hermes é, também, um embrulhador de pistas e o condutor das almas aos infernos. Hermes é o deus das passagens, da ultrapassagem dos limites mesmo quando ele simboliza a permanência deles (Leenhardt *apud* Albuquerque, 2010, p. 33).

RESUMO

A presente dissertação discute as fronteiras identitárias encontradas na obra *Avante soldados: para trás* (1992), de Deonísio da Silva. Para isso fizemos uma abordagem interdisciplinar ao buscar em teóricos de outros saberes além do literário, principalmente oriundos da história e da antropologia, elementos que contribuem para o aparecimento ou omissão dessas fronteiras, tal como o conflito e a interação entre os indivíduos. Contextualizamos o conflito trazido na ficção, a Guerra do Paraguai, e algumas reflexões sobre o papel da identidade dos representantes coletivos.

Palavras-chave: literatura, fronteiras identitárias, interdisciplinaridade.

RESUMEN

Esta tesis analiza las fronteras de la identidad que se encuentran en la novela *Avante soldados: para trás* (1992), de Deonísio da Silva. Para ello buscamos un enfoque interdisciplinario en el conocimiento teórico más allá del literario, sobre todo de la historia y la antropología, los elementos que contribuyen a la aparición o la omisión de dichas fronteras, como los conflictos y la interacción entre los individuos. Contextualizamos el conflicto traído en la ficción, la guerra del Paraguay, y algunas reflexiones sobre el papel de la identidad colectiva de sus representantes.

Palabras clave: literatura, las fronteras de la identidad, interdisciplinaria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A literatura e suas diversas “vozes”	13
1.1 O autor	16
1.2 O romance, o tema e os personagens.....	27
1.3 As diversas vozes em <i>Avante soldados: para trás</i>	37
2 A literatura e suas aproximações	44
2.1 A literatura além das demais fronteiras	45
2.2 Muitas “histórias” por trás da História	49
2.3.1 Aliados, “pero no mucho”: A Tríplice Aliança	62
2.3.2 Aliados, “pero no mucho”: O Mercosul	64
3 “Aqui o Brasil é Paraguai, o Paraguai é Brasil”	68
3.1 Identidade e formas de classificação	68
3.2 Unidade e diversidade	83
3.3 Identidade e conflito	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	105

INTRODUÇÃO

Escrever sobre fronteiras identitárias na ficção foi um exercício que aliou a curiosidade do pesquisador com o prazer pela literatura. Natural de uma cidade fronteiriça, como é Foz do Iguaçu, onde convivem diversas etnias, e com divisa entre dois países importantes historicamente na América do Sul (Argentina e Paraguai), o tema fronteira sempre esteve presente em meu imaginário, principalmente nos momentos de deslocamento aos países vizinhos. O que o paraguaio pensa do brasileiro e vice-versa é uma indagação comum para aqueles que vêm e vão de ambos os países.

Quando era acadêmico da primeira turma do curso de Letras Português-Inglês da Universidade do Oeste do Paraná – campus Foz do Iguaçu –, em uma das aulas de Literatura do professor Ildo Carbonera no ano de 2002, foi-nos sugerida a leitura da obra do escritor catarinense Deonísio da Silva, *Avante soldados: para trás* e, ao lê-la, pude perceber a riqueza de elementos contidas nela, dentre eles, o enfoque de duas nacionalidades comuns em minha cidade natal: o brasileiro e o paraguaio.

Ao ingressar na primeira turma do Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras em 2010 e no cumprimento dos créditos, percebi, com as novas teorias assimiladas, a possibilidade de estudar na dissertação de mestrado aquilo que há muito me despertava interesse: as fronteiras identitárias aliadas à ficção literária.

Com a orientação da professora Regina Coeli Machado e Silva, tive contato com grande embasamento teórico, contribuindo para a elaboração desta dissertação. Como o Programa de Mestrado possui um caráter interdisciplinar, a literatura nos propiciou a efetivação de um trabalho, por si só interdisciplinar, pois, em grandes obras literárias, a exemplo do *corpus* escolhido, observamos elementos sociais de interesse de diversos saberes, como o histórico e o antropológico.

Pelo fato do romance focar um acontecimento histórico ao mesmo tempo em que fornece pistas de representações identitárias, foi necessário um diálogo interdisciplinar entre áreas diferenciadas do saber, conforme sugeriu Vasconcelos: “As práticas inter-, por sua vez, são entendidas aqui como promovendo mudanças estruturais, gerando reciprocidade, enriquecimento mútuo, com tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados” (2002, p. 111). Além disso, Casanova explica ser a interdisciplina uma das soluções oferecidas a um problema profundo como a unidade do ser e do saber, ou ainda, das ciências, das técnicas, das artes, das humanidades com o conjunto cognoscível da vida e do universo (2003, p. 13). Dessa maneira, para o aprofundamento das discussões levantadas

em relação às fronteiras identitárias na ficção, foi necessário recorrer a referenciais além da esfera literária. Contudo, como nossa dissertação abordou essa temática e não a interdisciplinaridade em si, não nos detemos nessa questão, pois a pesquisa foi a tentativa de uma prática interdisciplinar.

A escolha da obra ocorreu por seu conhecimento prévio e o contexto integracionista vivenciado na América do Sul, principalmente com o fortalecimento do Mercosul, assinado em 1991, e a parceria de Brasil e Paraguai em projetos mútuos, a exemplo da construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Países que se confrontaram diretamente no episódio enfocado na narrativa conhecida como “A Retirada da Laguna”, ocorrida na Guerra do Paraguai, se colocam como aliados. Essa constatação nos fez buscar, na própria obra de Silva, fenômenos por meio dos quais conceitos como inimigos e aliados são mutáveis e dinâmicos, conforme pode ser observado na última seção do segundo capítulo, quando são expostos alguns pontos do processo de integração na América do Sul.

Concordamos com posições como a de Facina (2004) e Candido (1985), ao acreditar ter a literatura uma ligação direta com a sociedade de onde a obra surgiu. O contexto de publicação de *Avantes soldados: para trás* (1992) vivenciava acontecimentos políticos e históricos de grande relevância como a assinatura do Tratado do Mercosul. Para os conhecedores da história do continente sul-americano, um acordo econômico desenvolvimentista entre os países envolvidos na maior guerra ocorrida em continente americano poderia parecer irônico, contudo, observando outras situações geopolíticas como a consolidação da União Europeia que coloca lado a lado países rivais em guerras mundiais (França e Alemanha), esse movimento de aproximação na América do Sul não causou estranheza, pois, da mesma maneira que as fronteiras entre países podem mudar, as parcerias entre os mesmos também são dinâmicas.

O ficcionista, embora seja um artista das letras com liberdade relativa para suas criações literárias, está imerso em um contexto social, e, geralmente, este influencia suas produções. Ao ter como pano de fundo um acontecimento histórico, o escritor não pode “inventar” fatos de maneira leviana, pois suas reflexões devem ser verossimilhantes, ou seja, ter ligação com a realidade. Além disso, para sua obra ter uma boa receptividade entre os leitores e a crítica literária, é necessário que o escritor venha a responder as expectativas do público leitor e da crítica literária.

Eventos de caráter histórico-político e social como o fato de países sul-americanos inimigos da Guerra do Paraguai, como Brasil e Paraguai, tornarem-se *hermanos* em prol do desenvolvimento regional nos faz refletir a sociedade e as múltiplas relações existentes nela e

entre elas, e, motivam novas produções literárias, como a de Silva. Em seu romance, há várias nacionalidades em posição de oposição e cooperação, dependendo das situações de suas personagens. Temos personagens como o francês “francês” contribuindo para as estratégias do exército brasileiro; brasileiros como o comandante Camisão e seus soldados; paraguaios como Mercedes e Urbietta; sem referir os uruguaios e argentinos, pouco mencionados no romance, além dos povos indígenas.

Estudar atentamente o romance *Avante soldados: para trás*, contribuiu para vermos o caráter dinâmico da identidade. Personagens como o coronel Camisão e Mercedes, pertencentes a nacionalidades oponentes no conflito, eram inimigos e, ao mesmo tempo, amantes. O padre Landell, além de ser religioso, era um inventor, e frei Mariano, após ser sequestrado pelo exército paraguaio, muda de lado, tornando-se informante e aliado dos inimigos das tropas brasileiras. Ou seja, as classificações sociais existentes e respeitadas eram desconstruídas na narrativa.

Dessa maneira, a dissertação teve como principal objetivo estudar a construção de fronteiras identitárias na ficção literária, e como objetivos específicos, a análise desse tema na obra *Avante soldados: para trás*, adotando uma abordagem interdisciplinar, dialogando com estudos oriundos principalmente da história e antropologia.

A dissertação foi estruturada em três capítulos com três seções cada.

No primeiro capítulo, intitulado “A literatura e suas diversas vozes”, buscamos explorar a ligação entre literatura e sociedade e como esta influencia a criação da primeira. Na seção “O autor”, expomos alguns estudos sobre autoria, encontrados em Chartier (1999), Bakthin (2006) e Foucault (2005), além de trazer dados da biografia de Deonísio da Silva, sua produção intelectual e motivos que levaram ao reconhecimento internacional da obra utilizada neste estudo. Na seção seguinte, nomeada de “O romance, o tema e as personagens” foram explorados alguns dos aspectos encontrados na ficção, bem como características dos principais personagens. Na seção final intitulada de “As diversas vozes em *Avante soldados: para trás*”, recorremos a estudos de Barros e Fiorin (1999) e suas explicações sobre polifonia; a noção de dialogismo explorada por Bakthin (2006); de intertextualidade, em Kristeva (2008); a correlação existente em diversas obras, em Foucault (2005), e semelhanças entre a obra de Silva e a de Alfredo de Taunay (2005) ao abordarem o mesmo evento.

O segundo capítulo “A literatura e suas aproximações” teve como principal objetivo discutir as aproximações entre história e literatura, pelo fato da obra de Silva ter como pano de fundo um evento histórico. Na primeira seção desse capítulo, intitulada de “A literatura além das demais fronteiras”, são feitas algumas reflexões sobre aproximações e

distanciamentos entre a literatura e a história, com o auxílio de teóricos como Umberto Eco (1994) e o estudo de Cruz (2007). Na segunda seção, foram abordadas noções sobre fronteiras encontradas em Albuquerque (2010), bem como pesquisas sobre soberania e Estados-Nacionais e reflexões do Brasil enquanto nação, em Machado (1980). Recorremos também a pesquisas sobre a Guerra do Paraguai abordadas em Doratioto (2002), Pomer (1980), Chiavenatto (1979) e no trabalho de Michel (2008). Na última seção, intitulada de “Aliados *pero no mucho*: A Tríplice Aliança” e “Aliados *pero no mucho*: O Mercosul” são observadas a dinâmica por trás de conceitos como aliado/inimigo, principalmente pelo fato de países oponente na Guerra do Paraguai terem se colocado como parceiros em acordos de cooperação, a exemplo do Mercosul. Para isso, foram utilizados estudos de Menezes e Filho (2006), Magnoli (1997) e Matias (2005).

O terceiro capítulo “Aqui o Brasil é Paraguai, o Paraguai é Brasil” objetiva o estudo das fronteiras identitárias. Na primeira seção, intitulada de “Identidade e formas de classificação”, retomamos conceitos sobre identidades, fronteiras e formas de classificação, pesquisadas por Mauss e Durkheim (2001), bem como o conceito de fronteiras e seu valor simbólico, estudado em Bourdieu (2008) e fronteiras étnicas, analisadas por Barth (1998 e 2000). Alguns temas sobre o Brasil auxiliam a discussão da imagem que se tem deste país como o faz Damatta (2001) e o percurso histórico dessas imagens, em Holanda (1995) e Doratioto (2002). Na segunda seção, chamada de “Unidade e diversidade”, dialogamos com os historiadores Doratioto e Holanda, ao traçarmos diferenças e semelhanças entre as duas nacionalidades em conflitos na narrativa de Silva, e, na terceira, “Identidade e conflito”, retomamos elementos abordados por Bourdieu e Barth. As três seções estudam elementos ligados a fronteiras identitárias e como elas podem ser observadas no romance *Avante soldados: para trás*.

De todo jeito, acho, de minha parte, que são sempre as línguas venenosas as que melhor descrevem o mundo, ainda mais quando se ocupam em narrar as astúcias dos homens e suas insólitas maneiras de viver (SILVA, 1992, p. 49).

Neste capítulo, apresentaremos a relação recíproca entre a literatura e seu contexto de criação. Para isso, ele foi dividido em três seções. Na parte introdutória foram utilizados apontamentos feitos por Facina (2004) e Candido (1985). Na seção “O autor” discutimos o papel do autor na obra literária como analisaram Bakhtin (2006) e Chartier (1999) e a noção de discurso, em Foucault (2005). Na seção referida, apresentamos Deonísio da Silva, algumas de suas obras e o romance estudado nesta dissertação, bem como expomos o tema e as características de algumas das personagens. Na seção final, intitulada de “As diversas vozes em *Avante soldados: para trás*”, são exploradas algumas noções de polifonia, encontradas em Barros e Fiorin (1999); dialogismo, em Bakhtin (2006); a influência de outras obras numa obra literária, em Foucault (2005); a noção de intertextualidade, em Kristeva (2008) e correlações entre a obra de Silva e a de Alfredo de Taunay (2005).

Ao abriremos uma obra literária, observamos nela características que a faz ser considerada como tal, ou seja, ela tem elementos considerados fundamentais, como o enredo, o narrador, as personagens, o cenário em que se desenvolve a trama, ações e mudança ou conservação de situações. Esses componentes estão intimamente ligados na prosa contemporânea ao contexto social.

Segundo Adriana Facina, literatura é o conjunto de escritos, geralmente ficcionais, que passou por um processo de autonomização (capacidade do escritor “prender” seu leitor à sua obra). As formas podem ser variadas: crônicas, romances, poesias, peças teatrais etc. Mas há em comum, nessas diferentes formas, o fato de que seus autores são considerados escritores, isto é, um tipo específico de intelectual, cujo trabalho envolve necessariamente a preocupação estética com a linguagem. Seja um defensor da “arte pela arte”, mais preocupado com a experimentação formal do que com a transformação da sociedade, seja um autor engajado, que vê na sua obra um instrumento para modificar seu contexto imediato, ambos veiculam ideias, valores e opiniões através de um tipo de escrita em que forma e conteúdo são indissociáveis (FACINA, 2004, p. 8/9).

Além disso, observamos em alguns comentários sobre obras literárias, expressões como “a obra reflete o contexto do século ‘x’” ou, “o livro do escritor retrata os anos ‘y’”. Assim, o escritor teria uma atitude passiva de descrever o que ocorre, como se fosse um fotógrafo ou retratista. Contudo, Facina traz à luz essa questão, ao problematizar a “teoria do

reflexo”, interpretando alguns estudos de Raymond Willians, em que há a substituição da ideia de reflexo pelo conceito de mediação. Esse conceito aponta para o fato da realidade social não estar refletida diretamente na arte, pois passa por um processo que altera seu conteúdo original. Dessa maneira, Facina explica:

[...] Pode-se dizer que a literatura não é espelho do mundo social, mas parte constitutiva desse mundo. Ela expressa visões de mundo que são coletivas de determinados grupos sociais que as formulam, mas são também elas mesmas construtoras dessa experiência. Elas compõem a prática social material desses indivíduos e dos grupos sociais aos quais eles pertencem ou com os quais se relacionam. Nesse caso, analisar visões de mundo e idéias transformadas em textos literários supõe investigar as condições de sua produção, situando seus autores histórica e socialmente (Ibidem, p. 25).

Se a obra de arte, segundo Raymond Willians e Adriana Facina, não é um reflexo passivo da realidade veiculada pelo autor e sim uma construção, produto de um processo que altera de maneira ativa seu conteúdo original, a ficção permite ao escritor expor sua visão crítica acerca de diversos acontecimentos e auxilia o leitor na compreensão da sociedade.

Quando se depara com uma obra literária que traz eventos históricos, após sua leitura, o leitor é capaz de refletir sobre determinados acontecimentos com outras percepções das que possuía anteriormente.

Ainda em relação à correlação entre literatura e sociedade, Facina aborda estudos de Lucien Godmann onde ele expõe que a criação literária não é construída por um indivíduo isolado, mas influenciada pela coletividade:

Assim como a arte não é algo destacado da prática social, as visões de mundo veiculadas por meio da criação literária não são elaborações de um indivíduo isolado. Elas são compartilhadas e referidas a grupos sociais mais amplos e, nesse sentido, são coletivas. Um autor importante nessa argumentação é Lucien Goldmann. Para ele, o verdadeiro sujeito da criação literária é o sujeito coletivo, pois este expressa as necessidades e a consciência empírica de um grupo ou classe social, captando as “estruturas significativas” do processo histórico (Ibidem, p. 32/33).

Com isso, Goldmann identifica a necessidade de se adotar uma perspectiva da criação artística que procure não coisificá-la ou torná-la uma esfera distinta e isolada das outras atividades humanas. Se a visão de mundo de um indivíduo é elaborada como parte de sua experiência compartilhada socialmente, o que é transformado em literatura é algo construído coletivamente.

A sociedade é de suma importância para obras literárias que exploram eventos históricos, pois elas tendem a valorizar aspectos das representações coletivas e com isso, pode

nos vir a seguinte indagação: como a literatura ou uma obra de arte é influenciada pela sociedade?

Na obra de Antonio Candido são fornecidas algumas pistas para responder essa pergunta. Para ele, a obra de arte depende da ação de fatores como o meio, expresso na obra em graus diversos de sublimação, e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e receptores de arte (CANDIDO, 1985, p. 20/21).

Assim, a obra literária tende a expressar valores sociais ligados ao contexto de sua criação ou a eventos que trazem um determinado acontecimento a novas discussões. Ao mesmo tempo, ela contribui para o indivíduo ver a si mesmo como um representante coletivo e compreenda melhor o meio em que vive e os contextos passados não vivenciados por ele.

Quando uma obra de arte enfoca eventos históricos como a Guerra do Paraguai, isso não quer dizer necessariamente que o escritor tenha lembranças daquele evento ou o tenha vivenciado, mas um fato pode ter feito ele buscar novos elementos para problematizá-lo e, com sua originalidade, recriá-lo ficcionalmente. Assim, um personagem idealizado pode se tornar, através da criação literária, um indivíduo com características normais de qualquer ser humano, com suas limitações e fraquezas.

Outro ponto abordado por Candido é a posição social do artista, pois é um elemento da estrutura de qualquer sociedade. Importa averiguar como esta atribui um papel específico ao criador de arte, e como define seu posicionamento na escala social; o que acaba envolvendo não apenas o artista individualmente, mas a formação de grupos de artistas (Ibidem, p. 24).

Dessa maneira, o artista é levado a pensar sobre o seu meio social como um indivíduo possuidor de uma posição social. Por mais que se aproprie de estudos científicos acerca de um determinado evento, na obra, ele dá margem à sua visão de mundo desde onde se encontra e, através de sua sensibilidade e subjetividade, tende a aproveitar esses elementos sociais. Assim, há a presença do contexto do autor na obra ficcional.

Com isso, o contexto de produção de uma obra é relevante para seu entendimento. Quanto mais elementos se tem acerca daquilo que o escritor oferece ao seu leitor, maior é o aprofundamento de análises por este extraída de uma obra literária. Se a obra é construída tendo um acontecimento histórico como pano de fundo, o conhecimento deste e de seus principais fatores são relevantes, para termos uma leitura mais profunda da obra e da sociedade de onde ela surgiu ou a qual ela remete. Dessa maneira, passemos a analisar, nas

seções seguintes, alguns elementos essenciais para o entendimento de uma obra ficcional, como autor, romance, tema, personagens e algumas vozes encontradas nela.

1.1 O autor

Conforta um homem de letras saber que disfarça a morte com esses frágeis signos incrustados no papel (SILVA, 1992, p. 218).

O autor de uma ficção literária, como observamos anteriormente, não é um indivíduo isolado de seu contexto, contudo, possui algumas características que faz dele uma pessoa com peculiaridades em relação à grande maioria dos indivíduos com quem convive cotidianamente.

Ao falarmos em autoria, é necessário recorrermos a alguns estudos literários, como o de Mikhail Bakhtin que, em sua *Estética da criação verbal*, nos mostra que o autor é:

[...] o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular desta. Na medida em que nos compenetrarmos da personagem, esse todo que a conclui não pode ser dado de dentro dela em termos de princípios e ela não pode viver dele nem por ele guiar-se em seus vivenciamentos e ações, esse todo lhe chega de cima para baixo – como um dom – de outra consciência ativa: da consciência criadora do autor. A consciência do autor é a consciência da consciência, isto é, a consciência que abrange e conclui essa consciência da personagem com elementos por princípio transgredientes a ela mesma e que, sendo imanentes, a tornariam falsa. O autor não só enxerga e conhece tudo o que cada personagem em particular e todas as personagens juntas enxergam e conhecem, como enxerga e conhece mais que elas, e ademais enxerga e conhece algo que por princípio é inacessível a elas, e nesse excedente de visão e conhecimento do autor, sempre determinado e estável em relação a cada personagem, é que se encontram todos os elementos do acabamento do todo, quer das personagens, quer do conhecimento conjunto de suas vidas, isto é, do todo da obra (BAKHTIN, 2006, p. 11).

Essa citação deixa subtendido que o papel de um escritor não se restringe ao fato dele possuir muito conhecimento, refletir acerca dessas informações e ter o controle de sua narrativa. Para aprofundarmos a discussão sobre o papel do autor e como ele é, antes de tudo, um ser social, devemos recorrer a algumas explicações feitas por Roger Chartier ao expor o duplo papel do autor:

[...] O autor, tal como ele faz a sua reaparição na história e na teoria literária, é, ao mesmo tempo, dependente e reprimido. Dependente: ele não é o mestre do sentido, e suas intenções expressas na produção do texto não se impõem necessariamente nem para aqueles que fazem desse texto um livro (livreiros-editores ou operários da impressão), nem para aqueles que dele se apropriam para a leitura. Reprimido: ele se

submete às múltiplas determinações que organizam o espaço social da produção literária, ou que, mais comumente, delimitam as categorias e as experiências que são as próprias matrizes da escrita (CHARTIER, 1999, p. 35/36).

Assim, o autor, embora tenha a liberdade de criar inúmeros personagens sem ter a preocupação de comprovar a existência deles, está influenciado diretamente pela pressão de seu livro ser aceito ou não. Com isso, ele precisa criar uma narrativa que agrade não apenas ao seu leitor, mas também àqueles que venham a se interessar a editar e publicar seus livros. Um romancista, como é o caso de Deonísio da Silva, é considerado um grande autor ficcional por ter pleno domínio da categoria literária conhecida como romance, e de todos os elementos capazes de tornar sua obra uma narrativa com boa aceitação pela crítica literária e pelo público leitor.

Chartier estuda a evolução da definição de autor e expõe que essa definição nunca foi consensual, como observou em alguns dicionários de língua francesa, no fim do século XVII:

[...] A palavra, portanto, não é imediatamente investida de um significado literário, o *Dictionnaire universel* precisa: “Autor, em matéria de literatura, diz-se de todos aqueles que trouxeram à luz algum livro. Atualmente, se diz daqueles que o fizeram editar”, e acrescenta, como exemplo de emprego do termo: “Esse homem, finalmente, fez-se erigir em autor, fez-se editar”. A existência do autor pressupõe a circulação impressa das obras, e, em retorno, a imprensa distingue o “autor” do “escritor”, definido por Furetière sem qualquer relação com a tipografia: “Escritor se diz, também, daqueles que compuseram livros, obras” (Ibidem, p. 44).

Dessa maneira, a palavra autor mantém uma evolução cronológica e deve ser entendida, segundo Chartier, como aquele indivíduo que além de escrever uma obra, a tenha colocado em circulação.

O estudioso francês explica sobre a publicação de livros que tendem a seguir uma certa padronização no sentido de divulgar não apenas o conteúdo em si, mas também o nome daqueles que possibilitaram a publicação e a chegada deles às mãos dos leitores. Também esclarece a “função-autor” como algo harmonizado com as dependências instituídas pelo patronato. Para isso, exemplifica a epístola preliminar de *La Croix du Maine* dirigida ao rei, onde menciona os dois motivos que levaram a publicar o *Premier volume* de sua biblioteca. O primeiro é demonstrar a superioridade do Reino da França, vigoroso com seus cerca de três mil autores que trouxeram à luz obras em língua vulgar, enquanto os autores que escreveram ou traduziram em língua italiana não passavam dos trezentos. O segundo é “ter a amizade de tantos homens doutos que hoje estão vivos, dos quais a grande maioria está empregada a serviço de Vossa Majestade” (grifos do autor). O grifo comprova que a construção da função-autor é completamente pensável no interior das modalidades caracterizadoras do “antigo

regime literário”: longe de serem contraditórios, os laços do patronato e a afirmação autoral definem, juntos, o regime de citação dos textos (Ibidem, p. 46).

Embora Chartier remeta sua explicação ao contexto do século XVI, ela serve para entendermos a dependência do autor em relação ao seu próprio contexto. Atualmente, um autor pode publicar suas próprias obras. Contudo, a falta de divulgação por uma editora faz diminuir as chances de uma boa aceitação do livro e, caso venha a conseguir tal êxito, geralmente sua obra é publicada por uma grande editora, pois o autor provou que seu livro pode trazer um bom lucro às editoras.

Chartier utiliza como exemplo o clássico da literatura espanhola *Don Quixote de la Mancha*, descrevendo o grande número de detalhes que vão além da narrativa em si.

Observando a obra de Silva estudada nesta dissertação, constaremos uma série de elementos que contribuem para sua maior receptividade por parte do público leitor. Na parte superior da capa há uma informação que chama a atenção: “Prêmio *Casa de Las Américas* 1992”, ou seja, a obra adquirida pelo leitor foi premiada por um dos mais importantes institutos divulgadores da cultura no universo latino. Logo abaixo, ainda na capa da obra, temos o nome do autor “Deonísio da Silva” e o título da obra “Avante, soldados: para trás” (tudo em caixa alta, o que dá um destaque maior ao conjunto das informações). Depois a edição utilizada neste estudo (5ª edição), o que comprova o alto número de vendagem da obra. Na parte inferior, temos o símbolo da Editora Siciliano.

Esses elementos mostram a dependência do autor em relação ao contexto de criação e divulgação da obra, ou seja, ele tem liberdade para criar ficcionalmente, mas há fatores que fazem dele um indivíduo “dependente” e “reprimido” como nos mostrou o teórico francês.

Ao estudarmos definições da palavra autor e sua função, não podemos deixar de lado algumas formulações de Michel Foucault interpretadas por Chartier:

Em suas diversas modalidades, a volta do autor na problemática crítica leva ao encontro da pergunta formulada por Michel Foucault em um famoso ensaio, que se tornou referência obrigatória, e no qual ele fazia a distinção entre a “análise histórico-sociológica do personagem autoral” e um problema mais fundamental: o da construção própria de uma “função-autor”, tida como uma função classificadora maior dos discursos. Longe de ser universal, pertinente a todos os textos em todas as épocas, a limitação das obras em um nome próprio é considerada por Foucault como discriminante: ela só vale para alguns tipos de textos – a “função-autor” é [...] característica do modo de viver, da circulação e do funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” – e pressupõe um estado de direito que reconheça a responsabilidade penal do autor e o conceito de propriedade literária (“a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina e articula o universo dos discursos”). À distância da evidência empírica, segundo a qual todo texto tem um redator, a função-autor é resultado de “operações específicas e complexas” que atribuem a inscrição histórica, a unidade e a coerência de uma

obra (ou de um conjunto de obras) à identidade de um assunto construído. Um tal dispositivo requer uma dupla triagem. A primeira isola, no interior de múltiplos textos produzidos por um indivíduo, aqueles que são consignados à função-autor. [...] A segunda retém, dentre os inumeráveis feitos que constituem uma biografia, aqueles que têm pertinência para caracterizar a posição do autor (Ibidem, p. 36).

Observamos ser a função-autor, segundo Foucault, submetida ao sistema jurídico e institucional, ou seja, sua criação é passível de ser punida, pois trás consigo o nome daquele que a pôs em circulação. Caso o autor venha a polemizar questões contrárias aos interesses da editora divulgadora de seu trabalho ou a órgãos de controle, ele pode ser reprimido e ter sua obra comprometida, assim como sua própria carreira. Com isso, ele é submetido às diversas influências que tendem a moldar, de alguma maneira o seu trabalho.

No caso da obra de Silva, reconhecida por um dos maiores prêmios da literatura latina, é enfocado um conflito internacional entre países latinos, logo, há uma convergência temática entre a instituição que premiou a obra e o livro do escritor brasileiro, isto é, as expectativas da fundação *Casa de Las Américas* são superadas pelo autor nacional.

Chartier esclarece ainda que as obras, principalmente as consideradas maiores, não possuem um sentido estático, universal, fixo, pois são investidas de significações plurais e móveis, construídas na convergência de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos vão depender das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que as apropriam. Possivelmente, os criadores, os poderes ou os *experts* sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação exata que deve impor limitações à leitura. Entretanto, a recepção também inventa, desloca e distorce (Ibidem, p. 9).

Umberto Eco expôs, em algumas de suas publicações, a importância do leitor para a elaboração de obras literárias, pois ele é quem preenche os vazios de significados deixados pelo autor. Para ele, o leitor é essencial para a própria história, e quando se lê uma ficção se têm contato com situações que aconteceram, estão acontecendo ou irão acontecer no plano real. Dessa maneira, ler ficção é fugir da ansiedade sentida ao se tentar dizer algo verdadeiro sobre o mundo. Para o teórico italiano, toda narrativa possui o seu leitor-modelo, aquele que aceita o jogo e percorre os caminhos propostos pelo romancista sem fugir ou desviar deles. Quando isso ocorre, o leitor-modelo preenche vazios (ECO, 1994, p. 17).

Além disso, ao buscarmos o entendimento da obra *Avante soldados: para trás*, temos que compreender algumas influências do contexto do seu autor.

Nascido na cidade de Siderópolis (SC) em 1948, Deonísio da Silva fez sua graduação em Letras na Universidade de UNIJUÍ, localizada em Ijuí (SC) – onde atuou como professor e

tornou-se mestre de Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), em Porto Alegre. Após isso, mudou-se para São Paulo, onde se doutorou em Letras pela USP. Passou mais de duas décadas em São Carlos, na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), onde, além da docência e pesquisa, exerceu diversos cargos. Atualmente é professor da Universidade Estácio de Sá (RJ), onde leciona desde 2003 e preside o Instituto da Palavra, sendo vice-reitor de cultura e coordenador do curso de Letras. Além das atividades docentes, mantém uma coluna semanal de etimologia na revista *Caras*, escreve para meios de comunicação impressa, como é o caso dos jornais *Primeira Página* e *O Sul* e para sítios da internet, a exemplo dos sites *www.eptv.com* e *www.observatoriodaimprensa.com.br*. Possui mais de trinta obras publicadas (sete romances, dez livros de contos, quatro livros infanto-juvenis e dez ensaios literários), muitas delas traduzidas para o espanhol, sueco, italiano, alemão, inglês e francês.

As obras de maior destaque de Deonísio da Silva foram: *Exposição de Motivos* (1976), *Cenas Indecorosas* (1978), *A Mesa dos Inocentes* (1978), *A Mulher Silenciosa* (1981), *Livrai-me das Tentações* (1984), *A Cidade dos Padres* (1986), *Orelhas de Aluguel* (1987), *Avante, Soldados: para trás* (1992), *O Assassinato do Presidente* (1994), *Ao Entardecer ele Abraçava as Árvores* (1995), *Teresa* (1997), *O Guerreiro do Campo* (2000) e *Goethe e Barrabás* (2008).

O autor recebeu prêmios renomados na esfera literária, como o da Biblioteca Nacional de romance, pela obra *Teresa*, e o *Casa de las Américas* por *Avante, soldados: para trás*. Este último prêmio é considerado um dos mais importantes no mundo literário, e contou em seu júri com José Saramago, primeiro escritor lusófono a receber o prêmio maior da literatura mundial – o Prêmio Nobel de Literatura – pelo conjunto de sua vasta obra. Sobre o romance *Avante soldados: para trás* de Silva, Saramago expõe que:

O romance projeta um olhar crítico sobre a Guerra do Paraguai. A ficcionalização deste cruel episódio da história brasileira e latino-americana é feita com distanciamento irônico e revela o grande jogo de interesses que moveram essa guerra. O romance consegue narrar os pequenos grandes dramas do cotidiano, criando personagens complexos e contraditórios, através dos quais consegue sublinhar o absurdo dessa e de todas as guerras. O domínio das técnicas narrativas, o trabalho equilibrado com a tradição e a invenção, a linguagem sólida, sem grandes deslizes, são algumas das qualidades literárias que justificam o Prêmio Casa de Las Américas (SARAMAGO *apud* SILVA, 1992, p. I/II).

Ressaltemos que o fato de presidir o júri do Prêmio *Casa de las Américas* não ocorreu por acaso. José Saramago, possuidor de orientação marxista, foi um dos escritores mais renomados de seu país por seu vasto conjunto de obras, sendo grande parte delas romances

que descrevem de maneira crítica temas de Portugal e da própria humanidade, com teor político, histórico, filosófico e religioso, no qual o fazer literário reflete não apenas aspectos passados, mas também o cotidiano da vivência humana.

Ao termos contato com a obra premiada, observamos a polemização da Guerra do Paraguai ao trazer elementos que podem passar despercebidos pela história tradicional como a convivência entre indivíduos teoricamente inimigos pela situação da Guerra, mas aliados, dependendo das circunstâncias.

A narrativa traz personagens muito semelhantes a qualquer indivíduo e aos próprios leitores, pela demonstração de religiosidade, pelo revanchismo e fraquezas diversas. Embora sejam personagens ficcionais e algumas históricas reinventados pela ficcionalidade, eles não são idealizados, como observamos ao estudar a biografia de pessoas que tiveram papel de protagonistas em eventos históricos. Isso pode ter contribuído para maior aceitação e sucesso da obra, pois, além do leitor refletir sobre um acontecimento no qual ele tenha tido contato por intermédio de livros históricos, ele se identifica com as personagens, compreendendo melhor a narrativa e o meio social do qual faz parte.

Além de ser premiado com os prêmios mencionados, Deonísio da Silva recebeu o Prêmio Brasília de Literatura, ofertado pelo MEC, por sua obra *Exposição de motivos* em 1977; Prêmio Virgílio Várzea de Literatura, do governo de Santa Catarina pelo conjunto de contos que vieram a fazer parte do livro *Livrai-me das tentações* (1984).

A produção intelectual de Silva extrapola a esfera literária: foi premiado com o Prêmio de melhor roteiro no Festival de Cinema de Brasília pelo longa-metragem *República Guarani* que contou com a direção de Sylvio Back; Prêmio da Funarte (Fundação Nacional de Artes) em 1980, por *O barroco das cortes católicas na República Guarani: suas relações com o poder metropolitano nos séculos XVII e XVIII*; X Prêmio Abril de Jornalismo (1985) por *Nos bastidores da censura: o caso Rubem Fonseca*; Prêmio Jabuti, na categoria de “Amigo do livro”, por trabalho realizado com autores e suas obras na Universidade Federal de São Carlos.

Pelos prêmios e reconhecimento alcançado, não estamos diante de um escritor apolítico e limitado à esfera literária: Silva se coloca como quem transita em outros campos, como é o caso do cinema, o que podemos perceber pelos títulos de algumas de suas obras.

Ao refletir sobre a importância de ter sido premiado com o prêmio *Casa de las Américas*, Silva expõe que:

O prêmio Casa de las Américas me levou ao espanhol e isso já seria em si uma coisa ótima. Mas o mais bonito é que foi conferido por uma entidade prestigiosa, de um país socialista, a Casa de las Américas, com sede em Havana, fundada por uma intelectual e guerreira gloriosa, a Haydée Santamaría. E foi importante também o Saramago estar no júri.¹

O escritor expressa a importância do prêmio ter sido oferecido por uma instituição reconhecida internacionalmente, e ter como sede um país com um regime político diferenciado, como o comunista. Isso constrói a imagem de uma obra que ultrapassa as fronteiras políticas e culturais por sua qualidade e originalidade. O fato de Saramago presidir o júri é um aspecto a ser destacado, pois ele foi considerado um dos maiores escritores em língua portuguesa de todos os tempos, e, como profundo conhecedor dela, possuía a credibilidade necessária para julgar a obra do catarinense.

Silva também produziu obras para a literatura infanto-juvenil, como *Os segredos do baú* (1982), *Adão e Eva felizes no paraíso* (1984), *As maravilhosas invenções de seu Mané* (1987) e *A melhor amiga do lobo* (1990). Podemos ver em sua biografia obras consideradas mais teóricas, a exemplo de *A ferramenta do escritor* (1978); *Um novo modo de narrar* (1979); *O caso Rubem Fonseca* (1983); *Nos bastidores da censura* (1989); *Rubem Fonseca: proibido e consagrado* (1996); *De onde vêm as palavras* (1997); *De onde vêm as palavras II* (1999); *A vida íntima das palavras* (2001) e *A vida íntima das frases* (2004).

Tendo o conhecimento de algumas das produções de Silva, podemos observá-lo como um autor versátil por não concentrar suas elaborações apenas em romances e isso faz ele poder explorar vários elementos em suas narrativas. Conforme veremos no terceiro capítulo desta dissertação, em *Avante soldados: para trás* há momentos nos quais as personagens discutem a origem etimológica das palavras e dos nomes próprios. Isso pode ser uma influência de outras produções do escritor que elaborou, conforme vimos, livros enfocando esse aspecto com o *De onde vêm as palavras* e *A vida íntima das palavras*.

Além disso, Deonísio da Silva tenta aliar história nacional à ficção, refletindo as características da identidade brasileira. Com um humor cáustico, consegue fazer suas elaborações literárias sem cair numa atmosfera panfletarista.

Em reportagem concedida ao jornalista José Safiotti Filho para o jornal *Primeira Página* de São Carlos de domingo, dia 24 de abril de 2004², ele expõe algumas de suas opiniões. Fala sobre a experiência de escrever um livro e da relação com assuntos enfocados em suas obras:

¹ Conteúdo disponível no sítio www.plataforma.paraapoesia.com.br. (Data de acesso: 01/06/2011 às 10:18h)

² Entrevista disponível no sítio: <http://www.plataforma.paraapoesia.com.br/2005deonisio.htm> (Data de acesso: 10/06/2011 às 14:07h).

Todo mundo pensa que, para quem como eu que já escreveu e publicou trinta livros, alguns deles já traduzidos, levados para cinema e teatro, um novo livro é apenas mais um. Não é. "Goethe e Barrabás", que estou escrevendo, me dá emoção semelhante à do primeiro livro. Meu tema são as más escolhas, as decisões erradas, do voto às amizades, dos amores aos inimigos mal escolhidos, dos maus passos por imprudência, ignorância, descaso ou, o que é mais grave, arrogância. A humildade é fundamental em qualquer ofício. Acho que escritor que é vaidoso é, antes de tudo, bobo também.

Esse posicionamento pode ser visto em *Avante soldados: para trás*, pois, mesmo tratando-se da Guerra do Paraguai, um dos maiores conflitos internacionais em solo americano, o narrador não deixa de lado o enfoque de situações cotidianas nas relações humanas, tais como a traição, a fraqueza e a amizade, e esse enfoque contribui para se manter maior interesse na obra por expor situações próximas ao universo cotidiano dos leitores.

O autor, embora tenha uma forma de escrever considerada por muitos como singular, não se distancia de autores clássicos para fecundar o seu processo de criação, além de estar atento às novidades do mundo literário, povoando sua obra com personagens que podem representar pessoas ligadas ao nosso contexto. Essa é uma característica de grande parte dos autores latino-americanos contemporâneos. Embora eles tentem buscar ser autênticos, grande parte deles não desprestigiam as leituras consideradas clássicas, aquilo que consideram atual e próximo aos seus possíveis leitores, conforme Silva afirma:

A Bíblia, Jorge Luís Borges, Machado de Assis, Miguel de Cervantes, Luís de Camões, William Shakespeare, Marcel Proust, sempre! Fico também muito atento ao novo, mas os autores novos demoram a consolidar-se, o processo é lento, não escrevemos para nós ou nossos contemporâneos. Talvez nossos livros sejam garrafas com bilhetes jogadas ao mar para serem encontradas por quem não procuramos e a quem não conhecemos. Dante encheu "A Divina Comédia" de personagens que viviam a seu redor. E até pôs o papa Celestino V no Inferno. Só que o papa morreu e foi canonizado. Os escritores se enganam muito.

Ao constatarmos algumas das opiniões de Silva em relação ao seu processo de produção e suas influências, observamos que seu discurso é controlado e adaptado à imagem construída perante seus leitores e crítica literária: um escritor respeitado e ao mesmo tempo despojado, que diverte seu leitor, enquanto o informa e o faz refletir sobre contextos passados e atuais.

A noção de discurso em Foucault faz percebermos o quanto nossas práticas discursivas são controladas e arraigadas ao nosso contexto social. Para o teórico francês, as formações discursivas são o conjunto de enunciados que podem ser ligados a um mesmo sistema de regras. Dessa maneira, o discurso torna-se um conjunto de enunciados pertencentes a uma

mesma formação discursiva, deixando subtendido que as palavras podem mudar de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra (FOUCAULT, 2005 p. 42).

Assim, ao mesmo tempo em que Silva informa ter escrito mais de trinta obras publicadas em vários idiomas, fica enaltecida a imagem de um escritor com credibilidade e com muito conhecimento, principalmente quando menciona algumas de suas influências literárias nas suas elaborações ficcionais e outros referenciais não literários, como o caso da Bíblia.

Além disso, o autor expressa em suas palavras a linguagem despojada e bem humorada, criticando o comportamento de muitos escritores considerados arrogantes e que muitas vezes se enganam. Esses elementos encontrados em seu discurso podem ser considerados, conforme vimos em Foucault, atos discursivos situados na esfera literária, testados e aprovados por ela.

Publicado em 1992, o romance *Avante Soldados: para trás* está com mais de dez edições e em nossa dissertação foi utilizada a quinta edição, publicada pela Editora Siciliano.

O prefácio da quinta edição é feita pelo doutor em Letras pela USP, Flavio Loureiro Chaves. Ele observa algumas qualidades da obra:

Estamos, portanto, diante de um desses momentos em que a História ingressa com facilidade no território da imaginação e, por sua vez, o imaginário coletivo disfarça e reveste a veracidade histórica, fazendo passar a moeda falsa que recebemos de mão aberta (CHAVES *apud* SILVA, 1992, p. I/II).

Pelo comentário do crítico literário, percebemos que o romance enfoca um evento histórico polêmico (a Guerra do Paraguai), havendo outras versões além das consideradas historicamente oficiais. Loureiro Chaves também enfatiza o momento fértil da literatura produzida na América Latina com romances como o de Deonísio da Silva: “Estamos diante de um momento privilegiado onde a matéria histórica funda a criação literária e a literatura finalmente ilumina a história através da criação fictícia. Tudo na tradição, já longa e fértil, da moderna literatura da América Latina” (Ibidem).

Essa relação recíproca entre literatura e história é notória. Nos detalhes das personagens e do cenário expostos no romance de Deonísio da Silva, tudo leva a crer que o literato buscou em documentos históricos o desenrolar do episódio, conforme pode ser

constatado em entrevista cedida ao jornalista Augusto Nunes, quando o autor explica ter passado mais de cinco anos pesquisando sobre a Guerra do Paraguai para escrever a obra³.

Isso contribui para pensarmos que grande parte dos autores de ficção refletem constantemente o que ocorre em seu entorno social. No ano de publicação da obra (1992), era discutido o recém criado Mercosul (Mercado Comum do Sul), um tratado de cooperação econômica e desenvolvimentista que possuía como países signatários os principais envolvidos na Guerra do Paraguai, ou seja, o Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai. Isso pode ter cativado o autor a escrever o romance, observando que os rivais do passado, naquele momento de assinatura do tratado, se colocavam como aliados. Nos capítulos posteriores desta dissertação, foram expostos alguns elementos históricos da Guerra do Paraguai e abordado o tema do Mercosul, além do dinamismo existente por trás de palavras como inimigos e aliados. Silva também utiliza recursos irônicos e humorísticos aproveitados da oralidade discursiva, dando à obra grande dinamicidade, informando o leitor e entretendo-o ao mesmo tempo.

Há traços confessionais e autobiográficos, em algumas de suas obras, de sua vivência como seminarista, ou referência a locais em que ele residiu, no sul do país e na cidade de São Carlos, onde solidificou sua carreira docente.

Na novela *A mulher silenciosa* (1986), observamos que seu estilo irônico e por vezes satírico pode ter o intuito de fazer da ficção um instrumento político visando a transformação da sociedade, pois o foco é a denúncia das instituições que vivem o auge de sua crise num tempo pós-ditadura militar. O autor também explora a situação universitária no país, a atmosfera corruptora por trás da ocupação de cargos, o papel da imprensa nacional, bem como a hipocrisia, problematizando um contexto político-social multifacetado (CRUZ, 2007, p. 97).

No romance *Orelhas de aluguel* (1988), o autor passa por um processo de amadurecimento de suas técnicas narrativas, exercendo, na malha narrativa, várias digressões, priorizando personagens femininas e lançando mão da ironia, erotismo, humor, principalmente ao tratar de um tema pouco enfocado dentro da literatura brasileira que é o neonazismo no Brasil (Ibidem).

Explorando com maior densidade aspectos históricos, *A cidade dos padres* (1986) tematiza as Missões jesuíticas no Rio Grande do Sul, sob a perspectiva do déspota esclarecido, Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII. A narrativa não fica limitada às recordações de Pombal, pois, no capítulo final, é retomado o diálogo entre a

³ A entrevista completa cedida pelo escritor ao programa “Veja.com entrevista” pode ser consultada no sítio <http://www.youtube.com/watch?v=BezRINE5H3U> (Data de acesso: 10/08/2011 às 15:10 h).

política pombalina e o regime militar brasileiro, havendo uma ligação entre ambos os contextos (Ibidem, p. 98).

Embora sejam obras que remetem a contextos históricos de décadas atrás (ou até de séculos passados), o autor não deixa de trazer esses eventos como uma forma de se refletir questões consideradas cotidianas e que podem fazer parte do universo vivenciado pelo leitor.

Produções mais contemporâneas do escritor, como *Os guerreiros do campo* (publicado em 2000) não fogem ao enfoque crítico das obras publicadas em décadas passadas. Nessa obra, o autor aposta em uma questão em voga no período de sua publicação que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Embora seja um romance considerado como fora do lugar-comum, o autor denuncia a política de repressão por parte dos latifundiários, apoiada pelo governo federal. Contudo, o romance não se coloca ao lado da ideologia do movimento, transparecendo haver na narrativa uma certa defasagem em relação às ideias defendidas pelos “sem terras”, como o socialismo engajado por intermédio da revolução armada (Ibidem, p. 99).

O romance mais recente do escritor catarinense é *Goethe e Barrabás*, publicado em 2008, que traz o personagem Barrabás, professor universitário com cerca de cinquenta anos. Ele vive um romance com a jovem Salomé, uma de suas alunas. No romance, constatamos pelo seu título, o fio intertextual alcançando outras obras renomadas na literatura universal, como é o caso de Fausto (1806) e personagens bíblicos como Salomé e Barrabás.⁴

Ao ter contato com alguns dos romances mais conhecidos do escritor, podemos observar que grande parte deles vão além da preocupação estética, enfocando temas próximos do contexto de seus leitores. Outro aspecto constante em obras de Silva é a recorrência a outras obras como é o caso da *Retirada da Laguna* de Alfredo de Taunay, o que será melhor explorado na última seção deste capítulo.

1.2 O romance, o tema e as personagens

O comandante não aprovava esses procedimentos patológicos. A guerra já tinha seus excessos. Não queria aumentá-los. Proibiu com energia a mutilação ameaçando os infratores com a mesma pena, ameaça que só pode ser explicada pelo calor da

⁴ Informações adicionais sobre o mais recente romance de Deonísio da Silva pode ser encontrado na resenha produzida por Suzana Raquel Bisognin Zanon no sítio: <http://www.letramagna.com/goetheresenha.pdf> (Data de acesso: 10 de setembro de 2011 às 12:09h).

hora, recurso extremo para suspender a crueldade horrorosa (SILVA, 1992, p. 65).

O romance *Avante soldados: para trás* é dividido em duas partes e subdividido em quinze capítulos. A primeira enfoca a marcha e as batalhas da expedição das forças aliadas representadas por um destacamento brasileiro sob o comando do coronel Carlos de Moraes Camisão, um dos protagonistas do romance. Na segunda parte, embora continue se evidenciado a violência da guerra, há uma narrativa mais amena ao descrever a paixão de Camisão por Mercedes, uma militar pertencente ao exército paraguaio.

Além das forças paraguaias, o destacamento brasileiro se depara com várias adversidades, como o surgimento do cólera, ocasionando grande diminuição do efetivo brasileiro. Não são deixadas de lado peculiaridades das tropas brasileiras, pois muitos soldados foram alistados à força e sem o treinamento adequado para uma guerra da envergadura da ocorrida, além do revanchismo entre alguns de seus componentes, o que pode ter colaborado para a falta de unidade e episódios como o narrado no livro, conhecido historicamente como “A Retirada da Laguna”.

A opção por escrever um livro em que é recriada ficcionalmente uma situação de frustração das forças brasileiras, leva a crer que Silva buscou desmistificar a ideia de que na Guerra do Paraguai houve apenas vitórias para os aliados com grande ganho para as nações pertencentes à Tríplice Aliança. Na narrativa, percebemos exatamente o oposto, pois ela induz a entender que, numa situação de guerra, todos os envolvidos perdem, uns mais e outros mais ainda. Isso difere de algumas tendências interpretativas que julgam haver, por trás de grande parte dos conflitos internacionais travados na história, ganhadores movidos por motivos financeiros, como mostraremos posteriormente em alguns estudos históricos deste conflito internacional, a exemplo dos do historiador argentino León Pomer (*A guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense* – 1980) e do brasileiro Julio José Chiavennatto (*Guerra do Paraguai* – 1986), que fundamentam as razões do conflito justificando-os pelo interesse financeiro.

Nessas linhas gerais sobre a narrativa de Silva, observamos a relação constante entre história e literatura para consolidar o enredo fictício, pois uma das características semelhantes entre um historiador e um ficcionista é o olhar particular sob eventos ocorridos. Mesmo que o campo disciplinar da história recorra, principalmente, a documentações comprobatórias para o norteamento de estudos e pesquisas, essas pesquisas são carregadas de subjetividade. Ao escolher o evento a ser pesquisado, o historiador leva em consideração muitos aspectos

subjetivos, como a posição onde ele está situado, a formação intelectual e, até mesmo, a relação de interesse pessoal com o objeto de estudo.

Algo parecido ocorre com o ficcionista, pois, imerso em seu contexto, ele tende a assimilar o que vivencia transferindo sua experiência e visão de mundo para o mundo ficcional, transfigurando o mundo real.

O romance *Avante soldados: para trás* possui como principal narrador um soldado que, além de combater o inimigo, observa o cotidiano do teatro de guerra. Ele pode ser considerado como o narrador majoritário da trama, pois nela há outros narradores participantes dos eventos narrados. Na parte final do romance, o soldado assume o papel do narrador principal ao relembrar o ocorrido de maneira memorialística.

Este narrador relembra suas memórias em um tempo posterior ao da história, embora tenhamos a impressão que os eventos ocorridos fossem relatados próximo do momento de suas ocorrências. Essa intenção de preservar a memória do horror acontecido no conflito é elemento fundamental no enredo. Por intermédio do relato do narrador, o leitor vislumbra o terror de tal acontecimento histórico. Com isso, a literatura provoca reflexão, por meio do olhar do narrador, que, individualizando a dor, extrapola a função estética e confere certa proximidade com a situação real, conferindo valor histórico ao rememorar e preservar lembranças pretéritas, como observamos no momento em que ele escreve sobre a forma limitada de narrar os eventos sucedidos na Guerra do Paraguai:

Lembramos coisas bem específicas, como a açucena que dei a Mercedes num fim de tarde; o guerreiro caído com os braços agarrados a uma árvore e sem metade do corpo, da cintura para baixo; a moça bonita que no caminho de ida nos deu uma sopa quentinha, e na volta estava toda cortada por arma branca, degolada, com as duas mãos segurando um cartaz onde se lia “paraguaia” e que, segundo os relatos, nos dera a sopa para nos trair depois, porque o Paraguai era um exército só [...] (SILVA, 1992, p. 214).

O narrador não se contenta em apenas descrever imagens belas ligadas à amada, mas também cenas que deixam claro a violência da guerra como forma de dominação, vitimando pessoas indefesas, a exemplo da jovem paraguaia degolada. Constatamos também o tom memorialístico da narrativa, proporcionando grande riqueza de detalhes. Embora seja uma peça fundamental nela, o soldado narrador da maioria dos eventos exerce uma função secundária no romance, não sendo nomeado no decorrer do enredo.

No início do romance, destacam-se dois personagens: Carlos de Morais Camisão, chefe militar das forças armadas do exército brasileiro, convocado para impedir o avanço dos paraguaios em território nacional e responder à invasão paraguaia ocorrida no principiar do conflito; e um engenheiro francês que, pela sua formação intelectual, acumula a função de cronista e responsável por grande parte das correspondências feitas entre os militares no campo de batalha e seus superiores hierárquicos. Possivelmente este personagem seja uma recriação ficcional do Visconde de Taunay, que à maneira do soldado-narrador, descrito anteriormente, relatou alguns eventos passados no campo de batalha na obra *A Retirada da Laguna*.

A obra utiliza-se de algumas personagens históricas como o caso do coronel Carlos Camisão, do “francês”, do subcomandante Juvêncio, do guia Lopes, do padre Landell de Moura, do major Urbietta; mas há personagens como a militar do exército paraguaio, Mercedes, que não consta em registros historiográficos sobre o conflito. Desse modo, podemos ver a existência de um distanciamento entre a literatura e a história: uma pode recriar personagens históricas e até mesmo criar outras novas, como o caso de Mercedes; e a outra está embasada em fontes comprobatórias da existência de indivíduos vivenciadores de acontecimentos históricos.

O narrador principal se posiciona na trama como observador, ao descrever algumas características do “francês” e outros militares:

Vejo o visconde à sombra, escarrapachado. O francês cansa demais. “Está soleado”, diz um soldado. “Esses gringos não suportam o calor do Pantanal. Daqui a pouco, vão começar a morrer.” “Cala a boca animal!” diz o sargento Silva. “Quem mata os nossos é o inimigo. E a natureza não quer mal a ninguém.” O soldado sai resmungando: “Não mata, é? Esperem pra ver”. O visconde toma quase meio cantil de água, derrama o resto sobre a cabeça. A água escorre pelo rosto, molha a camisa. Está muito vermelho e respira apressado (SILVA, 1992, p. 15/16).

Nesse momento, o narrador limita-se apenas a descrever a cena, não interferindo diretamente no comportamento daqueles que descrevia. Além disso, o emprego do discurso direto é muito explorado na narrativa, possibilitando maior dinamicidade e proporcionando a impressão de estarmos visualizando o que é lido, como se estivéssemos próximos ao desenrolar da cena.

No princípio, o coronel Camisão via o “francês” com desconfiança, principalmente por não entender algumas coisas ditas por ele, pois o estrangeiro possuía muitos conhecimentos – práticos e teóricos. O “francês” se expressava por uma linguagem não muito acessível para grande parte dos soldados brasileiros, recorrendo muitas vezes a metáforas e a um linguajar erudito:

[...] “Você não acha que esses paraguaios comem carne demais?” perguntou o coronel. “Posso acrescentar que são bem alimentados”, disse, seco, o visconde. “Lá, desde Francia, ninguém passa fome. A independência para eles significou comida para todos.”

O coronel Camisão considerou a resposta do visconde um pouco aleivosa. “Esse gringo não toma partido nessa guerra. Afinal, de que lado ele está, para ficar debochando assim de nosso país? Deve sua vida a essa coluna. Do contrário já teria sido comido pelos jacarés, alvejado por um coureiro ou teria se perdido por aí. O diabo do homem não pode ver rabo-de-saia que sai correndo atrás, embrenha-se pelo mato em busca da primeira fêmea que aparece” (Ibidem, p. 17).

Embora fosse um superior hierárquico, o coronel das tropas brasileiras utilizava-se de linguagem coloquial para se comunicar com seus subordinados, como se pode constatar nas falas sinalizadas entre aspas. Ao denunciar o comportamento mulherengo do estrangeiro, ele utiliza termos populares, a exemplo de “rabo-de-saia” para se fazer entender por aqueles com quem interagia, ao contrário do “francês” que, por seu linguajar mais formal e erudito, não era compreendido adequadamente, despertando desconfianças, inclusive do próprio Camisão.

Observamos também ser o coronel Camisão uma pessoa investida de autoridade institucional, ou seja, era a representação do exército brasileiro no campo de batalha, e isso gerava maior respeito à sua pessoa. Por trás desse respeito, existe uma simbologia que influencia o comportamento dos militares, algo encontrado em situações cotidianas de nossa sociedade e em sociedades passadas. Sobre essa simbologia do poder, Bourdieu esclarece:

Não há poder simbólico sem uma simbologia do poder. Os atributos simbólicos – como bem o demonstram o caso paradigmático do *skeptron* (cetro) e as sanções contra o porte ilegal de uniforme – constituem uma manifestação pública e, portanto, uma oficialização do contrato de delegação: o arminho e a toga expressam que o juiz ou o médico são reconhecidos como autorizados (no reconhecimento coletivo) a se declararem juiz ou médico; que a sua impostura – no sentido de pretensão afirmada nas aparências – é legítima (BOURDIEU, 2008, p. 63).

Embora seja uma pessoa com poderes dentro do exército brasileiro, vemos, na narrativa, que o comportamento de Camisão não era totalmente digno do cargo ocupado. Por exemplo, ao ressaltar o fato de um dos seus subordinados não conseguir ver um “rabo-de-saia” pode ser considerado um julgamento pessoal e não profissional do soldado. Entrando na intimidade do comportamento de seus colegas de farda, Camisão se demonstra uma pessoa influenciada por seu entorno cheio de revanchismo, o que pode ter acarretado certa falta de unidade na tropa chefiada por ele.

O clima de revanchismo era constante, contribuindo com o retrocesso dos militares brasileiros e o malogro da expedição. Exemplo disso é a luta pelo comando, geradora de mal estar entre os membros da expedição militar, como pode ser percebido quando, após uma batalha, alguns dos soldados sobreviventes narram o terror da ação paraguaia e um deles traz um saco de estopa com os despojos da primeira batalha: cabeças, orelhas e genitálias dos mutilados no combate e outro cheio de sapos, causando alvoroço entre os militares presentes:

Logo estão todos reunidos outra vez. Riem. Uns debocham dos outros, proclamando o medo alheio. Em meio ao burburinho geral o comandante quer saber de quem foi a “idéia malsã” de trazer as cabeças dos nossos e não as dos inimigos. Entreolham-se todos. Há um tom de vacilação na autoridade do coronel em muitos dos olhares. O subcomandante Juvêncio dá um passo à frente, pigarreia e explica: “Foi uma forma que encontrei de verificar quem morreu de fato, para saber ao certo quem desertou”. “Mas, que é isso, homem?” pergunta o comandante. “O senhor quer dizer que aqueles cujas cabeças não estão aqui, cortadas ou coladas nos pescoços dos que voltaram, só podem ter desertado?” “Isso mesmo, comandante.” “Mas se esquece dos que foram feitos prisioneiros.” “Os paraguaios não fazem prisioneiros”, diz Juvêncio. Camisão fica sem jeito, vários auxiliares sentem que o desconforto aumentou. Trava-se uma surda luta de poder na coluna (SILVA, 1992, p. 25/26).

Juvêncio, o subcomandante da tropa brasileira e substituto imediato de Camisão, parece ser um dos grandes oponentes dele, pois, embora obedecesse às suas ordens, deixa transparecer o descontentamento com o comando da tropa e o tom vacilante do coronel brasileiro. Coincidência ou não, ambos faleceram no mesmo dia acometidos pelo cólera, uma das grandes adversidades no campo de batalha:

Enquanto Camisão morria, Juvêncio, que morreria no mesmo dia, lembrou-se de que a invasão do Paraguai fora obra do acaso. Quando os comandantes se reuniram para decidir e a expedição já estava em terras do Mato Grosso, Camisão dera a palavra

aos colegas. Todos apoiaram os planos de Camisão. Juvêncio fora o único a discordar. Era voto solitário. Perdeu por uma causa fortuita. Discorria sobre os perigos de invadir o território inimigo sem víveres. “Assim corremos o risco de morrermos todos, não pelas mãos dos inimigos, mas de fome.” Começava a convencer os colegas, quando um gado, conduzido pelo guia Lopes, encheu de tumulto o acampamento. Era difícil para Juvêncio continuar sua argumentação diante de tamanha fartura de carnes. Camisão, cheio de euforias e irresponsabilidades, ditou ao francês: “Escreva aí que, por unanimidade (disse essa palavra olhando bem Juvêncio, sem imaginar que esse olhar lhe custaria a vida), decidimos invadir o território inimigo, empenhado-se todos (estendeu o olhar sobre os subcomandantes e chefes), com boa vontade, para a execução do plano”. Ah, as palavras! No princípio era o verbo, como disse João. No meio e no fim, também (Ibidem: 187/188).

Constatamos ser antigo o revanchismo entre ambos, ocorrido antes deles estarem no campo de batalha. É notório também o fato de uma mera obra do acaso (o aparecimento de um gado com grande fartura de carnes) ser capaz de impulsionar a necessidade de invasão do território inimigo. Da mesma forma que o acaso estava ao lado da decisão de Camisão naquele momento, estaria também no desenrolar do conflito, mas foi uma crença frustrada pelo fato dos soldados sofrerem com a falta de víveres no decorrer da guerra.

Outra personagem a ser destacada, embora viesse a ter uma vida efêmera na trama, foi a sentinela Osvaldo. Ele tinha a particularidade de, mesmo no campo de batalha e com a atmosfera de tensão que há por trás dele, rememorar situações passadas, como antigos romances:

Estava ali de sentinela o Osvaldo, recordando uma namorada que deixara em Corumbá, quando uma coruja veio pousar à sua frente. A imaginação do recruta voou para longe e a coruja lembrou-lhe algumas caçadas e da vida pacata na cidade pequena. Toques de sinos reboaram dentro dele. Esquecido de que estava em guerra, de repente não era mais soldado. Mirou bem a coruja e disparou seu fuzil.

O tiro deflagrou a mais insólita correria. Soldados mortos de sono, chutados por cabos e sargentos, imediatamente estavam a postos para defender-se dos inimigos. Foi quando o cabo Argemiro apontou para o sentinela, que estava assustadíssimo com a movimentação, mas que não tinha visto inimigo algum (Ibidem, p. 29/30).

Osvaldo ocupava uma função não condizente com suas qualidades. Poderia ser considerado uma pessoa dispersa e imaginativa, ou seja, com pouca capacidade de concentração e isso o fez deixar de cumprir sua função de maneira adequada. No decorrer da narrativa, essa característica imaginativa do militar lhe custou a vida, tendo a garganta cortada

por um soldado paraguaio que se aproximou imperceptivelmente e deu fim a vida do imaginativo soldado.

Outro exemplo de personagem não condizente com suas funções é o padre Landell de Moura que tinha a particularidade de criar alguns inventos. Contudo, a narrativa o ressalta possivelmente por ele ser um padre incomum, não limitado a vida escolástica. Vemos que a personagem de um padre no teatro de guerra possibilita um diálogo entre a religião e a ciência, além de fazer o leitor refletir a guerra como um elemento catalisador de novas tecnologias, como observamos a seguir:

__ Mas sim, senhor, hein! O que é a ciência! Bem que estamos precisando de invenções. Dizem que nas outras frentes, lá pro sul, estão usando balões para observar o inimigo. Gostaria de saber quem inventou o tal do balão que voa com gente dentro de um balainho, conforme me disseram.

__ Foi um colega meu – disse, pressuroso, o padre Landell.

__ Colega seu? – perguntou Juvêncio. __ Todo padre é inventor?

__ Não é bem assim. Simples coincidência. Um colega de batina, só que português, o Alexandre de Gusmão (Ibidem, p. 107).

Além do padre Landell, há outro padre que foi sequestrado pelos paraguaios em um dos povoados próximo de onde se desenrolava o conflito. Frei Mariano de Bagnaia era responsável pela paróquia da comunidade de Vila de Miranda e, após torturas ordenadas pelo major Urbietta, comandante das tropas paraguaias no local, acaba se convertendo em informante dos paraguaios. Nesse momento, ele deixa de lado o martírio cristão, para tornar-se um indivíduo comum ao render-se para continuar vivo.

No capítulo intitulado de “Xerazade suspende a guerra” surge Silvestre. O título do capítulo remete à personagem do clássico da literatura universal, *Mil e uma noites*, por haver semelhanças entre a protagonista do romance estrangeiro Xerazade e Silvestre, principalmente pela capacidade de ambos entreterem aos presentes com suas narrações. O aparecimento de Silvestre se dá por acaso: os soldados localizam uma casinha abandonada e desconfiam da possibilidade de tocaia por parte do exército inimigo, mas o receio cai por terra ao aparecer o ancião, com sua maneira informal de tratar os soldados. Naquele momento, o espanto dos militares aumenta ao sair do interior da casinha seis mulheres, umas morenas, outras mais mulatas e uma branca. Conhecendo-as em um bordel quando Silvestre foi abordado pelo exército paraguaio, as mulheres ficaram sem saber para onde ir e ajudaram o velho na construção da barraca onde habitavam, pagando com o prazer de seus corpos a moradia e as

histórias contadas pelo idoso. O método de Silvestre é descrito por Carlos Camisão ao repassar informações para seus superiores hierárquicos:

O método de Silvestre contar suas histórias é simples. Pede aos soldados que lhe dêem um mote. Feito isso, conta a história toda, a história inteira, amarrando seu entrecabo de acordo com o tema que lhe foi dado e que pode ser sobre as coisas mais disparatadas possíveis. Ao solicitar um mote, alguns dos mais parvos entre nós, que não são poucos infelizmente – sabe Vossa Excelência ser grande o número de bobos numa coluna de três mil homens –, gritam o nome de uma fruta. Laranja por exemplo. É o suficiente para que o velho conte história cheia de toda maroteza passada num laranjal (Ibidem, p. 44/45).

Silvestre era um senhor que contava diversas histórias para entreter os soldados, pois, raramente tinham momentos de descontração. O fato dele viver com algumas jovens fazia os soldados terem maior curiosidade por suas narrações, muitas delas cheias de malícia e “maroteza”, explorando o elemento feminino, sendo as principais personagens femininas no romance Lili, Ana e Mercedes.

Lili foi uma das namoradas de Camisão, que a relembra ao conversar com um dos soldados. Ela tinha vindo da Europa para educar uma família conceituada no meio rural. Há um grande choque cultural, pois Lili tentava educar os filhos da família dos Eufrásios de acordo com os costumes europeus, ocasionando grande frustração na jovem professora. Os moradores da residência demonstravam interesses em se adaptar aos modelos europeus, desprezando muito do que ocorria em seu próprio país. Essa tentativa de adaptação suscita algumas situações irônicas na malha narrativa:

[...] Era tempo também em que certas senhoras das fazendas se faziam chamar de “madames”, para parecerem afrancesadas, ignorando que este era um tratamento dedicado às putas. A plebe brasileira sabia sarrafaçar uma boa palavra, empregando-a da pior forma possível. ‘Francesas’ eram mulheres que rondavam os portos e que trepavam de diversas maneiras, a bem dizer de todas as maneiras, e que às mulheres de vida fácil da querida pátria ensinavam novidades na cama. Todas eram ‘francesas’, embora oriundas da Polônia, da Rússia, da Alemanha (Ibidem, p. 79).

Em meio aos horrores da guerra, era comum mulheres acompanharem seus companheiros e, nesse meio, surge Ana, esposa do soldado Jeremias. Com belos dotes

femininos e grande energia, a negra Ana exercia a função de enfermeira, no campo de batalha, e rasgava suas próprias vestes para fazer delas curativos para os feridos agonizantes, não os distinguindo entre aliados e inimigos. Assim como Lili, observamos uma atmosfera de sensualidade em sua descrição e em suas ações no campo de batalha:

Ana rasga as próprias roupas para fazer curativos nos feridos. É uma preta bonita, mulher do soldado Jeremias. Jeremias geme sobre Ana todas as noites, entre um combate e outro. Sabemos, porém, que não é só ele que deita sobre essa mulher. Ana sempre geme, às vezes até gane, sob outros corpos, fazendo o amor errado, errando na coluna já de si tão errante, amassando soldados no meio da macega (Ibidem, p. 68).

Além de descrever o comportamento de Ana, a narrativa sugere o ambiente de promiscuidade existente no conflito. Esse ambiente é descrito quando o narrador se refere à Mercedes, militar paraguaia arregimentada para fazer parte do exército de Solano López:

Mercedes seguiu assim para Humaitá. Logo na noite da chegada percebeu que ali nada seria muito diferente do que vira durante a viagem. Respeitada a disciplina, a pessoa dormia com quem queria. Sobre isso não havia controle. Essa libertinagem era até incentivada de forma silenciosa pelos chefes. As mais bonitinhas iam deitar com eles. Além do mais, a possibilidade da morte relaxava a seu tanto os controles repressivos. “Está guardando para um negro brasileiro?” perguntou-lhe um dia um sargento. Reolhando-a de alto a baixo, completou: “Ou quem sabe para os corvos. Tua linda barriguinha pode ser atravessada por lança ou balaço, sabia, *muchacha*?” Mercedes sabia, mas o sargento não era nem a lança nem o balaço que ela poderia desejar (Ibidem, p. 203/204).

Mercedes atinge relevância na narrativa por ter sido uma paraguaia inimiga dos brasileiros, e ao mesmo tempo, amante do comandante da coluna aliada, Carlos Camisão. Suas ações eram de uma pessoa com constante dúvida. Além de praticar relações sexuais com Camisão e outros soldados, também tinha uma vida bissexual ao se relacionar com a chefe do regimento feminino militar paraguaio na região do Mato Grosso, Yolanda, e, no fim da narrativa, após o término do conflito bélico, estabelece vínculos mais duradouros com um dos soldados do exército brasileiro, responsável pela maior parte da narrativa na parte final do romance.

Em meio às intempéries da guerra, destaca-se também a figura do guia Lopes, que teve sua família destruída pelos paraguaios e servia como uma espécie de “bússola” ao orientar a tropa brasileira.

Profundos conhecedores do seu território, os soldados paraguaios montavam armadilhas e emboscadas contra os brasileiros que, gradativamente, pareciam estar mais perdidos e extenuados, atingindo o estágio de maior apreensão quando o cólera começou a fazer suas primeiras vítimas, dizimando grande parte dos soldados brasileiros. Um dos momentos mais marcantes na narrativa é a morte do coronel Carlos Camisão:

Camisão caiu ao entardecer. Agarrou-se a uma árvore, parecendo abraçá-la. Abriu bem a boca, as narinas alargaram-se como nunca antes em sua vida. Puxou todo o ar que pôde e foi insuficiente.

Não conseguia vomitar, apesar dos arrancos. Tampouco saía qualquer coisa do fundo do ventre que não fossem pavorosos líquidos esverdeados. Lembrou-se de Mercedes, talvez a única mulher que amara. Sentiu seus bons cheiros, seu gosto de mato verde, os sabores da sua boca, o frescor dos cabelos, as indispensáveis umidades na hora do amor. Os rios das lembranças trouxeram-lhe outras águas. Voltou a sentir o esperma deixando o corpo, molhando a vulva da amada – modo como impediam a gravidez dela. Mercedes lhe contara dos costumes das paraguaias, sabidas na arte de interromper gestações, os filhos não queridos naquela guerra. Mas Camisão, militar embora, tinha horror a exterminar vida. Morria ali um modo de fazer a guerra. Esvaía-se, junto com o sangue e o suor, o desespero (Ibidem, p. 183/184).

Na parte final do romance, com a morte de Camisão e o fim do conflito, o soldado-narrador reencontra Mercedes na capital paraguaia e a leva para os arredores de Santo Carlos, em fins de 1870. Lá, compram uma residência com a venda dos relatos sobre a guerra que o narrador fizera, e vivem em contato com a natureza. Nesse período, moram juntos e envelhecem, rememorando o conflito. Contudo, isso não os impede de viverem sua própria vida como casal. Mercedes morre de velhice e o narrador reflete, na parte final da narrativa, o fazer literário:

Conforta um homem de letras saber que disfarça a morte com esses frágeis signos incrustados no papel. E que a imortalidade dos escritores talvez semelhe a dos bichos. O gato que olha enquanto escrevo é o mesmo há milhares de anos, ainda que a domesticação tenha alterado um ou outro traço, aguçado esse ou aquele sentido. Também não sou eu o que foi Tucídides narrando a Guerra do Peloponeso? Não sou a continuação plebéia do visconde de Taunay, a quem tantas vezes admirei? Basta:

de tanto perguntar, arrisco-me a ser ninguém. Já é hora, portanto, de em silêncio retirar-me desta página (Ibidem, p. 218/219).

Na parte final da narrativa, observamos que o narrador remete de maneira explícita a alguns acontecimentos históricos, e busca semelhanças deles com personagens históricas, como o caso de Tucídides e do próprio Visconde de Taunay, cuja obra é referenciada várias vezes no romance de Silva.

1.3 – As diversas vozes em *Avante soldados: para trás*

Nem tudo o francês podia ver. Outras coisas ele as via e não as podia registrar. Escrever demanda tempo. No meio do mato, tudo se torna ainda mais complicado. Enquanto Camisão enfiava sua pena no tinteiro de Mercedes, o francês coabitava com a literatura, entretido em deixar a página bem molhadinha (SILVA, 1992, p. 191).

Ao lermos o romance *Avante soldados: para trás*, observamos a existência de várias vozes e não apenas a do narrador. Quando falamos em várias vozes na esfera literária, remetemos aos estudos acerca da polifonia, contidos nas publicações de Barros e Fiorin, ao fazerem algumas releituras de Bakhtin:

[...] Emprega-se o termo polifonia para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que se deixam entrever muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, que escondem os diálogos que os constituem. Reserva-se o termo dialogismo para o princípio constitutivo da linguagem e de todo discurso.

Em outras palavras, o diálogo é condição da linguagem e do discursivo, mas há textos polifônicos e monofônicos, segundo as estratégias discursivas acionadas. No primeiro caso, o dos textos polifônicos, as vozes se mostram; no segundo, o dos monofônicos, elas se ocultam sob a aparência de uma única voz. Monofonia e polifonia de um discurso são, dessa forma, efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se utilizam em textos, por definição, dialógicos. Os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem no entanto, produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar, faz-se ouvir (BARROS *apud* BARROS; FIORIN, 1999, p. 5/6).

Quando nos debruçarmos em alguns estudos feitos pelo teórico russo, a exemplo de sua *Estética da criação verbal* (2006), observamos o sujeito como alguém que constrói o seu discurso em função de outros, obtendo sentido somente em diálogo com a alteridade. Para Bakhtin, o sujeito vai surgir em contato com o outro. Esse sujeito é essencialmente dialógico e seu conhecimento é solidificado no discurso produzido por intermédio dessa relação. O teórico promove a crise da concepção mais tradicionalista em relação ao sujeito, na medida em que tem consciência da presença de várias vozes em seu discurso. Assim, ele nunca está acabado, mas torna-se uma construção constante, dinâmica, permanente, móvel. Dessa maneira, a relação com o outro forma o local de atuação do sujeito (CRUZ, 2007, p. 29).

Ainda sobre a relação de um texto com outros textos, ao fazer um estudo sobre algumas obras de Stendhal e Dostoiévski, Foucault constata a existência de livros com inúmeras remissões, outras vozes e outras publicações:

[...] É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. E esse jogo de remissões não é homólogo, conforme se refira a um tratado de matemática, a um comentário de textos, a uma narração histórica, a um episódio de um ciclo romanesco; em qualquer um dos casos, a unidade do livro, mesmo entendida como feixe de relações, não pode ser considerada como idêntica (FOUCAULT, 2005, p. 26).

Esse sistema de remissões a outros livros pode ser encontrado no romance do escritor brasileiro. Ao principiar a leitura do romance de Deonísio da Silva, nos deparamos com citações da obra *Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles, colocadas propositalmente ao iniciar cada capítulo da obra. Fruto de pesquisa histórica, a obra de Cecília Meireles pode ser considerada a mais representativa de sua criação literária. Composta harmonicamente entre elementos líricos, épicos e dramáticos, a autora pretende descrever a sociedade de Minas Gerais do século XVIII, buscando personagens históricos envolvidos na Inconfidência Mineira, movimento de base liberal, que culminou com a execução de Tiradentes, delatado por Joaquim Silvério dos Reis.

A escolha do intertexto utilizado em *Avante soldados: para trás* possivelmente tenha se dado por ambas as obras exporem situações de contestação do Império brasileiro, a

exemplo da existência do sistema escravocrata, havendo uma ligação temática e uma atitude igualmente contestatória, como se pode ver na obra de Cecília Meireles, citada no início do décimo-quinto capítulo no romance de Silva:

“Aqui tiniram ferros de correntes,
Pisaram por ali tristes cavalos.
E enamorados olhos refulgentes” (SILVA, 1992, p. 199).

A expressão “tinir ferros de correntes” deixa transparecer a época escravocrata vivida no período imperial brasileiro, onde seres humanos eram considerados objetos passivos de apropriação por outros seres humanos. Essa atmosfera de contestação era comum, principalmente com o desenrolar da Guerra do Paraguai que contava com grande participação do elemento negro no exército brasileiro. O negro ia para o campo de batalha sob a promessa de liberdade e muitas vezes, no lugar de seus senhores. Esse clima de insatisfação perante o regime imperial é encontrado em algumas passagens do romance de Silva:

Mas a guerra de verdade, travada contra um inimigo externo, ideal de todo militar, machucava muito mais do que as feridas das insurreições internas. Chegavam aos ouvidos deles nos quartéis que estranhas idéias vigoravam agora na América do Sul. *Monarquia, planta exótica na América*, apareceu afixado um dia num muro do Rio de Janeiro. Os jornais já se atreviam a criticar abertamente o Império e o imperador, sem temer castigo algum. E à boca pequena se falava em unidade latino-americana, em países irmãos. Isso confundia homens como Camisão, para quem o divisor de águas deveria ser bem claro. “Inimigo é o que está além das fronteiras do Brasil e nos ataca. Ou a gente os ataca, o que dá no mesmo.” Mas até o termo fronteira se diluía nessas conversas escuras; e o Rio Branco já fora chamado de ladrão de terras mais de uma vez, sobretudo por causa de suas idéias de alargamento territorial do Brasil, muitas ainda não postas em prática (Ibidem, p.136).

O termo em itálico da citação (*Monarquia, planta exótica na América*) é a metáfora que mostra a contestação feita em relação ao regime governamental do Brasil – monárquico - ao contrário da grande parte dos países da América do Sul. Observamos também na narrativa personagens históricas consideradas ícones da política nacional, como é o caso do Barão de Rio Branco, chamado de “ladrão de terras” pela sua conduta de redimensionamento dos domínios territoriais brasileiros.

Dessa maneira, podemos considerar a obra em estudo nesta dissertação um escrito essencialmente polifônico, pois há várias vozes que contribuem para a solidificação da voz do narrador, ou dos narradores, em *Avante soldados: para trás*.

Embora não trabalhe com o conceito de intertextualidade em seus estudos, esse termo se reaproveitou de noções polifônicas, desenvolvidas por Bakhtin. Exemplo disso são estudos da crítica literária francesa Julia Kristeva. O conceito de intertextualidade foi introduzido por ela na década de 1960. Em suas publicações, ela considera cada texto como constituindo um intertexto numa sucessão de textos já elaborados ou que ainda estão por ser. A ideia geral é que um texto não existe e nem pode ser avaliado de maneira adequada isoladamente; ao contrário, o pleno conhecimento de suas origens, de seus objetivos e de sua forma pode depender de maneiras importantes do conhecimento de outras realizações textuais. Kristeva exemplifica que um soneto pode depender da familiaridade do poeta com a tradição de escrever poesias na forma de sonetos; uma notícia de jornal pode depender de notícias de jornais anteriores; um discurso político pode invocar outros discursos já emitidos e declarações políticas prévias e mesmo uma receita culinária pode depender da convivência de quem a escreve com outras receitas culinárias (KRISTEVA *apud* TRASK, 2008, p. 147/148).

Dessa maneira, além de ser uma obra com traços acentuados de polifonia, *Avante soldados: para trás* utiliza-se constantemente da intertextualidade. Essa intertextualidade pode ser observada de maneira clara quando o narrador dialoga com a obra historiográfica. *A Retirada da Laguna*: “[...] O francês, no capítulo XXI de sua *A retirada da Laguna*, ou seu tradutor para a edição brasileira, refere 908 perdas. O engenheiro errou a conta dos mortos” (SILVA, 1992, p. 192/193).

Publicada em 1871 pelo Visconde de Taunay, um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, *A Retirada da Laguna* narra o célebre episódio da Guerra do Paraguai, conhecida como “A Retirada da Laguna”, evento que deu nome a obra do escritor franco brasileiro. Escrito em francês, foi traduzida por seu filho Affonso d’Escragolle Taunay, historiador e lexicógrafo. Composta com cerca de cento e setenta páginas subdivididas em vinte e um capítulos, além de constar na parte final de alguns documentos relativos, “A Retirada da Laguna” produzidos pelo exército brasileiro e posteriormente anexados à obra.

Em sua parte inicial, no prólogo escrito pelo autor na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 1868, Visconde de Taunay expõe o teor da publicação:

É o assunto deste volume a série de provações por que passou a expedição brasileira, em operações ao Sul de Mato Grosso, no recuo efetuado desde a Laguna, a três e meia léguas do rio Apa, fronteira do Paraguai, até o rio Aquidauana, em território brasileiro, trinta e nove léguas, ao todo, percorridas em trinta e cinco dias de dolorosa recordação. Devo esta narrativa a todos os meus irmãos de sofrimento, aos mortos ainda mais do que aos vivos (TAUNAY, 2005, p. 44).

Observamos que o narrador na obra de Silva cita o “tradutor para a obra brasileira” fazendo uma diferenciação superficial entre o autor e o tradutor. Essa diferenciação é necessária, pois embora possuam nomes parecidos e pertencentes à mesma família, o autor Visconde de Taunay, esteve no campo de batalha e foi responsável pelos relatos do conflito e seu filho, os traduziu do francês para o português. Além disso, o narrador contesta os números contidos na obra de Visconde de Taunay. Dessa maneira, o escrito de Silva pode ser considerado não apenas uma obra com grande densidade de intertextualidade, mas também uma paródia intertextual em relação à obra de Taunay por aproveitá-la na malha narrativa, criticando-a em alguns momentos. Sobre esse mecanismo Barros e Fiorin esclarecem:

Na paródia, a linguagem torna-se dupla, sendo impossível a fusão de vozes que ocorre nos outros dois discursos. Pode ser considerada uma transgressora que engole e transforma o texto primitivo, pois ao articular-se sobre ele, reestrutura-o, mas, ao mesmo tempo, o nega. Pode ser considerado dois os princípios que tornam possível essa transgressão: o diálogo e a ambivalência que correspondem a dois eixos: o horizontal (sujeito da escritura – destinatário) e vertical (texto – contexto) que se cruzam, gerando com isso a intertextualidade e possibilitando a dupla leitura (BARROS; FIORIN, 1999, p. 5/6).

Expondo um fragmento da obra de Taunay, podemos perceber algumas semelhanças entre ela e a de Silva:

Tal foi o combate de 11 de maio, o mais importante da Retirada. Já o de 6 mostrara aos paraguaios o que valia a nossa gente; veio este confirmar o efeito em seu ânimo; e tal impressão se traduziu pela hesitação e a moleza que, daí em diante, mais do que nunca, lhes caracterizou os cometimentos. Ficou-nos, além de tudo, patente que, além da prática da guerra, faltava-lhes a inspiração tática, a que sabe apreciar os fatos, no momento em que se produzem e adinhar os obstáculos para os vencer. O

seu ataque de infantaria tivera como fim levar a confusão à nossa vanguarda, de modo a entregá-la, no primeiro movimento de surpresa, à mercê da cavalaria. Baldado este plano, deveriam ter compreendido que a única probabilidade de triunfo restante residia nas cargas de cavalaria, cada vez mais impetuosas, e sustentadas por sucessivos reforços. Um pouco mais de hábito da guerra lhes teria dado a conhecer, aliás, quanto era a nossa disposição geral excelente e que, para a derrocar se tornava preciso combinar o emprego de artilharia, de que dispunham, com a ação da cavalaria. Sob este reforço simultâneo ter-nos-ia sido impossível, a princípio, defender as nossas bagagens e as munições que as acompanhavam; e depois os nossos quadrados, que às balas ofereciam dilatado alvo. E, então, as nossas fileiras, clareadas e combalidas pelo próprio fato de seu desenvolvimento, não teriam resistido à sua cavalaria, poderosa como era, com os pesados sabres de que dispunha.

Seja como for, vencêramos e ainda com este resultado excelente: crescera o coronel Camisão no conceito dos soldados pelo sangue frio de que dera mostras.

Mas, infelizmente, não bastava isto: perdêramos o gado. Que seria de nós sem víveres? Mandou o Comandante chamar vários oficiais, uns após outros e, depois, longamente conferenciou com o velho Lopes que, intrépido e até terrível, pode-se dizê-lo, em combate apenas travado, mostrava-se nas deliberações, mais do que ninguém, o homem dos bons conselhos e inspirados expedientes. E só deste lado havia agora salvação a esperar (TAUNAY, 2005, p. 105/106).

Embora a narrativa ficcional seja mais sintética em relação ao episódio descrito por Taunay, não se pode negar a proximidade entre elas:

Agora, o inimigo que tinha tudo para nos aniquilar para nosso espanto, começava a bater em retirada. Custamos a atinar com a tática paraguaia, que, aliás, era sempre surpreendente. Demoramos a perceber que o ataque tivera o fim principal de subtrair o nosso gado.

Juvêncio várias vezes durante a luta aproximou-se de Camisão para dizer-lhe que estranhava o desenrolar do combate. Não entendia certas evoluções do exército inimigo. Era preferível recuar um pouco, concentrar mais as forças, enquanto se estudava o objetivo dos paraguaios. Camisão, porém, já andava com a obsessão da retirada de Corumbá e não quis saber das ponderações de Juvêncio, “Que tática o que, homem? O objetivo deles é claro: querem acabar de vez com a gente.”

Infelizmente, Camisão não supunha certo. E, felizmente, muitas vidas estavam salvas. Mas até quando?(SILVA, 1992, p. 63/64).

Taunay expõe aspectos depreciativos do exército inimigo como soldados que hesitavam e tinham “moleza” ao se deparar com as forças brasileiras. Além disso, Camisão é tido como um comandante sem amostras de fraqueza, algo que é encontrado abundantemente na obra de Silva, ou seja, embora ambas tratem do mesmo episódio (A Retirada da Laguna) a obra do escritor brasileiro desmistifica a bravura e organização do exército brasileiro,

parodiando-o e construindo um escrito intertextual e polifônico, conforme podemos ver aproximando os fragmentos.

Os registros históricos e versões sobre o conflito entre paraguaios e aliados, desenvolvidos na Guerra do Paraguai e posteriores a ela, serão melhor expostos no capítulo seguinte, juntamente com algumas aproximações e distanciamentos existentes entre a história e a literatura que podem contribuir para o estudo de fronteiras identitárias na ficção literária.

Capítulo 2 – A literatura e suas aproximações

Eis aí mais um engano dos que escrevem, não um romance, mas outros livros, tidos como mais exatos no relato de eventos tão graves. Não houve uma guerra: houve muitas guerras, milhares de guerras na Guerra do Paraguai. Milhares de retiradas foram feitas naquela Retirada da Laguna (SILVA, 1992, p. 214).

Vimos, no capítulo anterior, a importância do contexto e de elementos sociais para o universo ficcional. Mesmo tendo a liberdade de criação, o ficcionista está ligado diretamente ao contexto vivenciado e depende dele para o sucesso de sua obra. Ao mesmo tempo em que escreve uma ficção, o autor tem em mente a receptividade do público leitor, da crítica literária e mesmo da editora onde seu livro poderá ser publicado e divulgado.

O conhecimento da biografia de Deonísio da Silva e o contexto de criação de *Avante soldados: para trás* é necessário para entendermos situações encontradas no romance, principalmente pelo fato do autor fazer remissão a outros escritos, tornando-se sua obra um romance polifônico e intertextual. Além disso, a obra do escritor catarinense utiliza-se de um malogrado evento vivenciado pelo exército brasileiro na Guerra do Paraguai: “A Retirada da Laguna”, e isso nos faz buscar referentes além da literatura, como os históricos, para entendermos melhor a trama do romance. Essa aproximação e distanciamento entre a literatura e a história foi abordado neste capítulo.

Ele foi dividido em três seções. Na primeira intitulada de “A literatura além das demais fronteiras” fizemos uma discussão sobre aproximações e distanciamentos entre literatura e história fundamentados em Chippiani e Aguiar (1993), Cruz (2007), que se apropria de algumas reflexões de Hayden White e Ricoeur, Umberto Eco (1994), Michel de Certeau (1992), Elias (1994), com algumas reflexões sobre sociedade e Chaves (1992). Na segunda, abordamos algumas reflexões da evolução do Brasil enquanto nação em Machado (1980) e sobre a Guerra do Paraguai observadas em Doratioto (2002), Pomer (1980), Chiavenatto (1979) e Michel (2008). Na última seção, subdividida em duas, nomeadas de Aliados “pero no mucho”: A Tríplice Aliança e Aliados “pero no mucho”: O Mercosul, a discussão abordou o caráter dinâmico de conceitos como aliado/inimigo refletindo que países oponente na Guerra do Paraguai podem se colocar como aliados em acordos de cooperação, a exemplo do Mercosul. Para isso, utilizamos estudos de Menezes e Filho (2006), Magnoli (1997) e Matias (2005).

2.1 A literatura além das demais fronteiras

Meu pai sentava-se à mesa enorme e lia para os filhos algumas passagens bíblicas. Lembro-me do horror do Apocalipse. Faz falta meu pai; não faz falta nenhuma sua leitura (SILVA, 1992, p. 67).

Quando lemos um livro de literatura considerado pela crítica literária de boa qualidade e reconhecido através de prêmios nacionais e internacionais, tendemos a buscar nele marcas de originalidade criativa. A literatura permite ao escritor recriar sob conhecimentos já explorados e ser considerado criativo pelo enfoque diferenciado dado aos objetos estudados por diversos saberes.

Dessa maneira, a ela pode ser atribuído um saber que não é científico pelo fato de não necessitar de comprovações e testes para sua solidificação e, por outro lado, conta com maior liberdade para suas criações ao utilizar-se de temas valorizados por outros saberes, não-ficcionais, a exemplo da história e da antropologia.

Na obra *Avante soldados: para trás*, temos uma narrativa que focaliza ficcionalmente vários elementos observados nas sociedades modernas: há um conflito internacional e personagens possuidoras de nomes próprios semelhantes aos de algumas personagens históricas. O romance enfoca um episódio polêmico de recuo das forças aliadas comandadas pelo exército brasileiro numa guerra internacional que hoje, em pleno século XXI, ainda suscita polêmicas e controvérsias em esferas do conhecimento, como o histórico.

Mignolo em seu artigo *Lógica das diferenças e política das semelhanças* traça a proximidade entre a literatura e a história, conforme observamos no comentário de José Carlos Sebe Bom Meihy:

Para Mignolo a atividade de controle, patrulhamento ou fiscalização imposta pelos grupos especializados gerou a compartimentação do saber e tal agora se coloca em tela de juízo. Quer pela lógica quer pela política, tanto as semelhanças quanto as diferenças das duas formas “expressivas” estariam em questão. O talento embutido no texto de Mignolo compromete a análise em vista da necessidade de superação do esforço “político” exercido no estabelecimento das “semelhanças”. No lugar aponta a “lógica das diferenças” calcada na transformação, “nem sempre lógica”, do conceito de literatura. Assim o autor exhibe, com parcimônia e requinte, o roteiro e as configurações que a história e a literatura tiveram no transcurso do tempo (BOM MEIHY *apud* CHIAPPINI; AGUIAR, 1993, p. 141/142).

Tanto a literatura quanto a história possuem origens comuns e semelhanças notórias, como a percepção do estudioso para um determinado evento: o historiador o relata embasado

em dados comprováveis, a exemplo dos documentos, e o ficcionista o recria embasado muitas vezes em dados e os enaltece ou os subverte através de sua expressividade artística.

Embora a literatura tenha um conjunto de peculiaridades que a caracteriza, ela não se solidifica apenas com conceitos e aspectos estudados em sua esfera literária, como é caso do narrador, narrativa, personagens, cenário etc; mas também por dialogar com outros saberes. Para a estudiosa Juliana Votto Cruz, tanto a literatura quanto a história estão inegavelmente relacionadas pelo fato de ambas fazerem uso do texto, ou seja, do discurso, como forma expressiva. Ela explica que o historiador Hayden White mostra o caráter narrativo da história, além de afirmar que os fundamentos de coerência e consistência do discurso histórico são, em última análise, construções linguísticas, e o historiador, embora seja munido de seu próprio estilo e filiado a determinadas correntes teóricas, o faz cumprindo um protocolo linguístico. Além disso, Cruz compreende a história como discurso e, dessa maneira, também é passível à liberdade de criação, pois é fruto de um olhar particular na descrição do passado (CRUZ, 2007, p. 17).

Prosseguindo nessa linha argumentativa, Cruz retoma mais uma vez Hayden White ao esclarecer a proximidade entre literatura e história:

Embora os historiadores e os escritores de ficção possam interessar-se por tipos diferentes de eventos, tanto as formas dos seus respectivos discursos como seus objetivos são amiúde os mesmos. A história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica (WHITE *apud* CRUZ, 2007, p. 18).

Mesmo havendo aproximações entre a literatura e a história, existem alguns distanciamentos. Um deles, e talvez o mais importante, é explicado por Ricoeur. Segundo ele, o recurso aos documentos origina uma linha divisória entre a história e a ficção, pois, ao contrário do romance, as construções do historiador visam reconstruções do passado e, para isso, através do documento e da prova documentária, o historiador se submete ao que, um dia, foi. Dessa maneira, ele tem uma dívida para com o passado, uma dívida para com os mortos (RICOEUR, 1995 *apud* CRUZ, 2007, p. 242).

Embora um ficcionista não tenha a mesma “dívida para com os mortos” conforme Ricoeur explica, isso não o impede de buscar em documentos ou em obras de caráter histórico dados para contribuir com sua narrativa, como ocorreu com Silva em seu processo de escrita do romance *Avante soldados: para trás*. Ele fez uma pesquisa de cerca de cinco anos sobre a Guerra do Paraguai, tornando seu enredo verossímil e com detalhes resgatados de publicações que tratam de tal conflito.

Umberto Eco traça algumas ligações entre a ficção e a história sendo que a primeira, segundo ele, se estende infinitamente:

[...] parece que os leitores precisam saber uma porção de coisas a respeito do mundo real para presumi-lo como pano de fundo correto do mundo ficcional. A essa altura, porém, deparamos com uma dificuldade. Por um lado, na medida em que um universo de ficção nos conta a história de algumas poucas personagens em tempo e local bem definidos, podemos vê-lo como um pequeno mundo infinitamente mais limitado que o mundo real. Por outro, na medida em que acrescenta indivíduos, atributos e conhecimentos ao conjunto do universo real (que lhe serve de pano de fundo), podemos considerá-lo maior que o mundo de nossa experiência. Desse ponto de vista, um universo ficcional não termina com a história, mas se estende infinitamente (ECO, 1994, p. 91).

As palavras de Eco deixam subtendida a necessidade do leitor compreender o mundo real na busca do entendimento da obra ficcional. Dessa maneira, se estamos diante de um romance que tematiza acontecimentos históricos, é preciso buscar tais referentes para se entender o enredo e, para isso, o leitor ou pesquisador deve recorrer às publicações da história.

Assim como o ficcionista, o historiador também é um autor e, como tal, sofre influências do meio vivenciado por ele, conforme observamos em algumas explicações de Chartier e Foucault no capítulo anterior.

Michel de Certeau segue essa linha ao defender que grande parte dos autores oriundos da historiografia ou da etnologia trazem a “bandeira do meio que a elabora”:

Seja qual for a historiografia ou etnologia, permanece sempre o sintoma ou a bandeira do meio que a elabora. Isso até mesmo nos seus métodos técnicos. Desse modo, nossa historiografia privilegia documentos escritos, isto é, interessa-se somente pela categoria social que é homogênea à dos autores e dos leitores dessa história. Na verdade, 99% da população de que falamos não escreve. O discurso historiográfico impõe como história da sociedade uma tautologia que faz com que sempre “os mesmos” (aqueles que escrevem) sejam os autores, os leitores e os privilegiados por esses estudos. Todo o “resto” é silenciosamente reprimido por esse círculo do “mesmo”. [...] Toda historiografia, ou toda etnografia, representa a acentuação de um poder sobre um ou outro desses dois modos (DE CERTEAU, 1995, p. 156/157).

Dessa maneira, pode haver uma série de interesses por trás da narrativa histórica de dado evento. Da mesma forma que o ficcionista tende a se adaptar ao contexto e ao seu público leitor, o historiador também se encontra submetido a alguns poderes limitantes. Ele precisa produzir de acordo com a esfera historiográfica para ser enquadrado nela, e, caso suas produções não recorram a dados e documentos comprobatórios de suas explicações, suas publicações não terão credibilidade. Além disso, o historiador, tal como o ficcionista, possui

afinidades ideológicas e tende a defendê-las em suas obras. Contudo, se essas afinidades forem contrárias aos interesses dos poderes institucionalizados, como o caso do regime governamental instaurado em seu país, ele poderá ser questionado. Se, por outro lado, suas obras estiverem de acordo com tal tipo de poder, possivelmente ele contará com maior apoio e aumentará a possibilidade de disseminação de seus estudos.

Os poderes institucionalizados influenciam as produções dos historiadores, como expressa o crítico literário Flávio Loureiro Chaves que, além de deixar isso implícito, acredita na importância da literatura e na formação de suas personagens para a consolidação da identidade das nações latino-americanas:

Cronistas e historiadores de encomenda não foram senão os escribas dos regimes de dominação cuja imagem ideológica, aliás, lhes cabia construir, mascarando-a na exaltação cívica. A revolução da realidade ou a sua impugnação dá-se, então, através da literatura. Por isto, a verdadeira identidade das nações latino-americanas deve mais facilmente ser encontrada nos personagens fictícios dos narradores do que nos documentos históricos maliciosamente distorcidos (CHAVES *apud* SILVA, 1992, p. V/VI).

Embora o crítico literário compreenda ser as produções ficcionais menos influenciadas pelos poderes institucionalizados do que as históricas, não podemos negar que ambos são influenciados por eles, embora em graus diferenciados.

Quando Chaves menciona a existência de “documentos históricos maliciosamente distorcidos” nos faz lembrar algumas correntes interpretativas da Guerra do Paraguai, principalmente a consolidada imediatamente ao conflito, onde os chefes militares brasileiros tem suas falhas minimizadas e são vangloriadas suas conquistas no campo de batalha. A existência de outras vertentes históricas acerca da guerra e suas justificativas nos indica que a história, como ciência, é dinâmica e em processo de constante reelaboração, assim como a sociedade de onde surgem os eventos históricos. Para termos uma visão mais abrangente desses eventos é fundamental conhecermos suas diversas explicações e possíveis contradições, que são comuns por focar as realizações dos contraditórios seres humanos. Esse caráter dinâmico da sociedade permanentemente ligada ao passado e ao futuro é explicado por Norbert Elias:

[...] Com o termo “todo”, geralmente nos referimos a algo mais ou menos harmonioso. Mas a vida social dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões. O declínio alterna-se com a ascensão, a guerra com a paz, as crises com os surtos de crescimento. A vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa. Mas, se não há harmonia, ao menos a palavra “todo” evoca-nos a idéia de alguma coisa completa em si, de uma formação de contornos nítidos, de uma forma perceptível e uma estrutura discernível e mais ou menos visível. As

sociedades, porém, não tem essa forma perceptível. Não possuem estruturas passíveis de serem vistas, ouvidas ou diretamente tocadas no espaço. Consideradas como totalidades, são sempre mais ou menos incompletas: de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro (ELIAS, 1994, p. 20).

Essas contradições podem ser observadas quando estudamos diversas fontes em relação a um mesmo evento histórico, conforme o fez Silva, possibilitando a ele sugerir em sua narrativa essas mesmas contradições por trás da Guerra do Paraguai.

Assim como o historiador está condicionado ao contexto social e histórico, o mesmo ocorre em relação ao ficcionista. Ambos são influenciados pelos contextos de suas elaborações intelectuais, contextos esses onde há relações de poder. Essas relações de poder também são recriadas na ficção literária.

Ao estudarmos fronteiras identitárias em uma obra ficcional, como fizemos em *Avante soldados: para trás*, é necessário estarmos atentos para a forma das personagens interagirem, e isso pode ser obtido nas relações trazidas pela narrativa, pois há por trás destas, pistas de relações de poder.

Vimos no capítulo anterior, ao descrever os principais personagens da narrativa, que o coronel Camisão tinha relações afetivas com uma guerreira paraguaia, algo não permitido, pois a paraguaia era uma inimiga pertencente à pátria oponente. Contudo, por ser o principal comandante militar brasileiro no campo de batalha na região do Mato Grosso, o militar brasileiro usa sua posição de força para com os seus subordinados com o intuito de continuar o romance com Mercedes. Ou seja, havia militares que sabiam desse relacionamento, mas eram omissos pelo fato do comandante brasileiro estar em uma posição hierárquica superior a deles.

Desse modo, observamos nas falas das personagens formas para identificá-las na narrativa, e as representações das relações entre paraguaios e brasileiros. Assim, percebemos que o meio social pode ser identificado pelo comportamento e “falas” proferidas pelos personagens, e os mesmos são objetos de estudo tanto nas narrativas históricas quanto nas ficcionais.

2.2 Muitas “histórias” por trás da História

Transcrevo o que colhi de ouvido e sentimento. Eu estava lá, mas os acontecimentos se espalhavam por muitos lugares. Nem tudo eu via. Nem tudo eu ouvia. São muitas as limitações de quem escreve. Maiores do que aquelas de quem lê. Mesmo em tempos de paz. Eu estava em guerra. Servia meu país. Como

soldado e escritor. Lutava e escrevia. O que recolhi, passo à posteridade (SILVA, 1992, p. 118).

Considerado o maior conflito internacional em terras americanas, a Guerra do Paraguai, embora tenha se passado na segunda metade do século XIX, é um conflito que ainda ecoa nos dias atuais. Isso pode ser visto pela existência de algumas interpretações do episódio defendidas por diversos historiadores.

Antes de mencionar as razões para o surgimento do confronto, é necessário frisarmos que, quando há uma guerra internacional, existem conflitos latentes, geralmente ocasionados pela falta de reconhecimento da soberania de um Estado independente por outro. Na maioria das vezes, os países em conflito possuem territórios posicionados geograficamente em zonas de fronteiras. Na Guerra do Paraguai, temos a maioria dos confrontos ocorrendo entre as fronteiras do Brasil e do Paraguai. Sobre fronteiras e essas duas especificamente (Brasil e Paraguai), Albuquerque fez uma minuciosa explicação:

Muitas vezes usamos como sinônimos os termos fronteiras, limite e divisa. Mas existem diferenças específicas entre essas palavras. A fronteira é vista geralmente como uma zona, uma faixa ou região entre dois países, é um espaço mais amplo de relações sociais de um lado e outro do limite político. Não tem extensão precisa e varia em cada situação singular. Mas, muitas vezes, os Estados nacionais definem juridicamente uma faixa de fronteira como área de segurança nacional. O Brasil definiu uma zona de 150 km a partir do limite internacional e o Paraguai delimitou no final de 2004 uma faixa de 50 km. Já o limite internacional é denominado de linha de fronteira. O limite é abstrato e invisível, fruto de um tratado jurídico internacional ou delimitação. A divisa representa a visibilidade na paisagem geográfica deste limite invisível. Ele é percebido através da construção de marcos visíveis (a demarcação) e da criação de controles alfandegários e de instituições militares que fiscalizam a saída e entrada de mercadorias e pessoas (MARTIN, 1998; GOLIN, 2002 *apud* ALBUQUERQUE, 2010, p. 35).

Albuquerque privilegia em seu estudo as múltiplas relações dadas num espaço fronteiriço entre Brasil e Paraguai ao focar um elemento (o brasiguai) comum nas regiões, a exemplo das cidades de Corumbá no Mato Grosso e da cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero e das cidades de Foz do Iguaçu no Paraná e Ciudad de Leste, também localizada em território paraguaio. Essa fronteira (Brasil – Paraguai) é explorada na malha narrativa do romance *Avante soldados: para trás* de Deonísio da Silva ao abordar um episódio conhecido historicamente como “A Retirada da Laguna”, ocorrido na Guerra do Paraguai.

A fronteira tem o papel de não apenas delimitar aspectos geopolíticos, mas também contribuir para a identificação das pessoas. Se falo que sou brasileiro, logo, fica subtendido que não sou paraguaio, ou argentino, ou francês, ou pertencente a outras nacionalidades, e isso ocorre quando sou reconhecido perante aos outros como brasileiro.

O reconhecimento é também compartilhado entre os diversos países, e um dos principais fatores geradores de confrontos entre nações é a falta de reconhecimento de suas soberanias. Ao infringir as fronteiras políticas sem prévia autorização, na maioria das vezes, é deflagrado o conflito, tal como aconteceu na Guerra do Paraguai.

Ao analisar a evolução do conceito de soberania, observa-se que ela é uma concepção política condensada posteriormente como noção jurídica. Para Jellinek, o conceito de soberania não foi descoberto no “gabinete de sábios estranhos ao mundo”, pois deve sua existência à “forças muito poderosas, cujas lutas constituem o conteúdo de séculos inteiros”. Assim, a ideia de soberania é útil e fundamental, pois aqueles que a teorizam “podem manipular o seu significado para servir a propósitos um tanto quanto antagônicos, à medida que a estrutura do poder e da autoridade passam por mudanças históricas”. As possíveis revoluções na soberania resultariam, dessa forma, de revoluções prévias nas ideias dominantes a respeito de justiça e autoridade política (MATIAS, 2005, p. 32).

Para haver uma convivência respeitosa entre duas nações fronteiriças, o respeito à soberania de ambas é essencial. Grande parte da eclosão de conflitos internacionais se dão pela falta desse reconhecimento, o que pode ser ocasionado por um Estado se considerar superior, seja por dimensões territoriais ou pelo poder político. Quando esse reconhecimento é infringido, a independência de alguns dos envolvidos no conflito, ou de todos, se torna uma ficção, conforme é sugerido por Matias:

A igualdade entre os Estados pode ser considerada uma consequência lógica do próprio conceito de soberania. Dizer que os Estados são soberanos significa que eles detêm um poder supremo e independente. Assim, todos os Estados haveriam de ter os mesmo direitos e obrigações ao interagirem. Caso não fossem considerados iguais, isso refletiria obrigatoriamente um sistema de subordinação, e tanto sua independência quanto sua autoridade interna seriam uma ficção. A soberania seria, portanto, um poder incondicionado, não subordinado a nenhum outro (Ibidem, p. 36).

Mesmo existindo um consenso em relação à soberania, quando há um mandatário de uma nação independente que lança mão da força para manter o seu poder, ele busca a concentração e a centralização desse poder num determinado território. O processo de formação do Estado, conforme lembra Norberto Bobbio, foi fruto de dois processos paralelos: de concentração e de centralização do poder em um território delimitado. Por concentração, pode-se entender a atribuição exclusiva ao monarca, no território do seu reino, dos poderes soberanos, como o legislativo, jurisdicional, fiscal e o poder de exercer a força. Em relação à centralização, entende-se como o processo de eliminação de ordens jurídicas inferiores, como

nas cidades, que deixam de ser autônomas e passam a existir como organizações surgidas de uma autorização ou da tolerância do poder central (Ibidem, p. 40).

Um dos fatores essenciais para a manutenção da soberania de uma nação é a existência de exércitos. Ela ocorre desde as primeiras civilizações. Contudo, a forma moderna está intimamente ligada ao processo de concentração e centralização do poder, a qual, na maioria das vezes, leva à absorção de unidades políticas menores e menos fortes por outras unidades maiores e com maior poder. Nesse processo, as fronteiras territoriais passam a coincidir gradativamente com uma ordem jurídica uniforme, e são criados novos mecanismos de produção e execução de leis. A então dispersa administração fiscal é centralizada e desenvolvida. Por fim, as relações entre os Estados são formalizadas por intermédio do desenvolvimento das instituições diplomáticas e são formados exércitos permanentes (MATIAS, 2005, p. 41).

No episódio histórico conhecido como “A Retirada da Laguna” trazido por Silva, é observado a existência de exércitos responsáveis pela defesa da soberania das nações. Contudo, a narrativa explora também o desconhecimento dos soldados brasileiros em relação ao país a ser invadido, em resposta à invasão do território brasileiro. No início do romance, fica exposto que muitos representantes das altas esferas militares do exército nacional desconheciam o inimigo a ser combatido:

Vamos guerrear contra um país que não conhecemos, essa é a grande verdade. Não sabemos seu exato tamanho. Ignoramos sua topografia, seus rios, montes, vegetação, vilas. A população do país também oscila muito nos papéis militares. O Alto Comando refere 500 mil habitantes, às vezes. De repente, embutido num informe qualquer, fala-se em 800 mil pessoas. “O Paraguai tem, por baixo, 1 300 000 habitantes”, disse o visconde um dia desses. “Informei-me em Londres” (SILVA, 1992, p. 17).

Como se vê, há desconhecimento não apenas do inimigo a ser combatido, mas também dos motivos ocasionadores do conflito. Não há uma explicação historiográfica única para os motivos do início da Guerra do Paraguai. Contudo, existem algumas justificativas mais aceitas. A própria forma de nomear esse conflito internacional não é única, conforme expõe Michel recorrendo a Dinis (1997), ao ressaltar que, no Brasil, conhecemos o conflito como a “Guerra do Paraguai”. Ou seja, para a maioria dos brasileiros, esse foi um conflito ocasionado pelo Paraguai e seu presidente, Francisco Solano López. Os argentinos e uruguaios, chamam o conflito de “Guerra da Tríplice Aliança”, destacando a união dos países aliados. Por fim, os paraguaios a designam por “Grande Guerra” ou “Guerra do Paraguai contra a Tríplice

Aliança”, denominação que deixa claro a desproporção do conflito (DINIS, 1997 *apud* MICHEL, 2008, p. 16).

Em seu livro *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, Francisco Doratioto expõe vertentes explicativas do conflito. Para ele, com o final da guerra em 1870, a historiografia tradicional brasileira diminuiu a importância do aliado argentino para o triunfo sobre Solano López e minimizou as críticas à atuação de chefes militares brasileiros no conflito. Em contrapartida, ficou claro que o ditador paraguaio, na visão de grande parte dos defensores da explicação tradicional do conflito, era um homem caricato num país agrícola atrasado, responsável por erros militares que custaram a vida de milhares de seus aguerridos soldados.

Nos fins do século XX, a história da guerra foi retrabalhada pelo revisionismo populista, ao se criar o mito de Solano López como grande chefe militar e líder antiimperialista. Nesse mesmo sentido, os revisionistas desqualificavam a atuação do exército aliado, a resistência e o sacrifício demonstrados por seus homens, lutando durante sofridos anos longe de seus países.

Segundo o autor, a explicação da historiografia tradicional que colocava o ditador paraguaio como grande responsável pelo conflito, classificando-o como ambicioso, tirânico e desequilibrado, não estava longe da realidade, e pode até explicar alguns momentos da guerra, mas não sua origem e dinâmica (DORATIOTO, 2002, p. 18/19).

Observamos também, na publicação de Doratioto, que a visão do conflito internacional muda de acordo com a ideologia política, tanto em relação ao lado brasileiro, quanto ao paraguaio:

No final do século XIX e início do XX surgiram vozes discordantes dessa interpretação tradicional. No Brasil, os adeptos do positivismo, filosofia contrária ao regime monárquico de governo, passaram a responsabilizar o Império brasileiro pelo início da guerra. No Paraguai, por essa época, surgiu o revisionismo sobre Solano López, que teve sua imagem “reconstruída” e passou a ser apresentado como estadista e grande chefe militar. Essa interpretação surgiu por motivos financeiros [...] e foi adotada por uma seqüência de ditadores: Rafael Franco (1936-7) a oficializou; Higinio Morinigo (1940-8) a fortaleceu e Alfredo Stroessner (1954-89) a tornou ideologia oficial do Estado, a ponto de prender e exilar aqueles que dela divergissem. A falsificação do passado, com a apologia da ditadura lopizta, contribui para construir a opressão do presente, ao dar suposta legitimidade aos regimes de três governantes (DORATIOTO, 2002, p. 19).

Não é antiga a promoção de Solano López a líder antiimperialista por intelectuais nacionalistas e de esquerda do Rio da Prata, pois iniciou nos fins dos anos 1960 e, com o tempo, inclinou-se para posturas de caráter populista, em que o Paraguai é apresentado no

período pré-guerra como um país progressista, no qual o Estado teria proporcionado a modernização do país e o bem-estar de sua população, fugindo à inserção na economia capitalista e à subordinação do poderio inglês. Por essa vertente, Brasil e Argentina teriam sido manipulados por interesses estrangeiros (ingleses) para aniquilar o desenvolvimento autônomo paraguaio.

Os livros mais representativos desse revisionismo foram publicados pelo historiador argentino León Pomer, principalmente no *La Guerra del Paraguay: gran negocio!* de 1968 que, no Brasil, teve uma simplificação na obra publicada em 1979 intitulada de *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, do historiador Julio José Chiavennato sobre o imperialismo inglês. Os dois autores argumentam que o conflito manteria o *status quo* na América Meridional, impedindo a ascensão do seu único Estado economicamente livre (DORATIOTO, 2002, p. 19/20).

No outro livro de León Pomer *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense* aparecem marcas acentuadas do revisionismo:

[...] O Império devia então cortar pela raiz as tendências centrífugas que abrigava, e eliminar o mau exemplo de um Paraguai arrogante, com chefes de governo que se permitem destratar os diplomatas imperiais, que resistem a assinar acordos de limites que não considerem justos, etc. Em termos econômicos e políticos, o Império precisa ter livre acesso a Mato Grosso. De resto, a comunidade mercantil – com acentuada presença inglesa – acha que limitar a livre circulação de mercadorias é um pecado, da mesma forma que permitir a ingerência do Estado na economia – que, no caso do Paraguai, limita extraordinariamente a iniciativa privada (POMER, 1980, p. 50).

A explicação de Pomer está centrada no interesse do capital inglês nas ações do Império brasileiro, e este se via ameaçado com o projeto do “Paraguai Maior” de Solano López, de anexar terras territoriais de países vizinhos, inclusive do Brasil, na busca de uma saída para o oceano Atlântico. O Paraguai, da forma que era conduzido pelo presidente, poderia ser um novo pólo de poder no Cone Sul, pondo em risco a consolidação do Estado nacional argentino e colocando em posição de ameaça o Império brasileiro.

Convergindo para a vertente revisionista, observamos que Chiavenatto evidencia a influência do capital inglês como um dos fatores motivadores do conflito:

A Guerra do Paraguai foi causada, em conteúdo, por motivos econômicos. Naturalmente, há as questões de limites entre os países, as reivindicações territoriais da Confederação Argentina e do Império do Brasil, para mutilar a jovem República do Paraguai. Essas questões, porém, pela sua falta de propósito para causar uma guerra, como meros pretextos para criar condições de uma invasão do Paraguai, são secundárias. Além da questão de limites, mais aceitável do ponto de vista histórico, se bem que se demonstre sua falsidade facilmente, havia questões políticas, estas

oriundas ainda das causas primordiais, as econômicas. Depois, há o que se poderia chamar vulgarmente de “razões ideológicas”, que serviram para a propaganda da guerra, acusando o governo de López de ser uma tirania, uma barbárie que se precisava exterminar pra “libertar” o povo paraguaio.

Como reagem os tradicionais historiadores brasileiros ante estes fatos?

Reagem exatamente como justificadores da política do Império: forjam fatos, somam mentiras para justificar a guerra. Perdem-se propositalmente num emaranhado de detalhes para encobrir os dados econômicos fundamentais. Nos livros brasileiros, e falamos dos “clássicos” dessa guerra, os geralmente aceitos como os mais precisos, é raro encontrar-se uma leve alusão às causas econômicas ou à participação do capital inglês. [...] Enfim, todo livro que se propõe a contar a Guerra do Paraguai dentro de um parâmetro mais precisamente econômico, o que significa pôr a nu a Tríplice Aliança como testa-de-ferro do capital inglês, é condenado por “crime à nacionalidade”. O que tem desestimulado os estudos que poderiam nos dar uma visão exata sobre a Guerra do Paraguai, sua importância e suas conseqüências (CHIAVENATTO, 1979, p. 11/12).

Na crítica de Chiavenatto ao que ele chama de “clássicos”, percebemos sua discordância em relação à interpretação tradicional do conflito e à defesa do Paraguai como um país virtuoso e arruinado na guerra, graças a interesses financeiros, notoriamente dos ingleses.

No romance de Silva, há momentos em que as personagens percebem que o conflito contava com motivações além dos limites do Cone Sul, influenciado pela forte presença do capital estrangeiro:

[...] O Alto Comando refere 500 mil habitantes, às vezes. De repente, embutido num informe qualquer, fala-se em 800 mil pessoas. “O Paraguai tem, por baixo, 1 300 000 habitantes”, disse o visconde um dia desses. “Informe-me em Londres.” “Como os ingleses chegaram a esse cálculo redondo, visconde?” “Examinando o consumo de carne bovina”, disse, como sempre seguro, o visconde. “Você não acha que esses paraguaios comem carne demais?” perguntou o coronel. “Posso acrescentar que são bem alimentados”, disse, seco, o visconde. “Lá, desde Francia, ninguém passa fome. A independência para eles significou comida para todos” (SILVA, 1992, p. 17).

No romance, os soldados brasileiros recebiam informações sobre os paraguaios repassadas pelos ingleses. Vemos os paraguaios estimados de acordo com o consumo de carne bovina, ou seja, vistos como consumidores de um produto, que na época, era uma das principais fontes de subsistência dos exércitos. Na citação, estão algumas características dos paraguaios à época do conflito semelhantes a algumas publicações revisionistas que mostravam o Paraguai com uma população sem muitas necessidades de subsistência, principalmente quando o visconde esclarece que, após a independência do país, os paraguaios não mais passavam fome.

Em outra situação do romance, quando o soldado-narrador conversa com Mercedes, é sugerido de maneira acentuada a possível participação do poderio inglês na fomentação do

conflito bélico. Nele, após o desfecho do conflito, o narrador majoritário do romance se reencontra com Mercedes, ex-amante de Carlos Camisão na capital paraguaia. Ela explica que o pagamento feito pelo assassinato de Solano López no momento derradeiro da guerra foi efetivado em moeda inglesa, expondo o interesse inglês na região, antes e após o conflito, principalmente quando a militar paraguaia indaga o porquê de se chamar os aliados de “Tríplice Aliança”, pois havia mais de três países aliados contra os paraguaios:

Falei com Mercedes numa rua da capital paraguaia durante esses saques. “Pagaram o Chico Diabo com moeda inglesa”, me disse ela, “isso bastaria para explicar que lutamos do lado errado”. Quis saber dela por que razão aquele era o lado errado. “Porque perdemos”, respondeu, aparentemente sem mágoa e conformada. “Nossos inimigos eram muitos e de diversos países”, continuou. “Todos queriam aniquilar o Paraguai.” “Talvez tenham conseguido por causa da Tríplice Aliança”, eu disse. “Tríplice?!” exclamou Mercedes, perguntando mais com os olhos do que com as palavras. “Tríplice com quatro? Por que sempre se omite a Inglaterra se os aliados pagam as contas com moeda inglesa?” (Ibidem, p. 208/209).

Por outro lado, há outras vertentes explicativas das motivações por trás do conflito envolvendo os principais países do Cone Sul. Doratioto argumenta quais foram as razões da guerra:

A história do Paraguai esteve intimamente ligada ao Brasil e à Argentina, principais pólos do subsistema de relações internacionais na região do Rio da Prata. O isolamento paraguaio, até a década de 1840, bem como sua abertura e inserção internacional se explicam, em grande parte, pela situação política platina. Nos anos seguintes a essa abertura, o Paraguai teve boas relações com o Império do Brasil e manteve-se afastado da Confederação Argentina, da qual se aproximara nos anos de 1850, ao mesmo tempo que vivia momentos de tensão com o Rio de Janeiro. Na primeira metade da década de 1860, o governo paraguaio, presidido por Francisco Solano López, buscou ter participação ativa nos acontecimentos platinos, apoiando o governo uruguaio hostilizado pela Argentina e pelo Império. Desse modo, o Paraguai entrou em rota de colisão com seus dois maiores vizinhos e Solano López acabou por ordenar a invasão de Mato Grosso e Corrientes e iniciou uma guerra que se estenderia por cinco anos. A Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações (DORATIOTO, 2002, p. 23).

A compreensão das diferenças entre os Estados Nação contribui para termos uma visão mais ampla de como se dão conflitos internacionais, bem como os rivais do passado podem se tornar, situacionalmente, aliados pelos mais diversos motivos, conforme foi enfocado no terceiro capítulo.

Observamos, na publicação de Doratioto, a existência de três principais vertentes interpretativas em relação a esse conflito bélico: a tradicional (o Paraguai como culpado pelo conflito), a revisionista (o conflito motivado por fortes interesses financeiros, principalmente

da Inglaterra) e a regional (países que, ao expandir suas fronteiras e influências no contexto do Cone Sul, entram em choque).

Pelo fato da obra de Silva ter como pano de fundo um conflito internacional e ser pautado pela verossimilhança, observamos nela alguns questionamentos semelhantes aos da vertente revisionista. Contudo, isso não significa que a obra seja um porta-voz da vertente, pois nela há também momentos onde Solano López é caricaturado de maneira irônica, como é comum ser feito na vertente tradicional:

[...] O Supremo sofria de uma contumaz dor de dente, que deixava a sua cara sempre bolachuda, tal como aparece nos daguerreótipos do período. Madame Lynch tinha que amá-lo muito para suportar o mau hálito de sua boca cheia de pus. Detalhes, detalhes, detalhes (SILVA, 1992, p. 210).

O presidente paraguaio na narrativa é caricaturado com a maximização de suas peculiaridades físicas. Sua face era “bolachuda” e assim ele era reproduzido nos daguerreótipos do período. A ele são atribuídas características não de um herói, mas de um indivíduo cheio de defeitos e fraquezas.

A justificativa do conflito por motivos regionais também aparece na narrativa:

Mas a guerra de verdade, travada contra um inimigo externo, ideal de todo militar, machucava muito mais do que as feridas das insurreições internas. Chegavam aos ouvidos deles nos quartéis que estranhas idéias vigoravam agora na América do Sul. *Monarquia, planta exótica na América*, apareceu afixado um dia num muro do Rio de Janeiro. Os jornais já se atreviam a criticar abertamente o Império e o imperador, sem temer castigo algum. E à boca pequena se falava em unidade latino-americana, em países irmãos (SILVA, 1992, p. 136).

O Império brasileiro era visto, na América do Sul, como um país peculiar: se os outros eram republicanos, o Brasil possuía um governo diferenciado por ser monárquico e semelhante a alguns países europeus. Isso poderia aumentar o estranhamento e o revanchismo dos países sul-americanos em relação ao Brasil.

Embora, em várias partes no romance, seja sugerida a presença de interesses ingleses no conflito, esses interesses não eram algo inédito, pois desde seu descobrimento, o país foi disputado por estrangeiros:

Conhecida a rota atlântica, começa o confronto de pequenos e grandes interesses econômicos e políticos. A pirataria realiza incursões esporádicas às costas brasileiras e o tráfico internacional desloca-se gradativamente dos caminhos do Oriente para o Atlântico Sul.

Assim, desde 1503, quando Binot Palmier de Gonneville conheceu as costas de Santa Catarina, as naus bretãs e normandas varejavam o Atlântico Sul, traficando o

pau-brasil. Em Ruão, sob o nome de “Hotel du Brésil”, e em Havre, os franceses chegaram a criar um entreposto da madeira de tinturaria. Na segunda metade do século, corsários ingleses realizam assaltos às costas brasileiras. Em 1583, o pirata inglês Eduardo Fenton ataca a Vila de Santos; em 1591, a esquadra de Thomas Cavendish desembarca em Santos e incendia São Vicente; em 1595, James Lancaster e John Venner saqueiam Recife (MACHADO, 1980, p. 25).

Conforme explícita Machado, o Brasil, desde o seu descobrimento, foi alvo da exploração estrangeira e, mesmo com sua independência política, ela pode ser observada na narrativa, embora mais veladamente e implícita.

No romance de Silva, percebemos várias nacionalidades na composição do exército brasileiro. Um dos personagens é chamado de “francês”, valendo destacar que, conforme nos mostra Machado, essa nacionalidade era comum no Brasil colonial, assim como outros europeus, a exemplo dos portugueses e ingleses. Além disso, grande parte dos escravos eram oriundos de países diversos do continente africano. Mesmo havendo algumas críticas em relação a elas, principalmente referente aos interesses mercantilistas dos europeus, essas diferentes nacionalidades contribuíram para a construção do Estado brasileiro e a formação de sua identidade.

Além disso, com o estudo de algumas fontes históricas, percebemos que a Guerra do Paraguai contribuiu para acelerar o declínio da Monarquia brasileira e a Proclamação da República. Com o elemento negro lutando aguerridamente no exército brasileiro, aumentaram os desejos abolicionistas na sociedade brasileira e, dessa maneira, ocorreram posteriormente ao conflito duas mudanças significativas na estrutura política do Estado: a abolição da escravatura em 1888, contando com pressões internas e externas, e a Proclamação da República em 1889. O conflito também colaborou para que o exército brasileiro viesse a aumentar sua representatividade política no país, pois anteriormente era visto como desorganizado e indisciplinado:

[...] Esta postura do patronato rural perante as praças de pré, oficiais subalternos e os militares, de modo geral, reflete-se no pensamento dominante de que as Forças Armadas eram “parasitas” da Nação, além de constituírem ameaça permanente à ordem civil. Recordar-se que Evaristo da Veiga, um dos paladinos da Independência, chegou a advogar na “Aurora Fluminense” a extinção gradativa do exército. E Oliveira Lima, cuja visão histórica do período traduz o pensamento do senhorio da terra, referindo-se ao episódio da Abdicação, acusa o exército de ser “composto de elementos recalcitrantes e facilmente levados à indisciplina e à rebeldia sangüinária”, e em seguida reitera que “em vez de conservar-se como elemento de ordem, o exército tornava-se o maior elemento de desordem”. Em outro passo, conclui: “O exército brasileiro, altamente dotado de bravura e patriotismo, nunca foi um modelo de disciplina: denunciou, nos começos e nos fins do Império, estar atacado do vírus político de que tanto têm sofrido as instituições militares da América Latina” (Ibidem, p. 131).

Essa indisciplina é sugerida na narrativa quando um dos comandantes do exército brasileiro, chamado Galvão, é abandonado por seus subordinados em pleno campo de batalha:

O comandante ordenou AVANÇAR! Ninguém avançou. Todos marcharam para trás, fugindo do inimigo. O comandante resistiu só, solamente sozinho, solito, solitinho da Silva. Combateu. Ou melhor, bateu, pois não havia com quem fazer a parceria da briga. Briga só. O comandante adversário admirou muito a coragem do outro. Deu voz de prisão. Pediu que não se machucasse o homem. Assim mesmo, o danado do comandante não largou a espada. Caiu muito ferido. Uma coluna extraviada de repente começou a atirar. Os soldados se dispersaram e deram por morto o homem que lutava sozinho (SILVA, 1992, p. 117).

Como medida punitiva, visando disciplinar a tropa brasileira que se demonstrou covarde ao abandonar seu superior hierárquico sozinho em pleno campo de batalha, muitos são reunidos e fuzilados por seus companheiros de farda. Após esse episódio cruel, Camisão repreende mais uma vez os soldados brasileiros:

“[...] Aprendam a confiar na pátria e a defendê-la, chusma de miseráveis. Vocês são pagos por ela, passam o tempo todo nas casernas, comendo do bom e do melhor para defendê-la na hora da necessidade. Deveriam fazer isso por amor. Como amor vocês não têm, devem fazê-lo por medo. Se não conseguem amar a pátria, a própria pátria, a mãe de vocês, aprendam a ter medo dela. Temam! A chance de recuperação é a próxima batalha! Às armas, soldados” (Ibidem, p. 126).

Embora tenha lutado sozinho no campo de batalha, demonstrando bravura, Galvão, ao invés de ser promovido é rebaixado a soldado raso, pois não foi capaz de manter a disciplina de seus subordinados. Não aguentando a pressão, Galvão se suicida com um tiro no ouvido depois de ser repreendido.

Na narrativa, os inimigos não eram necessariamente os paraguaios. Podia ser o fogo surgido no meio da mata, o forte calor do Pantanal, a diminuição de víveres para a alimentação dos soldados, a falta de conhecimento do território onde os soldados brasileiros se localizavam e o próprio militar brasileiro conforme foi visto acima. Isso nos leva a pensar que o inimigo, numa situação de guerra, podem ser outros além do soldado oponente defensor da soberania de seu país.

Após o conflito internacional, a imagem do exército brasileiro foi modificada, se tornando uma importante força política no contexto nacional:

O *arbitrium* militar foi decisivo. A posição antiescravagista do exército, liderado pela jovem oficialidade “científica”, no último ato da crise, quebrou a derradeira resistência conservadora, precipitando de imediato o advento republicano, como enfatiza Raimundo Faoro: “A Abolição não foi obra dos intelectuais, do industrialismo nascente, da lavoura apoiada no trabalho livre, da plebe urbana, nem do movimento emotivo que a propaganda despertou no país. Esses elementos

formaram a opinião pública, que muito influenciou. A mola decisiva, a vontade executora veio do estamento burocrático, despertado pela sugestão imperial, com o auxílio do novo ramo, que já influía nas decisões políticas: o exército” (MACHADO, 1980, p. 144).

O romance de Silva possui muitas aproximações com a história. Isso fica notório quando o autor descreve “A Retirada da Laguna”, remetendo aos relatos de Alfredo de Taunay:

Escrevo que a 29 de maio morreram Camisão e Juvêncio. Escrevo que a 30 de maio atravessamos o rio Miranda. Que a 4 de junho estávamos em Nioque. Escrevo que o major Tomás Gonçalves assumiu o posto depois que Juvêncio morreu porque o ten.-cel. Galvão se fingiu doente e voltou para o Rio de Janeiro. Não me esqueço de registrar tudo. Esses dois médicos que toda hora vêm apalpar Camisão, escrevo seus nomes: Quintana e Gesteira. Manuel de Aragão Gesteira e Cândido Manuel de Oliveira Quintana.

O francês, como eu, escreve. Além do seu livro, muitos informes. Todo dia era obrigado a escrever léguas e léguas de letras. Tudo anotava. Seus relatos raramente tratavam de coisas bonitas. Nos informes, as verdadeiras rudezas da guerra emergiam com suas marcas mais terríveis. E o cólera a cada dia derrubava mais pessoas. A doença acarretava a supressão da urina, a diarreia “em forma de água de arroz”, escreveu ele (SILVA, 1992, p. 179).

Como vimos no capítulo anterior, em *Avante soldados: para trás* há alguns eventos também narrados na obra de Taunay, além de sugerir que este foi recriado ficcionalmente como sendo o ‘francês’. Embora a obra de Taunay seja considerada um relato de viagem com conotações históricas, diferentemente da do brasileiro que recria ficcionalmente um evento histórico, observamos mais algumas semelhanças entre ambas, ao contrastar um trecho da obra de Taunay e outro de Silva:

Por mais silenciosos e tristes houvessem sido os preparativos, não foi sem gritos e ruídos estranhos ao ouvido e cuja causa assombrava o espírito, que chegou o momento do abandono. A todos nós foi intolerável. Deixávamos entregues ao inimigo mais de cento e trinta coléricos, sob a proteção de um simples apelo à sua generosidade, por intermédio destas palavras escritas, em letras grandes, sobre um cartaz pregado em um tronco de árvore: “Compaixão para com os coléricos!” Pouco tempo após nossa partida e já fora do alcance da vista, veio um estrépito de viva fuzilaria apertar-nos os corações. E que clamores indescritíveis, então ouvimos! Ninguém de nós ousava olhar para o companheiro! (TAUNAY, 2005, p. 137).

— O senhor não quer nomear a maldita, não é, meu comandante? Mas ela já chegou. “Tende piedade dos coléricos”, nossos soldados escreveram num cartaz quando abandonaram os doentes.

— Foi safadeza dos paraguaios. Eles viram os coitados dos nossos, amontoados no bosque, leram o cartaz e atearam fogo em todos. Só um deles, fingindo-se morto, conseguiu fugir para narrar a monstruosidade (SILVA, 1992, p. 162).

Embora haja a descrição do mesmo episódio, observamos, na linguagem de Taunay, maior riqueza de detalhes do que a empregada pelo autor da ficção, que assim o faz,

possivelmente, com o intuito do leitor ter uma maior liberdade para imaginar a cena descrita. Na narrativa ficcional há mais marcas de coloquialidade se a contrastamos com a outra obra, a exemplo da passagem em que um dos personagens qualifica a ação dos paraguaios como “safadeza”.

“A Retirada da Laguna” é focada tanto no livro de Taunay como no de Silva e há várias semelhanças entre ambos. Contudo Doratioto descreve esse episódio de um modo mais didático, desde a formação da força expedicionária, até a dispensa da mesma:

Em 21 de abril de 1897, a força brasileira, composta de 1680 homens – além de mulheres, índios e alguns comerciantes que a acompanhavam - ,carecendo de cavalaria, atravessou o rio Apa, penetrou no território paraguaio e atacou o forte de Bella Vista. Este era, na verdade, um perímetro com estacas de madeira solidamente fincadas, antes do que uma posição com defesas sólidas. A coluna brasileira mudou a denominação para *Forças em Operações no Sul do Mato Grosso para Forças em Operações no Norte do Paraguai*, título que pôde ostentar por pouco tempo, pois logo teve que recuar para território nacional. Morais Camisão, temeroso de novos comentários contra si, caso ordenasse o recuo que a lógica exigia, apegou-se à notícia da existência de um grande rebanho na Fazenda Laguna, a uns trinta quilômetros, pertencente a Francisco Solano López. O rebanho forneceria comida e animais de tração, e viabilizaria a continuação da marcha em direção a Concepción. Na Laguna, porém, não se encontrou nenhum gado mas, sim, inimigos. Cerca de seiscentos brasileiros – entre os quais trinta índios – atacaram a força paraguaia superior, composta de 780 homens e armada com dois canhões, causando-lhe oitenta mortos e perdendo apenas um homem.

Laguna foi ocupada em 1º de maio de 1897. Três dias depois chegou ao local o comerciante Miguel Arcângelo Saraco, com quatro carretas de mantimentos e mercadorias. Saraco iniciou suas atividades de fornecedor da coluna ainda em Goiás, dispondo apenas de um burrico. Ao cobrar preços exorbitantes, como o faziam os demais comerciantes, pôde Saraco progredir na atividade comercial, a ponto de chegar a encher essas quatro carroças de mercadorias e declarar-se rico. A Guerra do Paraguai foi, aliás, o paraíso de ganhos para aventureiros, sobretudo europeus, transformados em comerciantes, e para fornecedores argentinos, quer de carvão para a esquadra imperial, quer de mantimentos e forragem para a cavalaria do exército brasileiro, quer ainda de mercadorias em geral para a tropa.

Sem recursos logísticos e sem força militar suficiente, o coronel Camisão teve que recuar em sua decisão de alcançar Concepción. Ordenou, em 7 de maio de 1867, a retirada para Nioaque, que ficou conhecida como a Retirada da Laguna, e à qual se incorporaram índios Guaicuru e Terena. A retirada foi feita sob constantes ataques dos paraguaios, que arrebataram à coluna o gado de corte, o que a levou, novamente, à fome. Os soldados brasileiros marcharam, famintos, sob incessantes tempestades e por terrenos pantanosos; tinham a incomodá-los, além dos inimigos, piolhos, e a vitimá-los o cólera e outros problemas de saúde, decorrentes do contraste entre o frio glacial noturno e o calor escaldante diurno. Para encurralar os retirantes, as forças paraguaias ateavam fogo no mato, alto e seco, que os asfixiava e os instava à rendição, sempre recusada (DORATIOTO, 2002, p. 126/127).

Nessas linhas gerais, Doratioto descreve o episódio no qual o exército aliado representado pelo brasileiro precisa retroceder seu avanço, o que é pouco focado pela historiografia tradicional, possivelmente por ser um episódio de frustração para as forças

armadas do Brasil. Contudo, Silva a resgata e, através da ficção, explora os possíveis eventos latentes na Guerra do Paraguai.

2.3.1 Aliados, “pero no mucho”: A Tríplice Aliança

“Tríplice?!” exclamou Mercedes, perguntando mais com os olhos do que com as palavras. “Tríplice com quatro? Por que sempre se omite a Inglaterra se os aliados pagam as contas com moeda inglesa?” (SILVA, 1992, p. 209).

Ao focar nossa atenção para a Guerra do Paraguai, observamos a conjuntura de situações e alianças feitas durante tal conflito. A mais notória foi a Tríplice Aliança, formada por alguns dos principais países sul-americanos: Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai.

No dia 1º de maio de 1865, os representantes da Argentina, Brasil e Uruguai (Rufino de Elizalde, Almeida Rosa e Carlos de Castro - respectivamente), assinaram o Tratado da Tríplice Aliança tendo o Paraguai como inimigo comum. O texto do acordo era secreto e estabelecia, além da aliança de caráter militar, os pré-requisitos para o estabelecimento da paz. Também os limites entre o Paraguai e seus vizinhos argentino e brasileiro foram previamente determinados.

Em relação ao plano bélico, a aliança entre Buenos Aires e Rio de Janeiro era uma maneira de suplantar as respectivas deficiências de organização militar e viabilizar as posteriores operações de guerra contra o Paraguai. Somava-se ao poderio do Brasil tropas argentinas que, mesmo em número considerado pequeno, eram combativas por serem veteranas de outros embates. O Império também ampliava a sua capacidade operativa e tática, dificultada pela distância do teatro da guerra, ao poder utilizar como base o território da república aliada e seus recursos materiais. A Argentina, por sua vez, contou com a numerosa esquadra imperial, fator essencial para a condução do conflito, pelo fato dos rios Paraguai e Uruguai serem linhas obrigatórias de comunicações nas operações que viriam. Também foi favorecida por um aliado que, por sua superioridade demográfica e maior unidade política interna, tinha grande capacidade de mobilização de tropas. O governo argentino teve acesso aos recursos do Tesouro brasileiro e, logo no início do conflito, concedeu um empréstimo de cerca de 400 mil libras esterlinas aos argentinos e quase 200 mil ao Uruguai. Posteriormente, parte dos gastos da campanha contra o Paraguai, por parte dessas duas repúblicas, foi

financiado por empréstimos do barão de Mauá e dos banqueiros britânicos (DORATIOTO, 2002, p. 157/158).

No romance de Silva, existe a menção do financiamento repassado pelos ingleses nesse conflito, o que faz haver proximidade entre aquilo que é narrado na ficção e na história, conforme podemos ver na epígrafe que abre esta seção.

Além de serem polêmicos os possíveis motivos do conflito internacional, os números referentes às perdas no campo de batalha também o são. Isso possivelmente ocorre devido à falta de dados confiáveis sobre a população paraguaia antes do conflito.

Segundo Chiavenatto (1978) no livro *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*, o país guarani, antes da guerra, possuía cerca de 800 mil habitantes. Ao fim, tinha cerca de 194 mil pessoas, sendo 14 mil homens (predominava as crianças que somavam cerca de 70% do número total) e 180 mil mulheres. Doratioto (2002) em *Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai* nos traz outros números. Segundo ele, as perdas paraguaias variaram em cerca de 8,7% e 69% da população masculina adulta teria morrido no período do conflito.

Em relação ao Brasil, o país enviou para o conflito cerca de 139 mil homens. Desses, cerca de 50 mil morreram, a maior parte devido a doenças e aos rigores do clima, como o caso do cólera bastante focado no romance de Silva. O Uruguai participou da guerra com cerca de 5500 soldados. Ao final do conflito, restavam por volta de 500. A Argentina contava no início com 30 mil homens e sofreu uma baixa de 18 mil soldados. Ainda sobre os números de mortos brasileiros no conflito, Doratioto expõe a falta de consenso entre eles:

No período entre o início da guerra e até 18 de agosto de 1869 o número oficial de perdas, dado pelo governo imperial em 1870, foi de 23917 soldados, dos quais 4332 mortos, 18597 feridos e 988 desaparecidos. Para o general Tasso Fragoso, esses números são inaceitavelmente baixos, enquanto a *História do exército brasileiro*, publicada um século depois, em 1972, pelo Estado-Maior do exército, afirma que 33 mil brasileiros morreram no Paraguai. Dionísio Cerqueira vai mais longe e afirma, em evidente exagero, que morreram no Paraguai 100 mil brasileiros. Vera Blinn Reber, após ressaltar não ter estudado detalhadamente a questão, acredita ser exagerado o número de 100 mil brasileiros enviados à guerra e questiona o fato de que a mortandade tenha sido alta. As memórias e cartas dos combatentes de diferentes nacionalidades, as notícias em jornais da época, bem como a duração e as condições da guerra e o número de soldados que o Império enviou para nela lutarem, são elementos que permitem concluir ser mais provável o número de 50 mil mortos brasileiros, citado pelo visconde de Ouro Preto, e de mil inválidos (DORATIOTO, 2002, p. 460/461).

Embora os números sejam controversos, as perdas maiores se somaram ao Paraguai, praticamente arrasado, e que, ainda hoje, sofre com a pobreza e a baixa densidade da população masculina; e o Brasil, principalmente porque, além das perdas humanas, ficou sob dependência do capital inglês, conforme nos informa o mesmo autor:

Para se ter uma idéia da magnitude desses gastos, basta comparar com o orçamento do Império para 1864, que era de 57 mil contos de réis. Os gastos com o Ministério da Guerra, no orçamento do Império, saltaram de 21,94%, em 1864, para o auge de 49,56% em 1865 e, nos demais anos, mantiveram-se porcentagens acima de 41%. O conflito custou para o Brasil quase onze anos do orçamento público anual, em valores de pré-guerra, o que permite compreender melhor o persistente “déficit” público nas décadas de 1870 a 1880 (Ibidem, p. 462).

Mesmo que a mortandade do lado brasileiro no conflito não tenha chegado perto das perdas da população masculina paraguaia, os gastos fizeram o país, politicamente independente, dependente do capital estrangeiro.

Contudo, a guerra contribuiu para a consolidação do Brasil como Estado-Nação moderno e para o fortalecimento da identidade nacional brasileira:

Embora traumática, a guerra foi o ápice da “obra de unificação” do Brasil, ao conjugar energias de todo o país para vencê-la. No início do conflito, voluntários se apresentaram em todas as regiões do país; o imperador teve sua imagem fortalecida e o hino nacional e a bandeira foram incorporados ao cotidiano dos grandes centros urbanos, por meio de festejos cívicos, nas comemorações de vitórias ou nas cerimônias da partida das tropas. Enfim, tornou-se fator de fortalecimento da identidade nacional brasileira a existência do inimigo que, segundo o discurso da época, era apenas Solano López, pois também o povo paraguaio era vítima deste (Ibidem, p. 461).

Destacamos que processo parecido em relação ao fortalecimento da identidade nacional ocorreu no Paraguai com os revisionistas: Solano López foi elevado à categoria de herói nacional e a remissão à guerra valoriza o espírito aguerrido do povo paraguaio.

Contrastando o contexto da Guerra do Paraguai (segunda metade do século XIX) e o contexto atual, há mudanças políticas em relação aos países até então aliados contra um inimigo comum. Os componentes da Tríplice Aliança se alinham com o antigo oponente e passam a formar o maior bloco econômico sul-americano. Assim, ao observarmos os estudos sobre o conflito e o panorama atual dos principais envolvidos, constatamos que categorias como “inimigos” e “aliados” também são dinâmicas.

2.3.2 Aliados, “pero no mucho”: O Mercosul

— Está escrito comandante. A conversa a ser feita depois, que seja feita já. A de eu estar do seu lado. Os inimigos de ontem podem ser os aliados de hoje. Veja o senhor que o Uruguai está conosco. Não foi assim há pouco mais de 40 anos. Da Argentina pode-se dizer o mesmo. Amanhã ou depois, o Paraguai e o Brasil podem estar do mesmo lado (SILVA, 1992, p. 173).

Passado pouco mais de um século do encerramento do maior conflito internacional em terras americanas, a América do Sul inicia um processo de integração regional buscando a aproximação dos países do Cone-Sul, com o Mercosul.

Para entendermos esse tratado de cooperação regional, é necessário observarmos como um evento ocasionado por um acontecimento maior chamado globalização. Segundo Menezes e Filho, a integração econômica regional é filha da globalização, sendo um fato da realidade mundial no momento. Ela reflete as relações internacionais entre os países e muitas das decisões atualmente são tomadas de maneira conjunta nos fóruns internacionais pelos países pertencentes a uma integração econômica regional. Povos que vivem numa mesma região tendem a integrar suas economias e, a partir daí, buscar um entendimento maior em suas relações externas e diretas, também com os de fora da área integrada (MENEZES; FILHO, 2006, p. X).

Magnoli interpreta a globalização como um processo antigo e que não possui algumas décadas, mas quatrocentos ou quinhentos anos, e a geografia política na qual vivemos é fruto desse processo. Para ele, a globalização se iniciou por volta dos séculos XV e XVI principalmente com as grandes navegações e as antigas trocas comerciais entre civilizações antigas, como a chinesa (MAGNOLI, 1997, p. 7).

Se a integração é “filha da globalização”, precisamos entender do que trata o termo “integração”, bem como alguns dos principais fatores deste processo. Isso é possível, com a explicação de Matias:

Analisando-se o termo integração, constatamos que esse provém do latim *integrare* – tornar um – e se refere aos processos pelos quais membros de diferentes grupos são incorporados em uma sociedade, organização, instituição ou Estado. Integrar significa, como define Karl Deutsch, “constituir um todo com as partes, ou seja, transformar unidades previamente separadas em componentes de um sistema coerente”.

O fenômeno da integração verifica-se normalmente em uma dada região. Região, por sua vez, pode ser definida como um grupo de Estados situados em uma determinada área geográfica, que gozavam de alto grau de interação em comparação com as relações extra-regionais, dividem certos interesses comuns e podem cooperar entre si por meio de organizações que abrangem um número limitado de participantes. Dessa maneira, o conceito de região depende em grande parte da geografia e, nesse sentido, a contigüidade dos países que a formam tem papel relevante. Porém, assim como ocorre com a idéia de nação, a noção de região depende principalmente da afinidade existente entre os países que a constituem (MATIAS, 2002, p. 283/284).

Ao estudarmos alguns dos principais blocos de integração regional, observamos na sua constituição a existência de países considerados rivais em outros contextos. Exemplo disso é a União Europeia, o mais avançado dos blocos de integração regional que possui como grandes protagonistas a França e a Alemanha. Esses países, conforme veremos no seguinte capítulo, possuíam rivalidades no âmbito cultural e político, envolvendo-se diretamente em posições opostas na Primeira e Segunda Guerra Mundial. A formação da União Europeia servia também para minimizar antigas divergências, como esclarece Magnoli: “[...] Franceses e alemães enterravam séculos de desconfianças e guerras e assentavam os alicerces para a cooperação de um tratado econômico” (MAGNOLI, 1997, p. 47).

Situação parecida ocorreu com o Mercosul ao colocar como grandes parceiros e aliados países em situação de disputa pela hegemonia da América do Sul:

O Mercosul teve origem essencialmente bilateral, e sua formação tornou-se possível apenas pela melhora do relacionamento entre o Brasil e a Argentina, até então tradicionais adversários, assim como pela possibilidade de celebração de acordos de alcance parcial no âmbito da Aladi. Essa origem bilateral permitiu àqueles países aprofundar de forma mais acelerada e mais ambiciosa os planos de integração. A intensificação do processo de aproximação entre Argentina e Brasil caminhou rumo à negociação para a criação de um bloco regional, à qual logo aderiria o Uruguai, preocupado “com o movimento que ameaçava deixá-lo num relativo isolamento econômico”, e, pouco depois, o Paraguai, “haja vista a intensidade dos vínculos comerciais com seus vizinhos platinos”.

Em 26 de março de 1991, no Paraguai, foi firmado o Tratado de Assunção, que fixou as diretrizes para a constituição do Mercado Comum do Sul – o Mercosul – formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (MATIAS, 2005, p. 305).

Além de buscarem o crescimento regional com tal tratado, Argentina e Brasil tinham como objetivo diminuir as influências dos Estados Unidos no continente sul-americano, pois, segundo Magnoli, era uma estratégia dos governos de Brasília e Buenos Aires promover a abertura econômica de ambos os países, expondo à concorrência externa e atraindo investimentos internacionais. Contudo, na visão da política externa brasileira, o acordo instituído pelo Tratado de Assunção de 1991 constitui também uma resposta às iniciativas comerciais norte-americanas e ao projeto de livre comércio negociada de acordo com os interesses de Washington. A estratégia brasileira – definida no jargão diplomático como “política de *building blocks*” – consiste em consolidar o bloco do Cone Sul e, posteriormente, estabelecer uma zona de livre comércio sul americana (MAGNOLI, 1997, p. 51).

Países que estavam diretamente envolvidos na Guerra do Paraguai se colocavam, com esse acordo de cooperação e integração regional, como países *hermanos*, fazendo perceber que conceitos como inimigos e aliados possuem grande dinamicidade e variação de acordo com o contexto.

Outro exemplo da integração regional e da mudança de papéis dos países em relação ao seu aspecto de rivais para aliados foi a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, conjuntamente entre os grandes rivais da Guerra do Paraguai (Brasil e Paraguai). Considerada a maior do mundo em geração de energia, recentemente doou terras para a construção da Unila (Universidade de Integração Latino-Americana), que iniciou suas atividades no ano de 2010 em sede provisória no interior do PTI (Parque Tecnológico de Itaipu), contando, em seus cursos, com 50% de alunos brasileiros e outros 50% com alunos oriundos de outros países da América do Sul, prevalecendo entre eles, paraguaios e argentinos.

Essas mudanças de relações estatais, especificamente a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, poderiam estar na motivação de Deonísio da Silva ao colocar em sua narrativa alguns elementos que demonstram tal dinamicidade, pois, no ano da publicação de seu romance (1992) e no período de pesquisa empreitada pelo escritor sobre a Guerra do Paraguai, era fomentado e discutia-se abertamente o tratado e os rumos que ele poderia ou deveria tomar.

Percebemos dessa maneira com este capítulo as aproximações existentes na ficção com a história, em *Avante soldados: para trás*. A história, mesmo diferente da ficção literária, também conta com a visão particular do seu narrador em relação a um determinado evento, e este tende a ser influenciado pelo seu contexto, tal como ocorre com os autores literários. Dessa maneira, a história pode ter algumas justificativas diferenciadas em relação a um mesmo acontecimento, e tais justificativas podem contribuir para a formação do universo ficcional. Também colaboram as relações entre os países e a dinamicidade dessas relações, pois um país até então inimigo pode se tornar grande aliado, como ficou exposto com o estudo de alguns tratados de cooperação regionais.

CAPÍTULO 3 – “Aqui o Brasil é Paraguai, o Paraguai é Brasil”

A guerra grassava de forma esquisita por aquelas bandas. Somente nos relatos oficiais, as coisas ganhavam alguma coerência. Ali, nos calores do Pantanal, as verdades eram outras, as fronteiras – móveis (SILVA, 1992, p. 206).

Este capítulo foi dividido em três seções para o estudo das fronteiras identitárias. Na primeira, intitulada de “Identidade e formas de classificação”, enfocamos explicações ligadas a identidades, fronteiras e formas de classificação, embasados em Mauss e Durkheim (2001) ao descreverem algumas sociedades primitivas e, com isso, termos melhor entendimento sobre as representações de Estados-Nação modernos encontrados no romance de Silva e melhor detalhados por Dumont (1985), Kuper (2002) Hobsbawm (2011) e Matias (2005); o conceito de fronteiras e seu valor simbólico mencionado em Bourdieu (2008) e fronteiras étnicas analisadas por Barth (1998 e 2000), bem como algumas classificações feitas em relação ao Brasil observadas em Damatta (2001) e o percurso histórico dessas classificações em Holanda (1995) e Doratioto (2002). Na segunda, nomeada de “Unidade e diversidade”, utilizamos constatações de Strauss (1986) acerca da antropologia, e dialogamos com os historiadores Doratioto e Holanda ao traçar diferenças e semelhanças entre as duas nacionalidades em guerra na ficção de Silva; e, na terceira, “Identidade e conflito”, retomamos alguns elementos enfocados por Bourdieu e Barth, além de contarmos com contribuições de Cuhe (1999) e Oliveira (2006), bem como com o auxílio de Holanda e Doratioto. As três seções estudam elementos ligados a fronteiras identitárias e como elas podem ser observadas no romance *Avante soldados: para trás*.

3.1 Identidade e formas de classificação

— Certo, francês. Acertamos, porém, antes, o tratamento. Te chamo de francês ou de visconde?

— Tanto faz. Visconde ainda não sou; apenas engenheiro. Para que título, comandante? (SILVA, 1992, p. 170).

Ao se estudar fronteiras identitárias na ficção literária é necessário retomarmos estudos sociológicos e antropológicos que enfocam essa temática. Dessa maneira, precisamos fazer algumas aproximações entre teóricos e suas teorias, bem como distanciamentos entre eles na tentativa de entendermos como ocorrem as fronteiras identitárias.

A fronteira, assim como outros elementos encontrados em nossa sociedade moderna, pode ser entendida como uma representação social construída coletivamente, ou seja, esse conceito possui uma historicidade assimilada cotidianamente pelos indivíduos de certa sociedade. Embora o romance *Avante soldados: para trás* enfoque o enredo em duas nações modernas envolvidas num conflito internacional (Brasil e Paraguai), a remissão aos primeiros estudos sociológicos feitos por Mauss e Durkheim contribuem para entendermos algumas classificações sociais existentes em sociedades modernas, entre grupos e nações.

Na obra dos autores, *Ensaio de sociologia*, percebemos, principalmente em seu décimo capítulo intitulado de *Algumas formas primitivas de classificação*, como essas classificações contribuem para o entendimento das representações coletivas. Na sua primeira parte, os autores afirmam que os mais humildes sistemas de classificação são os observados nas tribos australianas, divididas em duas grandes seções fundamentais chamadas de fratrias, possuidoras de um número de clãs com o mesmo totem. Em princípio, os totens de uma fratria não se encontram em outra. Elas são classificadas em duas classes chamadas matrimoniais, assim nomeadas por terem como finalidade regular os casamentos. Dessa forma, todos os membros da tribo são classificados em classes definidas encaixadas uma nas outras, e a classificação das coisas produz a classificação dos homens. Para exemplificação, é mencionada uma das tribos do Rio Bellinger, conhecida pelos estudos do Sr. Palmer. A classificação nesta tribo é considerada simples por ser simplesmente bipartida. Todas as coisas são ordenadas em duas categorias correspondentes às duas fratrias, além de existir nelas hierarquizações incluídas através de seus conceitos e, assim, a classificação das coisas tende a produzir a classificação dos homens. A importância dessa classificação é que ela se estende a todos os fatos da vida e são encontradas suas marcas em todos os principais ritos. Nessas tribos não há “obras do acaso”, como se pode observar na cultura contemporânea ocidental, pois tudo está intimamente ligado com as manifestações da natureza (DURKHEIM; MAUSS, 2001, p. 404/407).

Há interdições alimentares no interior das tribos totêmicas. Um dos clãs não pode consumir nenhum dos objetos comestíveis que assim lhe são atribuídos, pois “um homem não mata nem come nenhum dos animais pertencentes à mesma subdivisão que ele mesmo” (Ibidem, p. 410). Com isso, observamos a supervalorização da coletividade dos indivíduos. A essência do australiano está antes em seu totem do que em seu subtotem, e no conjunto de elementos caracterizadores de sua fratria (Ibidem, p. 407/414).

Os autores elucidam algumas situações da generalidade dessas classificações, sendo relevante mencionarmos a mitologia astronômica dos australianos, que apresenta a marca do

seu sistema mental, levando em consideração a organização totêmica. Assim, um astro corresponde a uma determinada fratria e aos indivíduos pertencentes aos seus respectivos clãs. Contudo, há segmentações, e essas podem trazer mudanças nas classificações, possibilitando o desaparecimento de uma hierarquia precedente, como ocorreu com os grupos totêmicos dos *Aruntas*, ao caírem quase na condição de associações privadas e poderem multiplicar-se, esfacelar-se quase ao infinito. Mesmo assim, pode-se encontrar por trás de tais classificações, uma relação não acidental entre o sistema social e o lógico (Ibidem, p. 415/425).

Ainda são mencionadas por Mauss e Durkheim, tribos mais complexas, a exemplo dos *Zuñis*, com uma organização classificada como “mito-sociológica”. Nessa tribo, há um verdadeiro arranjo do universo, pois, todos os seres e todos os fatos da natureza são colocados num determinado lugar no “sistema” único e solidário, onde as partes são todas coordenadas e subordinadas umas às outras, segundo os graus de parentesco. Essa tribo também considera sua localização dentro de um espaço geográfico, e suas relações se dão respeitando esses posicionamentos, ocorrendo algo parecido com as tribos *Siús*. Metade da tribo é destinada à guerra, a outra, à paz. Com essa noção de distribuição espacial respeitando uma logicidade anterior, o acampamento é considerado o centro do universo e todo o universo está nele em miniatura (Ibidem, p. 425/442).

Em seguida, Mauss e Durkheim buscam, para exemplificar os sistemas primitivos classificatórios, a milenar civilização chinesa e seu sistema de classificação, empregado também pelos siameses, cambojanos, tibetanos e mongóis, dentre outros. Um dos princípios a ser destacado é a divisão do espaço segundo os quatro pontos cardeais, no qual um animal o preside e dá seu nome a cada uma dessas quatro regiões, possuindo cada uma a sua cor. Dessa maneira, os seres simbólicos governam tanto a terra como o céu. Essa classificação domina toda a vida chinesa e é o princípio da doutrina do *fung-shui*. Ela determina a orientação dos edifícios, a fundação das cidades e das casas, o estabelecimento das tumbas e dos cemitérios, as regiões onde se faz determinados trabalhos, as épocas em que devem ser feitos os negócios; tudo baseado nessa sistemática tradicional norteadas por seres simbólicos.

O estudo desses sociólogos nos ajuda a compreender a existência de classificações em diversos elementos sociais e, muitos deles, existentes em grande parte dos Estados-Nação modernos, embora haja distinções entre alguns deles.

Como observado anteriormente, Doratioto acredita ter sido a Guerra do Paraguai “o processo de construção dos Estados nacionais”. Para entendermos melhor essa explicação, é necessário conhecermos mais como se deu a formação de alguns Estados-Nação, conforme é

estudado por Dumont. Ele explica o surgimento de dois Estados com visões culturais diferenciadas:

[...] Estamos, em 1774, diante de um fato a que se dá, nos nossos dias, o nome de aculturação. Pode-se afirmar rigorosamente que Herder estabelece na cultura moderna uma subcultura alemã distinta da francesa. E estamos assim na origem do que se denomina a teoria étnica das nacionalidades, em oposição à chamada teoria eletiva, de ascendência francesa, em que a nação assenta num consenso, o “plebiscito de todos os dias” de Renan. Ora, acabamos de ver que a teoria étnica não é, em seu fundamento ideológico, independente da outra, mas resultado de uma transferência do mesmo princípio do plano do homem individual para o plano da coletividade. Este ponto perde-se freqüentemente de vista nos nossos dias (DUMONT, 1985, p. 128).

Ligado ao mesmo tema, Kuper também explica essa diferença na consolidação de Estados nacionais trazendo à luz, estudos de Norberth Elias. Ele enfocou no primeiro volume de *The Civilizing Process*, as relações entre a noção alemã de cultura e a ideia francesa de civilização. Na tradição da França, civilização era vista como um todo complexo e, ao mesmo tempo, multifacetado, abrangendo fatos políticos, econômicos, religiosos, técnicos, morais e sociais. Esse conceito amplo de civilização “expressa a conscientização do Ocidente... Resume tudo o que a sociedade ocidental dos dois ou três últimos séculos acreditam ser superior às sociedades anteriores ou às sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’”. Entretanto, para os alemães, civilização era algo exterior e utilitário, e, em muitos aspectos, alheio aos valores nacionais. A civilização é algo aprimorado com a passagem do tempo e vai além das fronteiras nacionais, em contraste com a *Kultur*, limitada no tempo, no espaço e adjacente a uma identidade nacional (KUPER, 2002, p. 51/52).

Ao expressar orgulho por suas realizações, os alemães não falavam da sua civilização, mas sim da sua *Kultur*, termo que se refere essencialmente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos, e a Alemanha geralmente traça uma divisão clara entre fatos dessa natureza e fatos políticos, econômicos e sociais. A *Kultur*, além de ser nacional, também era pessoal. O termo foi introduzido no discurso moderno por Herder, extraído da metáfora de Cícero, *cultura animi*, ao estender a ideia de cultura agrícola para aplicá-la ao espírito. Assim, *Kultur* significava cultivo, *Bildung*, uma progressão pessoal em direção à perfeição espiritual. Dessa maneira, um francês ou um inglês poderia dizer que era “civilizado” sem ter realizado alguma coisa, algo contrário aos princípios dos alemães, pois, para eles, todo indivíduo adquiria cultura por meio de um processo de educação e desenvolvimento espiritual (Ibidem, p. 52).

Segundo o mesmo autor, essa noção de *Kultur* foi desenvolvida na tensão com o conceito de uma civilização universal associada à França. O que os franceses defendiam como

sendo civilização transnacional, na Alemanha era considerado algo perigoso para culturas locais (Ibidem, p. 52).

Essas maneiras diferenciadas de encarar a consolidação de Estados nacionais, ocasionou divergências entre ambos os países, alcançando proporções mundiais, conforme explica Kuper:

Segundo Mannheim, Elias identificou razões sociais por trás dessas diferenças ideológicas. O conceito de civilização universal, por motivos óbvios, apavorava as classes dominantes de Estados imperialistas, como a França e a Inglaterra, enquanto “o conceito de *Kultur* espelhava a consciência de uma nação [como a Alemanha] que tinha de lutar constantemente para constituir novas fronteiras, tanto num sentido político como espiritual”. Areladas às circunstâncias políticas, essas idéias oscilavam com as mudanças históricas. Na esteira da revolução francesa, a antítese entre uma civilização aristocrática falsa e uma cultura nacional genuína foi projetada numa oposição entre a França e a Alemanha. Essa antítese ganhou nova força depois da derrota da Alemanha na Grande Guerra, uma guerra que fora declarada contra eles em nome de uma civilização universal (KUPER, 2002, p. 53).

Eric Hobsbawm explica a ligação entre Estado-Nação e cultura, trazendo alguns exemplos em que há divergências quando essas afinidades culturais não são respeitadas:

A identificação das nações com um território exclusivo criou tais problemas em amplas áreas do mundo de imigração em massa, bem como no mundo não migratório, que foi preciso desenvolver uma definição alternativa para nacionalidade, notadamente no Império Habsburgo e entre os judeus da diáspora. A nacionalidade era aqui considerada inerente, não um trecho especial do mapa ao qual estaria ligado um conjunto de habitantes, mas aos membros desses conjuntos, aos homens e mulheres que se considerassem pertencentes a uma nacionalidade, onde quer que estivessem. Como tais, esses membros de uma nacionalidade gozariam de “autonomia cultural”. Os partidários das teorias humanas e geográfica da “nação” travavam amargas discussões, especialmente nos movimentos socialista internacional e entre sionistas e membros do Bund, entre os judeus. Nenhuma dessas teorias era particularmente satisfatória, embora a humana fosse mais inofensiva. Em todo o caso, não levava seus partidários a criar um primeiro território para depois comprimir dentro dele os habitantes, dando-lhes a forma nacional certa; ou, nas palavras de Pilsudski, líder da recém-independente Polônia, após 1918: “O Estado é que faz a nação e não a nação, o Estado” (HOBSBAWM, 2011, p. 235/236).

Assim, um Estado-Nação também se consolida sob bases culturais e essa cultura não é homogênea entre todos os Estados-Nação modernos. Matias, ao aprofundar essa discussão, defende que o mundo atual é organizado sob a tutela desses Estados:

A evolução do Estado levaria à consolidação do modelo de Estado-Nação. Pela lógica, o termo Estado-Nação deveria ser utilizado somente quando os limites geográficos do Estado abrigassem uma única nação, ou seja, quando em um mesmo território e sob um mesmo governo se encontrasse uma única comunidade heterogênea. No entanto, uma vez que, com o tempo, cada nação foi-se firmando em um determinado território estatal, essa denominação pode ser atualmente utilizada genericamente com o sentido de Estado. Pode-se assim dizer que o mundo hoje se

organiza segundo o conceito de Estado-Nação, e que o Estado moderno é o Estado-Nação (MATIAS, 2005, p. 46).

Normalmente ao pensarmos num Estado-Nação, uma das primeiras ideias que surgem são divisas limitadoras entre um Estado e outro, ou seja, a existência de fronteiras.

Um teórico fundamental para entendermos construções existentes por trás de conceitos como fronteira é Pierre Bourdieu. Em suas publicações, ele busca estudar elementos sociais e a simbologia por trás deles, observando-os principalmente nas situações de interação cotidiana. Segundo o francês, fronteira é uma classificação suscitadora de polêmicas:

Ninguém sustentaria hoje a existência de critérios capazes de fundar classificações “naturais” em regiões “naturais” separadas por fronteiras “naturais”. A fronteira nada mais é que o produto de uma divisão à qual se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” conforme o grau e a intensidade de semelhanças entre os elementos aí envolvidos (podendo-se sempre discutir os limites das variações entre os elementos não idênticos tratados pela taxinomia como semelhantes). Todo mundo está de acordo quando se trata de observar que as “regiões” recortadas em função de diferentes critérios concebíveis (língua, *habitat*, maneiras culturais etc.) nunca coincidem perfeitamente. Mas isso não é tudo: neste caso, a “realidade” é social de alto a baixo, e mesmo as classificações mais “naturais” apóiam-se em traços que não têm nada de natural, sendo, em ampla medida, o produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, este produto de um ato jurídico de delimitação, tanto produz a diferença cultural quanto é por ela produzida: basta pensar na ação do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito (BOURDIEU, 2008, p. 109/110).

Bourdieu sublinha a palavra natural com o uso de aspas sinalizando que ela possui um caráter polêmico ao se tratar de fronteiras. Uma fronteira, em termos geopolíticos, não é algo definido por meros acidentes geográficos ou pela imposição de um limite físico, a exemplo de aduanas ou alfândegas, e sim uma construção social, na qual fatores como influências políticas e econômicas evidenciam o aspecto “natural” das fronteiras em sua articulação. Outra ideia levantada é a diferenciação do caráter cultural que o surgimento de fronteiras é capaz de ocasionar, pois, muitas vezes, a definição de seu limite é feita politicamente, não se considerando os desejos daqueles que estarão dentro ou fora das fronteiras políticas. Isso pode ocasionar vários conflitos nos quais a identidade de seus indivíduos começa a ser invocada com maior constância. Observamos uma aproximação entre as classificações primitivas estudadas por Mauss e Durkheim e as fronteiras para Bourdieu, pois elas levam em consideração elementos simbólicos construídos coletivamente aos quais o indivíduo se submete cotidianamente.

Outro elemento essencial para entendermos a formação e a existência das identidades e suas fronteiras é o conceito de *habitus* trazido por Bourdieu, pois a identidade, como grande parte daquilo que há na sociedade, é uma classificação social:

A definição da aceitabilidade não se encontra na situação, mas na relação entre um mercado e um *habitus* que constitui ele próprio produto de toda a história da relação com mercados. De fato, o *habitus* encontra-se ligado ao mercado tanto por suas condições de aquisição como por suas condições de utilização. Nós aprendemos a falar não apenas ouvindo uma certa maneira de falar, mas também falando e, portanto, oferecendo um falar determinado num mercado determinado, isto é, através de trocas no interior de uma família que ocupa uma posição particular no espaço social e que por isso propõe à *mimesis* prática do novo ingressante modelos e sanções mais ou menos distanciados do uso legítimo (BOURDIEU, 2008, p. 70 – grifos do autor).

Assim, grande parte das pessoas, através daquilo que fazem, se comportam e se comunicam, tendem a ser identificadas por esses fatores, mas não só o *habitus* atinge o grupo social, conforme constata Fredrik Barth ao dar ênfase ao processo de interação social.

Embora as discussões feitas pelo norueguês não tenham a complexidade e abrangência das reflexões de Bourdieu, suas publicações contribuíram para o aprofundamento dos estudos ligados a fronteiras étnicas - um dos fatores constitutivos da identidade do indivíduo social - sendo que ele não atribui grande relevância à cultura para a constituição de grupos étnicos:

[...] Praticamente todo raciocínio antropológico baseia-se na premissa de que a variação cultural é descontínua: supõe-se que há agregados humanos que compartilham essencialmente uma mesma cultura e que há diferenças interligadas que distinguem cada uma dessas culturas de todas as outras. Uma vez que cultura nada mais é do que uma maneira de descrever o comportamento humano, segue-se disso que há grupos delimitados de pessoas, ou seja, unidades étnicas que correspondem a cada cultura. Muita atenção tem sido dedicada às diferenças entre culturas, bem como às fronteiras e às conexões históricas entre elas; mas o processo de constituição dos grupos étnicos e a natureza das fronteiras entres estes não têm sido investigados na mesma medida (BARTH, 2000, p. 25).

Barth demonstra o seu descontentamento com a elaboração de algumas pesquisas antropológicas, ao trazerem à tona a existência de fronteiras étnicas, e enfatiza que, tanto o aspecto cultural quanto o étnico, devem ser observados, quando se estuda questões relativas à construção de fronteiras, principalmente identitárias. Barth critica a definição de grupo étnico entendido na literatura antropológica como a designação de uma população que:

1. em grande medida se autoperpetua do ponto de vista biológico;
2. compartilha valores culturais fundamentais, realizados de modo patentemente unitário em determinadas formas culturais;
3. constitui um campo de comunicação e interação;

4. tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem.

Essa definição típico-ideal não está muito longe, em termos de conteúdo, da proposição tradicional de que uma raça = uma cultura = uma língua, e de que sociedade = unidade que rejeita ou discrimina outros (Ibidem, p. 27/28).

Barth discorda dessa definição à exceção do item três, pois argumenta que as identidades étnicas se dão na interação entre diferentes grupos étnicos. Assim, a identidade é construída cotidianamente, sendo relacional.

Segundo ele, a vida em sociedade é influenciada pelas fronteiras étnicas contribuindo para a formação da identidade das pessoas:

Além disso, a fronteira étnica canaliza a vida social. Ela implica uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento das relações sociais. A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento (Ibidem, p. 34).

A Noruega, país de Barth, possui várias etnias com grupos primitivos que mantêm antigas tradições e suas organizações sociais. Esses grupos étnicos diversos constituem a sociedade norueguesa. Barth aproveita seu contexto e aborda as interações entre grupos étnicos diferenciados, além de mostrar a importância desse aspecto relacional para a existência da identidade dos grupos sociais e seus componentes.

No caso do Brasil, observamos uma sociedade onde há várias nacionalidades diferenciadas interagindo cotidianamente. Além das nacionalidades encontradas no romance de Silva (brasileira e paraguaia, basicamente) observamos outras, que influenciam e são influenciadas pelo jeito brasileiro de ser, contribuindo para a consolidação da identidade nacional brasileira.

Damatta descreve algumas características dessa identidade. Ao mencionar peculiaridades do “ser brasileiro”, o autor observa uma série de ações características do elemento nacional, a exemplo do “jeitinho brasileiro”:

[...] somos um país onde a lei sempre significa o “não pode!” formal, capaz de tirar todos os prazeres e desmanchar todos os projetos e iniciativas. De fato, é alarmante constatar que a legislação diária do Brasil é uma regulamentação do “não pode”, a palavra “não” que submete o cidadão ao Estado sendo usada de forma geral e constante. Ora, é precisamente por tudo isso que conseguimos descobrir e aperfeiçoar um modo, um jeito, um estilo de navegação social que passa sempre nas entrelinhas desses peremptórios e autoritários “não pode!”. Assim, entre o “pode” e o “não pode”, escolhemos, de modo chocantemente antilógico, mas singularmente brasileiro, a junção do “pode” com o “não pode”. Pois bem, é essa junção que produz todos os tipos de “jeitinhos” e arranjos que fazem com que possamos operar

um sistema legal que quase sempre nada tem a ver com a realidade social (DAMATTA, 2001, p. 98/99).

O antropólogo brasileiro traz outras características do povo brasileiro, a exemplo da preparação dos alimentos, e se apóia em alguns estudos de Lévi-Strauss pelo fato de ele ter chamado a atenção para dois processos naturais referente à ingestão - o cru e o cozido - não somente como dois estados pelos quais passam quase todos os alimentos, mas como modalidades pelas quais se pode falar de transformações sociais de grande relevância. De fato, o cru e o cozido, o alimento e a comida, o doce e o salgado contribuem para a classificação das coisas, pessoas e até mesmo ações morais importantes no nosso mundo. Assim, é equacionada simbolicamente a mulher com a comida e o doce com o feminino, deixando o salgado e o indigesto para estarem associados a tudo o que nos “cheira” a coisas duras e cruéis (DAMATTA, 2001, p. 51/52).

A maneira de ingestão de alimentos é peculiar ao processo de classificação social e de construção da identidade:

Mas qual é a comida brasileira básica? Certamente que se trata do feijão-com-arroz, essa comida que é até mesmo usada como metáfora para a rotina do mundo diário. Mas é preciso notar que, tanto no arroz quanto no feijão, temos um alimento que é cozinhado. E que é comido como se come um cozido: misturando-se as duas porções num só prato, e assim formando uma massa indiferenciada que assume as propriedades gustativas dos dois elementos. De tal modo que o feijão deixa também de ser branco. A síntese é uma papa ou pirão que reúne definitivamente arroz e feijão, construindo algo como um ser intermediário, desses que a sociedade brasileira tanto admira e valoriza positivamente. Comer arroz-com-feijão, então, é misturar o preto e o branco, a cama e a mesa fazendo parte de um mesmo processo lógico e cultural... (Ibidem, p. 56).

Da mesma forma que o povo brasileiro se vê como produto da mistura de várias nacionalidades, existe a valorização da mistura até na preparação de seus alimentos, sendo o arroz-com-feijão um prato tradicional e comum em todo território nacional.

A identidade nacional brasileira é fruto de constantes contatos com outros tipos de identidades, e essa relação é solidificada cotidianamente, influenciando a imagem da identidade dos brasileiros.

Grande parte das classificações são formadas socialmente e possuem um trajeto histórico. Da mesma maneira que o Brasil é considerado um país de diversas misturas, também é considerado uma nação pacífica, por pouco se envolver em guerras ou divergências com seus países vizinhos.

Tal imagem pode ser encontrada em Holanda, que antes de Damatta explica ser a cordialidade a grande contribuição brasileira a ser dada para a civilização:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (HOLANDA, 1995, p. 146/147).

As imagens existentes do povo brasileiro como conciliador e do povo paraguaio como aguerrido são construções sociais e históricas frente às heranças deixadas pelos colonizadores, pois o território espanhol sofria mais pressões de invasão do que o português:

Não é assim de admirar-se, na medida em que a vocação imperial dos castelhanos vai lançando sua sombra sobre flamengos e alemães, borguinhões e milaneses, napolitanos e sicilianos, mulçumanos da Berberia e índios da América e do Oriente, a projeção da monarquia do Escorial para além das fronteiras e dos oceanos tenha como acompanhamento obrigatório o propósito de tudo regular, ao menos em teoria, quando não na prática, por uma espécie de compulsão mecânica. Essa vontade normativa, produto de uma agregação artificiosa e ainda mal segura, ou melhor, de uma aspiração à unidade de partes tão desconexas, pôde imprimir-se nas palavras de Olivares, quando exortava Filipe IV, rei de Portugal, de Aragão, de Valência e conde de Barcelona, a “reduzir todos os reinos de que se compõe a Espanha aos estilos e leis de Castela, pois desse modo há de ser o soberano mais poderoso do mundo”. O amor exasperado à uniformidade e à simetria surge, pois, como um resultado da carência de verdadeira unidade (Ibidem, p. 116/117).

Observamos aí o sentimento de expansão de fronteiras e desejo de maior poder político por parte dos espanhóis, cercados por diversas nações que poderiam ameaçar suas fronteiras. Assim, eles tentavam combater seus inimigos atacando-os e expandindo suas fronteiras nacionais e influência política.

Por outro lado, Portugal presenciava relativa tranquilidade em relação às questões territoriais:

Portugal, por esse aspecto, é um país comparativamente sem problemas. Sua unidade política, realizara-a desde o século XIII, antes de qualquer outro Estado europeu moderno, e em virtude da colonização das terras meridionais, libertas enfim do sarraceno, fora-lhe possível alcançar apreciável homogeneidade étnica. A essa precoce satisfação de um impulso capaz de congregiar todas as energias em vista de um objetivo que transcendia a realidade presente, permitindo que certas regiões mais elevadas da abstração e da formalização cedessem o primeiro plano às situações concretas e individuais – as “árvores que não deixam ver a floresta”, segundo o velho rifão -, cabe talvez relacionar o “realismo”, o “naturalismo” de que deram tamanhas provas os portugueses no curso de sua história (Ibidem).

Segundo Doratiotto (2002), ao estudar o conflito entre paraguaios e brasileiros na Guerra do Paraguai aproveitado no romance de Silva, a Tríplice Aliança tinha melhores condições em termos de estrutura e material bélico. Mas isso não impediu os soldados paraguaios de enfrentar o exército oponente com grande combatividade.

Ao se classificar o brasileiro como pacífico e conciliador e o paraguaio como aguerrido, tem-se diante de si representações construídas discursivamente, ligadas ao passado e aceitas ou refutadas no presente, o que contribui para as construções identitárias:

[...] Trata-se, sempre, da questão da identidade. De saber quem somos e como somos; de saber por que somos. Sobretudo quando nos damos conta de que o homem se distingue dos animais por ter a capacidade de se identificar, justificar e singularizar: de saber quem ele é. De fato, a identidade social é algo tão importante que o conhecer-se a si mesmo através dos outros deixou os livros de filosofia para se constituir numa busca antropológicamente orientada. Mas o mistério, como se pode adivinhar, não fica na questão do saber quem somos. Pois será necessário descobrir como construímos nossas identidades (DAMATTA, 2001, p. 15).

A identidade se dá através da oposição a outra, ou seja, conforme nos traz Barth, ela é relacional e fruto de interações. Quando digo que sou brasileiro há um conjunto de oposições em relação ao “ser brasileiro” ou seja, se sou brasileiro, ao mesmo tempo não sou argentino, paraguaio, francês e assim por diante. No romance de Silva, são encontradas algumas pistas desse processo quando o coronel Camisão conversa com um dos seus soldados e constatam uma característica do militar brasileiro:

O coronel não se conformou. “Você já viu soldado poeta, francês? Pois no Brasil tem. Meus homens vivem falando de pés de cedro que deixaram nas chácaras onde viviam, de plantinhas que regavam todos os dias, de mocinhas que amassaram nos mourões das porteiras.” “O senhor não sente saudade de nada coronel? “Sinto, francês. Sou militar e tudo que diz respeito a perdas não me é estranho” (SILVA, 1992, p. 30).

Nesse momento, a personagem indica uma característica dos soldados brasileiros em relação aos seus oponentes que era a nostalgia e o romantismo. Dialogando com o “francês”, Camisão ironiza a atitude de seus subalternos. Contudo, acaba assumindo ser ele, assim como os demais, uma pessoa com sentimentos comuns a qualquer civil brasileiro, a exemplo da saudade e da angústia ocasionada pelas perdas.

A distinção existente entre ser brasileiro e ser paraguaio faz parte do processo de classificação. Ela contribui para a organização social e para o indivíduo se sentir integrado na sociedade. Não se pode mudar de um lado sem que isso venha a ocasionar algum tipo de consequência, e essa constatação isso é percebida na narrativa quando o personagem Carlos

Camisão dialoga com o “francês”, lhe perguntando o porquê da existência de tantos títulos na sociedade brasileira:

__ Para organizar o mundo, francês. Assim já decido que vós conde não pode ser ainda. Então, será francês, pois nacionalidade a gente não escolhe. Pensando bem, quer trocar de nacionalidade comigo?

__ O quê?

__ Sabia que não ia aceitar, francês [...] (Ibidem, p.170).

A classificação das pessoas de acordo com a nacionalidade é uma particularidade encontrada várias vezes no romance. Em um diálogo entre o cozinheiro judeu, Jacó, e o sargento Silva, questiona-se o tema das nacionalidades: “__ Bem, esse é mais fácil – disse o sargento Silva. __ Brasileiro é um tipo sem igual no mundo. Brasileiro é aquele para quem Deus é uma espécie de parente afastado que, na hora agá, sempre aparece para dar um jeito” (Ibidem, p. 151).

Essa passagem nos faz remeter a descrição de Damatta ao focar o “jeitinho brasileiro”, ou seja, a particularidade dos brasileiros de conseguir seus intentos explorando o meio termo entre aquilo que é permitido e não permitido.

Em relação a esse permitido e não permitido, ou o “jeitinho brasileiro”, como Damatta expõe, há momentos da narrativa onde as personagens têm procedimentos considerados não permitidos. Um exemplo é o relacionamento amoroso entre Camisão, militar brasileiro e Mercedes, militar paraguaia. Dessa maneira, a narrativa polemiza classificações sociais como inimigo/aliado, dando a entender que são dinâmicas e podem mudar situacionalmente dependendo dos contextos, conforme pudemos refletir no capítulo anterior ao mencionarmos as relações entre Brasil e Paraguai.

Ao se banharem no mesmo rio, os inimigos de guerra tornam-se aliados por terem em comum as mesmas necessidades enquanto homem e mulher:

[...] “Calma. Entra devagar”, disse Mercedes. “O inimigo pode perceber.” “O inimigo de quem?” disse Camisão. “O seu ou o meu?” “O meu e o seu. Os dois, nesse momento, se banham na mesma água”. Dito isto, abraçou Camisão. “Estou muito sujo”, disse Camisão. “Deixa eu mergulhar e largar na água o caldo grosso que cobre o meu corpo como breu. Minha mulher sempre me dizia que minha pele era uma capa de seda. Se me visse nessa guerra!” “A sua mulher é aquela que está com você”, disse Mercedes (Ibidem, p. 142).

Esse fragmento realça como a classificação – inimigo/aliado – é uma construção social adequada de acordo com as mais diversas situações. O normal seria haver forte oposição entre

ambos, pois paraguaios e brasileiros guerreavam. Contudo, antes de serem militares arregimentados para combaterem um país inimigo (ou países inimigos, no caso do Paraguai) eram homem e mulher, e essa classificação sobrepôs outra que possuía caráter de menor temporalidade.

A relação entre etnias diferenciadas, conforme vimos em Barth, como também entre grupos definidos por fronteiras nacionais, pode ser de conflito, ainda mais em uma situação de disputa como é o caso de uma guerra, mas essas fronteiras podem ser omitidas, a exemplo de quando as personagens Camisão e Mercedes estão juntos.

Além das classificações referentes a nacionalidades, também existem classificações profissionais. Essa classificação, por vezes, é omitida pelas personagens do romance, como ocorre com o coronel Camisão. Ao conversar com o “francês” o comandante omite a fronteira étnica entre brasileiros e paraguaios, justificando possuir ambas nacionalidades a mesma origem. Além disso, ele deixa de agir de acordo com sua patente, ou seja, contrariamente ao esperado de um comandante do exército brasileiro:

__ Não, meu comandante. Por enquanto ouço. Admiro quem sabe amar uma inimiga.

__ Não era inimiga. Os cadiéus são dos nossos. E eu não a amei. Atendi à carne apenas. Deixe o amor para lá, francês, estamos em guerra. Escreva aí, não sobre minha Mercedes [...] (Ibidem, p. 174).

Mesmo ocupando posição superior: comandante das tropas brasileiras no campo de batalha na região do Mato Grosso – Camisão deixa de lado o profissional para dar vazão aos seus sentimentos. Ao invés de se fazer exemplo para seus comandados, ele se aproveita de sua posição, pois tudo leva a crer que outros soldados sabiam de suas aventuras amorosas com a paraguaia:

__ O quê?

__ Nada, meu comandante. Sou homem de letras. Tem dias em que o engenheiro em mim se apaga e fico cheio de inocências. Me encantam essas letrinhas, as viventes que ponho no papel, indicando os morrentes. Pensei que pelo Apa se vai e pelo Apa se vem. Ida e volta. O melhor caminho não é o da ida, é o da volta, querida.

__ Ficou louco, francês?

__ Não meu comandante. O melhor caminho não é o da Ida, é o da Mercedes. O melhor caminho é o da volta, querida.

__ Sabe muito mais do que deve, francês. Escreva somente o que ditei, não o que pensei. Mercedes. Mercês de Mercedes. As melhores graças. Está escrevendo francês? (Ibidem, p. 173/174).

Nesse contexto, Camisão pretende imortalizar os feitos da expedição chefiada por ele ao retornarem para as terras brasileiras. Para isso, pede ajuda ao “francês” que, além de militar, era engenheiro, mas tinha talento e sensibilidade para as letras. Sabedor disso, Camisão o escolhe, mas enquanto ditava o que desejava imortalizar, ambos começam a conversar sobre outros acontecimentos alheios às próprias batalhas, como os relacionamentos dos soldados, e nesse momento de sinceridade, o “francês” deixa implícito saber da relação entre Camisão e Mercedes.

Observamos também ser esse militar, uma mistura de soldado, engenheiro e escritor. Ele não é nomeado por seus camaradas pelo nome, como a maioria dos militares e sim de “francês”, ou seja, com essa identificação atribuída pelos demais militares, sua nacionalidade se destacava às outras, como seu nome ou profissão.

Outras duas personagens com identidades contraditórias eram os religiosos frei Mariano e o padre Landell. O primeiro é sequestrado pelo exército paraguaio para revelar informações importantes dos brasileiros, e, perante torturas, acaba mudando de lado ao servir como informante dos paraguaios e a ajudá-los no conflito. Isto é, ele deixa de ser identificado como um religioso brasileiro e passa a ser a identificado como aliado paraguaio e inimigo dos brasileiros. Além disso, a tradição cristã católica ensina a perseverar em meio às provações como maneira de exercitar a fé para nos mostramos “dignos aos olhos do Senhor”. Dessa maneira, frei Mariano teria de suportar toda a tortura e morrer em nome de sua fé. Contudo, não foi isso que ocorreu, pois ele mudou de lado e passou a servir o exército de López:

Posteriormente viemos a saber que os paraguaios simularam diversas fugas de frei Mariano e o tiveram como informante durante muito tempo, pois ele, apesar dos vários padecimentos, ficou vulnerável às pregações paraguaias e mudou de lado. Passou a ajudar espontaneamente os exércitos de López (Ibidem, p. 55).

O padre Landell surge em meio ao acampamento dos brasileiros com diversos inventos que poderiam trazer a vitória para o lado dos aliados e, por isso, é visto com estranheza pelos soldados. Eles tinham em mente uma classificação tradicional de padre, ou seja, uma autoridade religiosa que não desenvolvia outras atividades além dessa:

O espanto era geral. Alguns falavam em ganhar a guerra com essas armas que, no começo da explicação, todos achavam que não serviam para nada. Juvêncio, meio desconfiado ainda, foi-se chegando. Dissimulado, piscou os olhos para os outros e começou elogiando o padre Landell:

— Mas sim, senhor, hein! O que é a ciência! Bem que estamos precisando de invenções. Dizem que nas outras frentes, lá pro sul, estão usando balões para observar o inimigo. Gostaria de saber quem inventou o tal balão que voa com gente dentro de um balainho, conforme me disseram.

__ Foi um colega meu – disse, pressuroso, o padre Landell.
 __ Colega seu? – perguntou Juvêncio. __ Todo padre é inventor?
 __ Não é bem assim. Simples coincidência. Um colega de batina, só que português, o Alexandre de Gusmão (Ibidem, p. 107).

Nesse caso, estamos diante de um padre ironizado por exercer atividades além da eclesiástica.

Outros elementos explorados na narrativa em relação às características do “ser brasileiro” vão ao encontro do que Holanda reflete sobre o “homem cordial”. Historicamente, essa identificação se consolida graças a não participação do Brasil em guerras mundiais ou em conflitos com seus vizinhos, e tal representação é sugerida na ficção de Silva. A relativa tranquilidade e ausência de guerras, assim como ocorria com Portugal, conforme mencionado pelo historiador brasileiro, parecia ser algo comum entre a população brasileira no momento da eclosão da Guerra do Paraguai. Esse tema surge no romance através da voz do soldado-narrador ao refletir sobre um diálogo presenciado entre o coronel Camisão e o soldado Juvêncio:

[...] Velhas ilusões se diluíam ali na guerra. Não teríamos precisado invadir o Paraguai. Esta já era a convicção dominante entre as tropas. O Brasil era largo e nosso. Para que aceitar a provocação de um ditador louco, disposto a sacrificar até o último homem para manter uma soberba que já lhe custara tantas perdas? (Ibidem, p. 64).

Uma das passagens mais sugestivas do ser “homem cordial” na narrativa é a seguinte:

__ Me diga uma coisa, meu coronel, quando o senhor entrou no exército, alguma vez o senhor pensou em guerrear?
 __ Não. Nunca. Na minha família sempre me diziam que o Brasil era um país ordeiro, cheio de paz, que evitava a guerra. Me explicavam que em trezentos e pouco anos de história, guerra mesmo de verdade, de um país enfrentar o outro em campo de batalha, a gente não tinha tido.
 __ Ué, e os holandeses? E os franceses?
 __ Bom, Argemiro, estou dizendo o que me ensinaram. A verdade é bem diferente daquilo que nos ensinam. É também diferente daquilo que a gente aprende (Ibidem, p. 93).

Em contrapartida, no romance, o exército paraguaio é visto como organizado e com grande eficiência em seus ataques. Essa descrição coincide com a conduta histórica dos espanhóis, colonizadores do Paraguai, conforme vimos anteriormente em Holanda:

“Éramos dez mil. O inimigo nos atacou, furioso como sempre e melhor aparelhado. Havia uns monstros entre eles. Vimos de perto. Bichos horrorosos. Estão descritos no relatório. Mataram nove mil dos nossos. Não podendo resistir mais, debandamos, mas em boa ordem, em formação, como prescrevem as normas militares para

tempos de guerra.” “E o vosso comandante?” “Pereceu. Que Deus o tenha!”(Ibidem, p. 123).

Assim, o militar paraguaio era considerado na narrativa mais profissional que o brasileiro e essa construção tende a ser uma herança colonizadora dos espanhóis.

Nesta seção, observamos algumas formas de classificações e a simbologia que há por trás delas, tal como a existência de fronteiras. O entendimento desses elementos – classificações sociais e fronteiras – é essencial para percebermos o surgimento de fronteiras identitárias, bem como o caráter relacional e dinâmico existentes nelas.

3.2 Unidade e diversidade

Camisão quase acaricia o ferido que interroga. Perguntas formuladas em fala cheia de toda calma, pausada, escandindo as sílabas, esclarecendo as dessemelhanças entre as parecidíssimas línguas dos dois exércitos (SILVA, 1992, p. 70).

Ao haver a eclosão de um conflito internacional, os países envolvidos enviam para suas forças armadas diversos indivíduos. Embora sejam partícipes de sociedades diferenciadas e complexas, estas possuem algumas semelhanças, ou seja, há unidade e diversidade entre elas. Ao explicar sobre a antropologia enquanto campo disciplinar, Lévi-Strauss mostra algumas pistas acerca dessa unidade e diversidade nas sociedades:

A etnologia – ou a antropologia, como se prefere dizer presentemente – assume o homem como objeto de estudo, mas difere das outras ciências humanas por aspirar a compreender o seu objecto nas suas manifestações mais diversas. É por esta razão que a noção de condição humana fica por ela marcada com uma certa ambigüidade: pela sua generalidade, o termo parece ignorar, ou pelo menos, reduzir à unidade, diferenças que a etnologia tem por finalidade essencial (ornar e isolar para sublinhar os particularismos), mas não sem postular um critério implícito – exatamente o da condição humana-, só ele permitindo circunscrever os limites externos do seu objecto (STRAUSS, 1986, p.51).

Tal ambigüidade entre diversidade e unidade são sugeridas no romance. A declaração do soldado-narrador “Aqui o Brasil é Paraguai, o Paraguai é Brasil” a explícita, sugerindo a tensão em situações de conflitos:

Quase todo o acampamento dorme. A marcha do dia foi cansativa. Muitos estão doentes. Quando as padiolas despejam soldados feridos, alguns parecem agradecer a morte que veio. Lutamos e morremos nesse calor. Mas aqui o Brasil é Paraguai, o Paraguai é Brasil, tudo está misturado, quem não vê? Na estatura, na cor da pele, no tom amolecido da voz, todos se parecem. O que nos distingue são uniformes, rumos

tomados e pequenas variações na linguagem. E negros em nosso exército! (SILVA, 1992, p. 19).

São inúmeras as passagens em que a tensão povoa a atmosfera de *Avante soldados: para trás* por ter como eixo norteador o conflito travado entre paraguaios e brasileiros no episódio conhecido como “A Retirada da Laguna”. Os brasileiros formavam a tropa de militares dos aliados encarregada de proteger as fronteiras nacionais brasileiras e ultrapassar as paraguaias, na tentativa de responder e conseqüentemente conter a invasão paraguaia ocorrida anteriormente em território brasileiro, na região mato-grossense.

Quando o narrador diz que “[...] tudo está misturado, quem não vê?” e vem mostrando uma série de semelhanças entre o brasileiro e paraguaio, ele faz refletirmos sobre a diversidade existente entre os dois exércitos, nações e a unidade entre eles.

A unidade é percebida pelas semelhanças na estatura, na cor da pele, no tom amolecido da voz. Segundo o soldado-narrador todos se parecem, havendo diferenças em relação aos uniformes, direções tomadas e variações na linguagem, e o fator diferenciador entre os grupos é o elemento negro nas fileiras do exército aliado representado pelos brasileiros.

Embora o elemento negro esteja colocado como uma distinção entre as forças brasileiras aliadas e as paraguaias na narrativa, devemos considerar o fato dos negros estarem presentes em grande parte dos efetivos militares oponentes no campo de batalha:

A propaganda lopizta classificava o exército imperial de *macacuno*, o qual tinha como objetivo reduzir o povo paraguaio à escravidão. Na verdade, como destaca André Amaral de Toral, soldados negros, ex-escravos ou não, lutaram em pelo menos três dos quatro exércitos envolvidos nos combates: o brasileiro, o paraguaio e o uruguaio. Os escravos propriamente ditos lutaram no exército paraguaio e no brasileiro (DORATIOTO, 2002, p. 272).

Mesmo considerando essa reflexão de Doratioto acerca da presença de negros inclusive no exército paraguaio, não podemos nos esquecer que, segundo o historiador, a falta de preparação, obrigou os brasileiros a incorporar em suas forças um maior número do elemento negro, além de muitos escravos serem enviados ao campo de batalha no lugar de seus senhores e com a promessa de liberdade após o conflito.

Além dessa semelhança, tanto o Brasil quanto o Paraguai possuem um passado comum por serem nações que abrigaram em suas épocas coloniais os padres jesuítas. Eles trouxeram não apenas uma religião, mas também alguns comportamentos:

Foram ainda os jesuítas que representaram, melhor de que ninguém, esse princípio da disciplina pela obediência. Mesmo em nossa América do Sul, deixaram disso exemplo memorável com suas reduções e doutrinas. Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou do Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões (HOLANDA, 1995, p. 39).

A experiência inicial do Paraguai como país independente foi de abrigar regimes fechados e ditatoriais, nos quais os paraguaios respeitavam seus governantes com imensa disciplina, podendo ser um costume herdado principalmente dos jesuítas. Somado a isso, no esforço de guerra, havia pouca resistência dos paraguaios ao serem arregimentados, ao contrário do ocorrido no Brasil onde muitos fugiam. Não podemos esquecer o fato da composição populacional paraguaia ter maior número de indígenas em relação à brasileira, índios que num passado remoto foram disciplinados pelos jesuítas.

Holanda evidencia algumas diferenças da experiência jesuítica entre a América Portuguesa e a América Espanhola:

Na América portuguesa, entretanto, a obra dos jesuítas foi uma rara e milagrosa exceção. Ao lado do prodígio verdadeiramente monstruoso de vontade e de inteligência que constitui essa obra, e do que também aspirou a ser a colonização espanhola, o empreendimento de Portugal pareceu tímido e mal aparelhado para vencer. Comparado ao dos castelhanos em suas conquistas, o esforço dos portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial, repetindo assim o exemplo da colonização na Antigüidade, sobretudo da fenícia e da grega; os castelhanos, ao contrário, querem fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu (Ibidem, p. 98).

O autor descreve outras diferenças entre o modelo espanhol de colonização e o português, sendo evidente, no caso do espanhol, o interesse de povoar as terras e fazer delas, conforme vimos acima, um prolongamento orgânico da Espanha. Para os portugueses, o interesse maior era o enriquecimento da metrópole portuguesa explorando as riquezas do Brasil colonial.

Outro fator relevante é que um século antes do deflagrar da Guerra do Paraguai, brasileiros e paraguaios falavam línguas indígenas:

[...] Nos primeiros tempos da era setecentista ainda aparecem, é certo que menos numerosas, referências precisas ao mesmo fato. Em 1709, segundo documento manuscrito que me acaba de ser amavelmente comunicado pelo mestre Afonso de Taunay, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho teve ocasião de surpreender uma conversa entre dois cabos de forças paulistas acampadas perto de Guaratinguetá, cujo teor, desprimoroso para ele e sua gente, o governador emboaba só conseguiu perceber devido a ter sido anteriormente capitão-general do Maranhão, terra onde também era corrente o emprego do tupi. Ou talvez devido à presença, em sua escolta, de algum padre catequista habituado ao trato do gentio (Ibidem, p. 129).

Embora a citação se refira ao período colonial brasileiro, ela nos mostra uma característica em comum em relação aos países confrontantes na Guerra do Paraguai, ou seja, ambos utilizavam idiomas indígenas na comunicação cotidiana, valendo destacar que atualmente, o guarani é o idioma oficial do Paraguai ao lado do espanhol.

Holanda aproveita o tema e explica a existência, na atual sociedade brasileira, de apelidos influenciados por línguas indígenas:

Além desses testemunhos explícitos, quase todos do século XVII, existe uma circunstância que deve merecer aqui nossa atenção. Se procedermos a um rigoroso exame das alcunhas tão freqüentes na antiga São Paulo verificaremos que, justamente, por essa época, quase todas são de procedência indígena. Assim é que Manuel Dias da Silva era conhecido por “Bixira”; Domingos Leme da Silva era o “Botuca”; Gaspar de Godói Moreira, o “Tavaimana”; Francisco Dias da Siqueira, o “Apuçá”; Gaspar Vaz da Cunha, o “Jaguetê”; Francisco Ramalho, o “Tamarutaca”; Antônio Rodrigues de Góis, ou da Silva, o “Tripoi”. Segundo versão nada inverossímil, o próprio Bartolomeu Bueno deveu aos seus conterrâneos, não aos índios Goiás, que por sinal nem falavam a língua-geral, a alcunha tupi de Anhangüera, provavelmente de ter um olho furado ou estragado. O episódio do fogo lançado a um vaso de aguardente, que anda associado à sua pessoa, Pedro Taques atribuiu-o a outro sertanista, Francisco Pires Ribeiro (Ibidem, p. 127/128).

Além disso, o autor explora alguns elementos linguísticos surgidos na fala coloquial das pessoas, como é o caso do emprego dos diminutivos:

No domínio da lingüística, para citar um exemplo, esse modo de ser parece refletir-se em nosso pendor acentuado para o emprego dos diminutivos. A terminação “inho”, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração. Sabemos como é freqüente, entre os portugueses zombarem de certos abusos desse nosso apego aos diminutivos, abusos tão ridículos para eles quanto o é para nós, muitas vezes, a pieguice lusitana, lacrimosa e amarga (Ibidem, p. 148).

Além desses elementos linguísticos que contribuem para identificar o brasileiro, o autor menciona os comportamentos herdados da colonização portuguesa, a exemplo do espírito de rivalidade:

Tanto a competição como a cooperação são comportamentos orientados, embora de modo diverso, para um objetivo material comum: é, em primeiro lugar, sua relação com esse objetivo o que mantém os indivíduos respectivamente separados ou unidos entre si. Na rivalidade, ao contrário, como na prestância, o objetivo material comum tem significação praticamente secundária; o que antes de tudo importa é o dano ou o benefício que uma das partes possa fazer à outra. Em sociedades de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até

exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as suas lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (Ibidem, p. 60/61).

Ao estudarmos a história da Guerra do Paraguai, observamos uma série de desavenças entre as altas patentes do exército brasileiro, originada, muitas vezes, por filiações políticas. Há episódios no qual ataques eram postergados por falta de afinidades entre esses militares. O revanchismo aludido por Holanda pode ter contribuído para a extensão do conflito, não apenas em termos de destruição, mas também em relação ao tempo. Pretendia-se uma guerra de curta duração, contudo, os desentendimentos existentes nos exércitos aliados, principalmente do lado brasileiro, contribuíram para o prolongamento do conflito. Esse mesmo revanchismo e falta de unidade nas decisões em relação aos rumos do conflito, foi percebido antes da eclosão do conflito, quando aumentava a tensão no Uruguai e a intervenção de Paraguai, Argentina e Brasil na região oriental:

Não menos crítica era a opinião do marquês de Caxias, que se irritou com as posturas de Pedro II no Uruguai, classificando-o de amante de “patacoadas”, de “bobo” e de “sujeitinho”. No Senado imperial, José Maria da Silva Paranhos defendeu que o governo brasileiro fosse flexível quanto à questão oriental. Também o barão de Mauá, preocupado com a segurança dos seus investimentos na Argentina e no Uruguai, desejava uma solução pacífica para a situação uruguaia, simpatizando com os blancos e desprezando Flores. Durante boa parte da crise uruguaia não havia unidade, nos meios políticos brasileiros, quanto à postura que o Império deveria adotar (DORATIOTO, 2002, p. 65/66).

Vimos anteriormente com Doratioto, a existência do elemento negro nas fileiras do exército paraguaio e, em maior número, no lado brasileiro, o que era algo comum, pois era vivenciado o auge período escravocrata. Essa atmosfera do contexto colonial é sugerido na narrativa:

Camisão viu Lili pela primeira vez dentro de uma carruagem toda preta, importada por Eufrásio havia pouco tempo. A carruagem era européia, Lili era européia, os modos de todos se queriam marcados por usos e costumes europeus, mas o cocheiro – ó desastre! – era preto (SILVA, 1992, p. 81).

Nesse momento da narrativa, Camisão rememora com um de seus soldados alguns de seus romances. É aludida a imitação do modelo europeu feito por muitas famílias brasileiras da época, como os Eufrásios, e o trato preconceituoso em relação ao elemento negro.

Na narrativa, os paraguaios generalizavam, em alguns momentos, o exército brasileiro como formado apenas por negros, a exemplo de quando Mercedes é assediada por um militar paraguaio e ele pergunta a ela: “Está guardando para um negro brasileiro?” (Ibidem, p. 203/204).

O soldado paraguaio generaliza o brasileiro como um negro, ou seja, o militar parecia acreditar que o exército oponente era apenas formado por negros. Essa visão compartilhada pelos paraguaios dos soldados brasileiros era reproduzida pela imprensa paraguaia da época:

O uso de escravos no exército brasileiro foi tema dos redatores dos jornais paraguaios e do próprio Solano López. O jornal *Cabichuí* sempre se referiu às forças imperiais como macacos, associando os soldados negros com a pretensa covardia dos brasileiros. Para o *Cabichuí*, dom Pedro II era “o grande macaco que ostenta sua autoridade de Rei” e, em charge publicada, três dias depois, via-se um soldado paraguaio que chicoteava “os covardes escravos”, ou seja, negros desenhados com traços de macacos (DORATIOTO, 2002, p. 272 – grifos do autor).

Ou seja, a imagem do soldado paraguaio sobre os soldados brasileiros era na realidade uma reprodução da ideologia difundida pelo governo de Solano López com pretensões de inferiorizar o exército inimigo como se fosse cheio de “animais”, de “macacos”. O Imperador era caricaturado de “o grande macaco”. Mas, a de se mencionar que o próprio Doratioto mostra a presença do elemento negro também no exército paraguaio, conforme já vimos no princípio deste capítulo.

A narrativa sugere outras diversidades entre o exército paraguaio e brasileiro:

Logo estão todos reunidos outra vez. Riem. Uns debocham dos outros, proclamando o medo alheio. Em meio ao burburinho geral o comandante quer saber de quem foi a “idéia malsã” de trazer as cabeças dos nossos e não as dos inimigos. Entreolham-se todos. Há um tom de vacilação na autoridade do coronel em muitos dos olhares. O subcomandante Juvêncio dá um passo à frente, pigarreia e explica: “Foi uma forma que encontrei de verificar quem morreu de fato, para saber ao certo quem desertou”. “O senhor quer dizer que aqueles cujas cabeças não estão aqui, cortadas ou coladas nos pescoços dos que voltaram, só podem ter desertado?” Isso mesmo comandante” “Mas se esquece dos que foram feitos prisioneiros”. “Os paraguaios não fazem prisioneiros”, diz Juvêncio. Camisão fica sem jeito, vários auxiliares sentem que o desconforto aumentou. Trava-se uma surda luta de poder na coluna (SILVA, 1992, p. 25/26).

Segundo o personagem Juvêncio, os paraguaios, ao contrário dos brasileiros, não tinham o hábito de fazer prisioneiros, prática comum em muitos exércitos que se aproveitam

dos inimigos capturados para combaterem ao seu lado, sob o risco de serem assassinados, e se tornarem informantes ou guias nos territórios do inimigo.

Na mesma passagem, observamos a aludida falta de unidade mencionada por Doratioto em relação ao exército brasileiro e a rivalidade mencionada por Holanda entre os membros da mesma tropa, como ocorre com as personagens Camisão e Juvêncio. Essa mesma rivalidade foi expressa no momento quando se decidia pela invasão do território paraguaio. Juvêncio estava a ponto de convencer os colegas de farda pela não invasão do Paraguai por falta de víveres, quando aparece uma grande quantidade de gado, e Camisão desconsidera a argumentação de Juvêncio: “Escreva aí que, por unanimidade (disse essa palavra olhando bem Juvêncio, sem imaginar que esse olhar lhe custaria a vida), decidimos invadir o território inimigo [...]” (Ibidem, p. 188).

Observamos, na narrativa, outro costume dos soldados paraguaios diverso dos brasileiros:

“Atiramos em tanta gente e os mortos são tão poucos! Que é isso, meu coronel?” Argemiro estranha. “São muitos, claro”, corrige Camisão. “Mas, dada a extensão da batalha, não são tantos. Deveriam ser muito mais.” Os cavaleiros paraguaios amarram-se aos cavalos pela cintura. Assim, ao caírem, os animais voltam para o lado deles, levando-os de arrasto. “Ah, sim”, diz Camisão, “têm medo da nossa cordialidade.”

Os paraguaios protegem seus feridos. Não os abandonam. Dão enterro aos mortos. Mas nesse dia não foi possível. Eram em maior número os mortos, superior ao dos que sobreviveram (Ibidem, p. 68).

Segundo Camisão, os paraguaios tinham receio da forma pela qual os cadáveres dos paraguaios seriam tratados se estivessem sob domínio dos brasileiros, pois, como comandante das forças brasileiras no local, ele tinha noção da crueldade dos seus subordinados, muitos deles, profanadores dos cadáveres inimigos. Além disso, os paraguaios protegiam seus feridos, o que pode sugerir uma maior união entre os soldados do lado paraguaio.

São mencionados outros procedimentos utilizados pelo exército de Solano López, como a falta de zelo em relação aos tiros desferidos:

Os soldados iam caindo em grande quantidade. De lado a lado, avultavam as baixas. Quando pensamos que eles poderiam terminar de massacrar-nos de uma vez, começaram estranhamente a retirar-se. É certo que morriam mais paraguaios do que brasileiros, mas a busca da verdade me obriga a dizer que grande parte deles não morria por nossas mãos e nossas armas. Morriam no entrevero, recebendo balas de sua própria artilharia, que não se importava em matar os seus, se fosse para matar os nossos com os mesmo tiros (Ibidem, p. 62/63).

Na narrativa, em meio ao conflito, os soldados paraguaios faziam uma avaliação diferente da dos brasileiros, que hesitavam antes de atirar para não matar seus camaradas de farda. Mesmo tendo a condição de identificar um militar aliado, o paraguaio não hesitava, pois para ele o inimigo precisava ser abatido, mesmo sob risco de matar seus companheiros.

O romance nos passa a sensação do exército paraguaio ser mais profissional que o brasileiro, devido às táticas adotadas, como matar os brasileiros sem se preocupar se fossem mortos e feridos seus camaradas. A velocidade de suas ações, muitas vezes de maneira imprevisível, quando os soldados inimigos estavam descansando, sugerem a melhor preparação deles em relação a do exército aliado: “Os paraguaios disfarçavam-se entre as sombras. Davam passos cuidadosos, confundindo o pisar macio de seus pés descalços com pequenos ruídos comuns à noite” (Ibidem, p. 50). Em outra passagem, esse caráter profissional do exército paraguaio é melhor sugerido:

[...] O soldado inimigo aprendeu a matar. Pratica seu ofício com método. Nossos soldados, era até esquisito ver, não sabiam matar. Destripavam. Iam enfiando lanças e adagas, espadas e facões, tiros e pauladas. O inimigo sofria muito antes de morrer. E nem sempre tinha o consolo de ver seu matador por perto, pois a agonia era lenta, no mais das vezes. Não pensamos em ensinar a matar antes de partir. Viemos até aqui para um passeio. Íamos voltar bem rapidinho, vitoriosos e impunes. E, de preferência, vivos (Ibidem, p. 195).

Observamos o despreparo dos soldados ao matar seus inimigos de maneira diferente dos paraguaios, não por serem mais cruéis, mas por falta de preparação anterior ao conflito, pois, segundo o narrador, o exército brasileiro estava condicionado a enfrentar um inimigo com poucas resistências, o que não se confirmou pelo fato de não conhecê-lo como deveria e por outras adversidades, a exemplo da topografia acidentada, da falta de víveres no decorrer da campanha e das doenças. Mas, o romance enfoca também outras situações de unidade entre os adversários:

Tirado dali, depois de revelar algumas coisas importantes, foi reconduzido à presença do major Urbietta. Este lhe pediu que não o obrigasse a nova ação como aquela, que o desgostava muitíssimo, sobretudo porque não era praticada contra o inimigo, mas contra um padre da sua mãe-Igreja. Urbietta também era católico, com mãe e avós fervorosas. Quase vieram lágrimas aos olhos, quando fez esse pedido a frei Mariano (Ibidem, p. 53/54).

Mesmo havendo, na época do conflito, outras religiões, a que predominava era a da Igreja Católica Apostólica Romana, principalmente por ambos países terem interagido com os padres jesuítas disseminadores da crença nessa religião.

O general inimigo das tropas aliadas, Urbietta, embora possuísse posição de autoridade podendo dar cabo à vida de seus inimigos conforme sentisse necessidade, tinha forte religiosidade oriunda de sua formação católica repassada por gerações anteriores. Dessa maneira, ele ficava numa posição contraditória, pois era obrigado a matar seus inimigos sob o risco de ser julgado por indisciplina e conciliar essa prática com os seus credos cristãos, onde apenas Deus tinha o dom de tirar a vida de um ser humano. Com isso, percebemos mais esse elemento de unidade entre os exércitos - a religião - embora essa unidade sofresse certo desgaste em relação ao lado paraguaio:

[...] Apesar de o Paraguai ser um país marcado pela presença da Igreja católica desde que os jesuítas haviam invadido o país para reduzi-lo e catequizá-lo, a partir de Francia os poderes eram mais leigos que cristãos, e a religião não tomava conta de tudo, como em outros países vizinhos (Ibidem, p. 202).

Dessa maneira, a religião católica pode ser considerada um traço de unidade (com gradações diversificadas) entre as forças oponentes no conflito por persistir mesmo com a expulsão dos jesuítas do solo brasileiro e paraguaio. Isso faz haver maior tensão por parte de muitos soldados, tal como ocorre com o representante inimigo do exército brasileiro.

No romance, há pistas de costumes deixados pelos jesuítas aos paraguaios como o aprimoramento no tangenciar do gado, conhecimento utilizado nas batalhas, pois a principal fonte de alimentação na época era a carne bovina e sem esse meio de alimentação, o exército brasileiro perdia sua capacidade de avançar em território inimigo: “O que se podia ver agora é que os paraguaios, os primeiros vaqueiros do mundo, tangiam nosso gado com aquela sabedoria secular, aperfeiçoada junto aos jesuítas, levando-o para o abrigo das suas tropas” (Ibidem, p. 64).

Outro elemento de aproximação entre as duas nações, conforme vimos em Holanda é a existência de nomes com origem indígena. Na narrativa, há menções sobre essa característica comum, principalmente no momento em que o soldado Argemiro e o comandante Camisão refletem sobre algumas práticas do imperador brasileiro:

— É, mas o imperador é esperto. Vende o título de nobreza, mas sem o direito de o titular repassar o galardão por hereditariedade.

— Claro. Do contrário, como vendê-lo outra vez? No Brasil, as pessoas que podem comprar tudo são sempre as mesmas. Estão nas mesmas famílias, são um grupo pequeno. E tem mais: o imperador é muito brincalhão. Vende os títulos e ainda se diverte com a cara do novo barão ou marquês. Chama um de marquês de Itanhém, que quer dizer pilão de pedra. Outro é o visconde de Muritiba. Você sabe o que quer dizer Muritiba, Argemiro?

— Não sei, não, meu coronel.

- __ Muritiba é um lugar cheio de moscas. Já pensou que honraria dá um título desses?
- __ E esses Suassunas? Não tem um barão de Suassuna?
- __ Tem, sim. Essa família está lá mais pro norte. E você sabe o que quer dizer Suassuna, Argemiro?
- __ Sei que coisa boa não é. Porque o imperador só dá esses títulos para poder rir desse pessoal.
- __ Pois Suassuna quer dizer veado preto (Ibidem, p. 96).

Ainda enfocando semelhanças das línguas faladas entre os oponentes na Guerra do Paraguai, observamos outro elemento utilizado: trata-se dos diminutivos como é mencionado no diálogo entre os militares brasileiros:

Camisão ordenou que o pouso ocorresse à beira do rio. “Isso não é rio”, disse Silva. “É sanga, riacho, riachuelo – os hispano-hablantes adoram diminuir as coisas. “É mesmo”, concordou Argemiro. “Não tinha reparado. Riacho já é um rio pequeno, *muy pequeño, chiquitito*. Que se dirá então, de um riachuelo?” “Pra nós é sanga”, disse Silva (Ibidem, p. 133 – grifos do autor).

Situação parecida surge quando os soldados, ao descansarem, falam sobre as mulheres, chegando à conclusão delas possuírem mais “furinhos” do que os homens:

“Mas que bobajada é essa de vocês?” perguntou Juvêncio. “Ai de nós se as mulheres não tivessem todos esses furinhos.” “Pra mim, basta um”, disse na maior baixaria um soldado. “Pra você, basta um só mesmo”, disse Silva, “pensa que eu não sei?” “E nem precisa ser de mulher. Outro dia eu te vi agarrado numa leitoa”, disse Juvêncio. “Leitoa? Eu? O senhor viu mal. Era uma cavalinha!” (Ibidem, p. 134).

Na interação entre os soldados brasileiros, aparecem palavras transformadas em seus respectivos diminutivos como “furinhos” e “cavalinha”. Essa particularidade é abordada por Holanda ao mencionar a tentativa de, com isso, dar maior familiaridade entre as pessoas envolvidas na interação, ou em relação aos próprios objetos.

Assim, observamos na ficção elementos distintivos e comuns entre os brasileiros e paraguaios, além de aproximações e distanciamentos em relação a essas duas nacionalidades que se dão historicamente. Esses dois fatores – unidade e diversidade – são fatores que contribuem para a solidificação da identidade dos grupos sociais.

3.3 Identidade e conflito

A guerra é um juízo final às avessas. Em vez de toda carne juntar-se aos ossos, como no vale de Josué, ela vai se despregando deles, à força das bicadas dos abutres, pela ação desses lixeiros do universo que são os vermes e através de numerosos outros recursos de que a mãe-natureza se serve para livrar-se do homem (SILVA, 1992, p. 213).

Como vimos em seção anterior, temos noção de nossa identidade quando ela é contrastada com outra ou outras. Dessa maneira, ela não se põe isoladamente e se contrapõe coletivamente. Para dizer que sou brasileiro é necessário que eu seja reconhecido como tal e esse reconhecimento se dá coletivamente e de maneira recíproca.

Essa mesma reciprocidade se efetua quando temos o contato entre nacionalidades diferentes. Como vimos, Damatta explica haver algumas características em relação ao brasileiro e essas características de sua identidade nacional são influenciadas pela cultura em que o brasileiro está imerso. A cultura contribui para a identidade do indivíduo e de sua coletividade. Contudo, há distinções entre cultura e identidade. Segundo Cuche: “A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de veiculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas” (1999, p.176).

Dessa forma, podemos entender a identidade como algo construído não de maneira inata com o nascimento, pois ela ocorre de maneira consciente. Quando falo que sou brasileiro, tenho consciência de não ser paraguaio e possuir traços da cultura brasileira vivenciadas e assimiladas de maneira inconsciente.

Para o autor, há tipos diferenciados de identidades e essas se encontram interligadas. Uma das primeiras mencionadas por ele é a identidade cultural. Na década de cinquenta, principalmente nos Estados Unidos, havia uma abordagem que concebia a identidade cultural como algo imutável e determinadora do comportamento dos indivíduos, posteriormente ultrapassada por concepções mais dinâmicas que não veem a identidade como um dado independente do conceito relacional.

A noção de identidade em Cuche enfatiza a interação entre os diversos indivíduos dentro de uma coletividade maior, constatação parecida a que chega Barth ao explicar sobre as fronteiras étnicas. Para ele, os grupos étnicos interagem e são categorias atributivas e identificadoras.

Cuche também diferencia a identidade social ligada à cultural:

[...] A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente (Ibidem, p. 177).

Assim, a explicação de Cuche nos faz refletir, inclusive, sobre sistemas de classificação sociais mais primitivos como os mencionados por Mauss e Durkheim, bem como as fronteiras étnicas postas por Barth, pois quando o indivíduo é vinculado a algum tipo de classe, é identificado como pertencente a ela, e, para isso, deve compartilhar os critérios de avaliação e julgamentos existentes no meio do qual ele faz parte.

Cuche explica que a identidade social é, ao mesmo tempo, inclusão e exclusão:

Mas a identidade social não diz respeito unicamente aos indivíduos. Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural (Ibidem).

Ao termos diante de nós uma narrativa que enfoca diversidade e unidade entre nacionalidades distintas, as identidades definem quem deve ser incluído como “nós” e excluído como “eles”.

A noção de identidade nacional está pressuposta nessa relação entre “nós” x “eles” enfocada por Cuche. Segundo o autor, com a solidificação dos Estados-Nação modernos, a identidade começou a ser tratada como um assunto de Estado, pois ele se tornou o gerente da identidade para a qual instaura regulamentos e formas de controle (Ibidem, p.188).

A exaltação da identidade nacional pode ocasionar, segundo o autor, uma tentativa de subversão simbólica contra a afirmação da identidade.

Observamos assim, que a identidade é algo difícil de ser delimitado, bem como de se definir em razão de seu caráter multidimensional e dinâmico, e isso lhe confere complexidade, ao mesmo tempo que lhe dá flexibilidade (Ibidem, p.196).

Esse caráter “multidimensional” e “dinâmico” descrito por Cuche faz entendermos melhor os deslocamentos de identidades:

De uma maneira mais geral, o conceito de estratégia pode explicar as variações de identidade, que poderiam ser chamadas de deslocamentos de identidade. Ele faz aparecer a relatividade dos fenômenos de identificação. A identidade se constrói, se desconstrói e se reconstrói segundo as situações. Ela está sem cessar em movimento; cada mudança social leva-a a se reformular de um modo diferente (Ibidem, p.198).

Dessa maneira, vemos que não apenas a identidade é dinâmica e relacional, mas conceitos ligados a ela, como inimigo/aliado também o são, pois os indivíduos e as diversas entidades humanas são identificados, e essas identificações são reformuladas cotidianamente.

Além disso, há processos, denominados por Bourdieu de rituais, existentes em algumas organizações. Eles servem para identificar aqueles que se submeteram a eles e conseqüentemente, fazem parte de tal organização:

Falar em rito de instituição é indicar que qualquer rito tende a consagrar ou a legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural *um limite arbitrário*, ou melhor, a operar solenemente, de maneira lícita e extraordinária, uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social e da ordem mental a serem salvaguardadas a qualquer preço, como no caso da divisão entre os sexos por ocasião dos rituais de casamento. Ao marcar solenemente a passagem de uma linha que instaura uma divisão fundamental da ordem social, o rito chama a atenção do observador para a passagem (daí a expressão rito de passagem) quando, na verdade, o que importa é a linha [...]. O principal efeito do rito é o que passa quase sempre completamente despercebido: ao tratar diferentemente os homens e as mulheres, o rito *consagra* a diferença [...] (BOURDIEU, 2008, p. 98 – grifos do autor).

Uma das primordiais funções do rito é consagrar as diferenças entre aqueles que passaram por ele e se tornaram pertencentes a um determinado grupo, e aqueles que não o vivenciaram, e por isso, estão do outro lado da linha, ou seja, fora do grupo. Assim, os rituais de passagem também se processam entre fronteiras identitárias.

Em situações de conflito, principalmente em guerras internacionais, a identidade de seus participantes tende a aflorar de maneira mais constante por haver grande número de identidades diferenciadas.

No romance de Silva, temos primordialmente duas nacionalidades distintas em confronto: brasileiros e paraguaios. Contudo, sob essas nacionalidades havia etnias existentes ainda hoje, conforme nos descreve Oliveira:

Reporto-me aos anos 1950, quando de minha pesquisa de campo entre os Terêna, um povo Aruák morador da região sul do então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Esses índios constituem um dos povos Guaná que habitavam o Chaco paraguaio. Além dos Terêna, a etnografia histórica registra os Layâna, os Echoaladi e os Kinikináu, todos eles representando os povos do tronco lingüístico Aruák mais meridionais. Ao longo do deslocamento desses povos para o território brasileiro, o contato intertribal e interétnico – este último intensificado durante a Guerra do Paraguai – levou os Terêna a absorver os remanescentes dessas outras etnias tribais. É de se supor que esse processo de absorção teria se incrementado com a desorganização das comunidades lingüísticas graças a perda de seus territórios ocupados por brasileiros desmobilizados do exército imperial e que se fixaram na região após o conflito com o Paraguai. Esses soldados, que, em sua

maioria, eram baianos, preferiram permanecer no pantanal e no cerrado mato-grossense para formarem suas fazendas. E nelas a utilização da mão-de-obra indígena foi regra. Os índios passaram a formar colônias nessas fazendas, cujo padrão de apropriação dessa mão-de-obra era o trabalho escravo. Os Terêna com os quais falei em 1995 recordavam isso como o tempo do cativo. Apenas em 1904, quando Rondon passou pela região em sua missão de construir as linhas telegráficas, é que se iniciaram a recuperação dos territórios indígenas e a formação das atuais aldeias terênas (OLIVEIRA, 2006, p. 76).

Embora o estudo de Cardoso esteja focado na origem e desenvolvimento de grupos indígenas, ele nos mostra que o processo de contato de culturas diversas, principalmente a nível interétnico faz as identidades passarem por um processo de redefinição, pois não nascemos com ela e sim a assimilamos cotidianamente.

Conforme vimos anteriormente, Holanda explica ser a rivalidade uma característica herdada dos portugueses pelos brasileiros, e isso pode ter ocasionado pouca unidade no exército brasileiro na Guerra do Paraguai, influenciada também, segundo Doratioto, por discordâncias políticas. Essas rivalidades tendem a vir à tona nos momentos de conflitos.

A reafirmação da identidade ocorre principalmente em situações de conflitos, pois, essas situações, servem para definir categorias como “nós” e “eles”. Categorias como essas são trazidas nas falas de algumas personagens do romance de Silva, como no caso de Camisão e Mercedes, ao mesmo tempo em que são contestadas:

“Se eu te matasse”, continuou ela, “estaria tudo em ordem, o mundo posto como deve ser: o inimigo mata o inimigo.” “Como já lhe disse outro dia, não sou seu inimigo”, disse Camisão. “Eu gostaria de te querer bem. A você e a todos os seus.” “Deve ser por isso que vem enchendo de cadáveres os campos por onde passa, os rios que atravessa, o pantanal em que você se afunda”, disse a moça. “Encho esses lugares de cadáveres de toda nacionalidade. Você só vê os paraguaios. Muitos brasileiros estão morrendo. Brasileiros, argentinos, uruguaios, guaicurus, terenas, cadiéus, negros de Angola, de Moçambique, das Guinés e de muitos outros lugares. Faz-se aqui uma guerra mundial! Não somos nós os bandidos, os devastadores (SILVA, 1992, p. 139/140).

Esse é um dos trechos mais contundentes do romance, pois é um dos momentos em que o comandante das forças armadas do Brasil na campanha do Mato Grosso se encontra com sua amante e guerreira do exército paraguaio. Embora ela fosse o seu oponente no conflito entre Paraguai e Tríplice Aliança, a situação das personagens de nacionalidades opostas faz deles aliados naquela situação. Mercedes também reflete a falta de coerência no conflito, pois, segundo ela, se travava uma guerra absurda onde o povo do qual ela fazia parte (paraguaio) era eliminado brutalmente sem ter cometido nenhum tipo de crime. Conforme vimos anteriormente, para Cuche a identidade é construída, desconstruída e reconstruída segundo as situações (CUCHE, 1999, p. 198). A situação mencionada na narrativa sugere

esse aspecto dinâmico existente na identidade, pois ambos personagens desconstróem suas identidades (inimigos) para construírem uma outra (amantes), oportunizados pela situação (sozinhos e sem os olhares de reprovação).

Além disso, são mencionados diversas vezes, na malha narrativa, os Estados-Nação modernos envolvidos no romance - Brasil e Paraguai - através da fala das personagens:

Valente Argemiro. Que maravilhoso contemplar um homem lutando com tanta bravura, mesmo por uma causa já dada por perdida. Não somente ali naquela batalha, mas em todas as frentes da guerra. Perdíamos em todo lugar. O triunvirato não conseguia derrotar uma seca naçãozinha, que todos considerávamos de segunda categoria. Isso, porém, antes de começar a dura guerra. Fazíamos agora uma aprendizagem das mais medonhas: a naçãozinha não era de segunda categoria. “O Paraguai é um leão. Lutará até o fim.” O francês falava assim. Não sei se para reconhecer o óbvio ou, pressentindo a derrota dos aliados, para valorizar a nossa luta. Afinal, perderíamos para forças poderosas. Mas como explicar ao mundo uma guerra de três fortes contra um fraco, e suportar a humilhação de ser vencido? (Ibidem, p. 63).

Nesse momento, o soldado-narrador observa a bravura do militar brasileiro em meio aos diversos conflitos contra as forças inimigas. Ele reflete a causa como perdida, pois com as sucessivas derrotas do exército brasileiro, principalmente no início da guerra, existia a previsão de que dificilmente haveria uma mudança brusca de resultados. De fato, a tropa do qual Argemiro fazia parte foi praticamente dizimada pelo inimigo e pelas condições adversas, como o clima e o cólera. Entretanto, os aliados, mediante a destruição do país inimigo e a quase completa dizimação de sua população masculina, foram considerados vencedores.

A metáfora usada pelos personagens identificando o Paraguai como uma “naçãozinha seca” deve-se ao desconhecimento dos aliados em relação ao país a ser enfrentado. Depois, esse mesmo país se torna um “leão”, ou seja, um país feroz, aguerrido e capaz de estraçalhar seu oponente, o que também não se confirmou, pois o país foi submetido às decisões tomadas pelos vencedores da Guerra do Paraguai.

Em relação ao Brasil, ele é classificado como uma exceção na América do Sul, por ter adotado um regime de governo não-republicano. Isso fazia o país ser visto com desconfiança por seus vizinhos, havendo descontentamentos relativos a esse tipo de sistema entre muitos brasileiros:

[...] Chegavam aos ouvidos deles nos quartéis que estranhas idéias vigoravam agora na América do Sul. *Monarquia, planta exótica na América*, apareceu afixado um dia num muro do Rio de Janeiro. Os jornais já se atreviam a criticar abertamente o Império e o imperador, sem temer castigo algum (Ibidem, p. 136 – grifos do autor).

A visão do sistema monárquico brasileiro metaforizado pela expressão “planta exótica na América” fazia grande parcela da população ver seu sistema de governo como algo não adaptado à realidade da América do Sul.

Essas visões contribuíram para o início e prosseguimento do conflito, pois serviam não apenas para refleti-lo, mas também para encorajar os soldados que lutariam contra uma “naçãozinha seca” e, mesmo se fossem derrotados, teriam perdido para “forças poderosas”, pois o Paraguai poderia ser comparado com um “leão”.

No romance, o exército paraguaio possuía grande eficiência e inúmeras táticas que contribuíram para o retrocesso da força armada incumbida de zelar pelas fronteiras brasileiras na região do Mato Grosso. Isso pode ter sido ocasionado pelo fato do narrador e as principais personagens estarem do lado brasileiro. Assim, os mesmos descreviam com maior riqueza de detalhes o que se passava do lado das tropas aliadas e seus movimentos contraditórios, e o outro lado era visto de um modo mais geral, não havendo descrições pormenorizadas do ocorrido no teatro de guerra no lado dos oponentes.

O que fica ressaltado é que muitas batalhas foram perdidas pelas tropas comandadas por Camisão devido a inúmeras rivalidades na tropa, a começar pela decisão de invasão do território inimigo, como vimos anteriormente, onde é realçada a rivalidade entre soldados como Camisão e Juvêncio. Isso pode sugerir o porquê da Tríplice Aliança, com efetivos militares numericamente superiores e com armamentos considerados modernos em relação aos dos paraguaios, tivesse tanta dificuldade em vencer o inimigo comum e dar cabo àquele conflito. No romance de Silva, há maior unidade e união do exército paraguaio em relação ao brasileiro, possivelmente por haver neste último muitas desavenças entre seus membros e indisciplina militar.

Na narrativa de Silva, existe a tentativa de subversão em relação à identificação nacional existente no exército brasileiro. Perante a indisciplina de soldados que fugiram ao combate, deixando um de seus comandantes lutar sozinho diante dos inimigos, os soldados são fortemente repreendidos, alguns sendo fuzilados por seus próprios companheiros de tropa para que fosse restabelecida a ordem:

[...] Aprendam a confiar na pátria e a defendê-la, chusma de miseráveis. Vocês são pagos por ela, passam o tempo todo nas casernas, comendo do bom e do melhor para defendê-la na hora da necessidade. Deveriam fazer isso por amor. Como amor vocês não têm, devem fazê-lo por medo. Se não conseguem amar a pátria, a própria pátria, a mãe de vocês, aprendam a ter medo dela. Temam! A chance de recuperação é a próxima batalha! Às armas, soldados”(Ibidem, p. 126).

Os soldados são ordenados a amarem a pátria que os engendrou como sendo suas próprias mães. Era necessária a identificação deles com sua nação para defendê-la como se defendessem parte deles próprios e precisassem dela para continuar vivendo, morrendo por ela se fosse necessário. Além de combater os inimigos paraguaios, os assassinos dos soldados brasileiros poderiam ser eles próprios, fazendo aumentar a desconfiança recíproca entre os soldados e as rivalidades.

Um dos episódios sugestivos em relação ao deslocamento de identidade ocorre quando frei Mariano, ao exercer sua profissão num povoado próximo da região de conflito, é sequestrado e torturado pelos paraguaios. Como representante da Igreja Católica e reconhecido como uma autoridade do local, ele possuía informações privilegiadas que poderiam comprometer o domínio brasileiro no lugar acaso fossem compartilhadas pelo exército de Solano López. Por fim, o religioso muda de lado, podendo essa mudança ser considerada uma estratégia para ele continuar sua pregação cristã e, principalmente, a viver:

Posteriormente viemos a saber que os paraguaios simularam diversas fugas de frei Mariano e o tiveram como informante durante muito tempo, pois ele, apesar de vários padecimentos, ficou vulnerável às pregações paraguaias e mudou de lado. Passou a ajudar espontaneamente os exércitos de López (Ibidem, p.55).

Esse “espontaneamente” utilizado na narrativa pode ser interpretado como produto de várias torturas e submissões sofridas pelo religioso, logo, a espontaneidade surgiu como uma forma de se adaptar ao conflito. Contudo, ele deixa de ser um mero representante brasileiro, para ser um brasileiro aliado dos paraguaios, havendo uma desconstrução de sua identidade anterior e construção de uma nova.

Além disso, vimos com Bourdieu a existência de ritos onde indivíduos são submetidos para serem identificados como pertencentes a uma certa organização. Em situações de conflito como foi o caso da Guerra do Paraguai, ambos os exércitos passavam por treinamentos, e os militares se submetiam à rituais para se tornarem pertencentes a classe de militares. Entretanto, no campo de batalha, muitos deles se deparavam com situações não praticadas no campo de treinamento, como aconteceu com Mercedes após ter sido incorporada a uma tropa feminina nomeada de “galopeiras”:

Seu batismo de fogo ocorreu em pleno Pantanal. Na hora não deu tempo de assustar-se. Depois, sim, uma confusa rebelião em suas entranhas fez com que vomitasse tudo o que havia comido. Corpos com mãos decepadas, uma perna aqui, o resto do corpo esquartejado adiante – era um cenário pavoroso para ela. Morrer lutando não era um espetáculo difícil de suportar. Quando os instrutores lhe haviam ensinado as artes da guerra, sequer insinuaram, e ela nem imaginou, que as desgraças incluíam o

despedaçamento da pessoa, repartida no campo de batalha. Com o passar do tempo, porém, a tudo se acostumava. A morte virava coisa trivial (Ibidem, p. 205).

O “batismo de fogo” de Mercedes pode ser considerado o seu verdadeiro ritual de passagem, porque, naquele momento ela se deparou com situações reais de guerra, havendo o choque e manifestações corporais como a dor e o enjôo. Esses sintomas tendem a ser comuns em rituais de passagem. Tal situação adversa a fez ultrapassar a linha de uma nova identidade: ela se tornava da maneira mais dolorosa uma militar no exército de López.

Neste capítulo, vimos como situações de conflitos fazem emergir novas ou reafirmar as identidades existentes, bem como podem ser reafirmadas e omitidas considerando as diversas situações vivenciadas pelos representantes de grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo empreendido nesta dissertação é relevante retomarmos algumas reflexões com o intuito de realçarmos as pistas encontradas na obra de Silva em relação às fronteiras identitárias.

No primeiro capítulo, observamos o papel do escritor ser uma função arraigada com o contexto de sua criação. Chartier e Foucault exploram a necessidade de tais intelectuais estarem adequados a esse papel, possibilitando maior aceitação de suas obras pela crítica literária e pelos leitores. Além disso, a literatura aproveita diversos elementos sociais para sua elaboração, conforme vimos em *Facina* e *Candido*, e, tais produções, embora possuam liberdade relativa para serem escritas, não são descoladas da sociedade da qual surgiram. Fator que contribui para essas reflexões é a própria biografia de Deonísio da Silva, em que o autor lança mão de elementos suscitadores de polêmicas, como o fato de, no contexto de criação do romance *Avante soldados: para trás*, estar em voga a discussão da implantação e rumos do Mercosul, colocando como parceiros principais os países em contenda na Guerra do Paraguai, conflito retomado no romance do escritor catarinense.

Com a descrição de algumas das personagens, observamos, em suas falas, elementos caracterizadores da identidade dos representantes coletivos e como as classificações sociais podem ser subvertidas cotidianamente. Vimos que o tema enfocado (um conflito internacional) e o enredo nos possibilitou maior reflexão em relação aos discursos latentes na obra e suas diversas vozes, contribuindo para a construção de uma obra polifônica e intertextual, conforme observamos em Bakhtin, Kristeva e Barros e Fiorin. O diálogo empreendido na obra com outras faz defendermos que ele pode ocorrer entre diversos saberes por intermédio de elaborações interdisciplinares, como foi o caso desta dissertação, pois, sem essa abordagem, tornar-se-ia dificultoso o estudo de fronteiras identitárias na ficção por elas se embasarem em categorizações ocorridas historicamente e estudadas por saberes não estritamente literários.

No segundo capítulo, foram feitas aproximações e distanciamentos entre a literatura e a história pelo romance estudado ter como ponto de partida um evento histórico polêmico ocorrido na Guerra do Paraguai, esta geradora de inúmeras discussões. Observamos três principais vertentes justificadoras do conflito: a tradicional, a revisionista e a regional, todas dignas de estudos e reflexões, embora contraditórias.

Além disso, ficou exposto a dinamicidade encontrada na sociedade em suas esferas histórico-política, pois os grandes inimigos do passado, Brasil e Paraguai, assinaram, juntamente com os outros países sul-americanos envolvidos no conflito internacional, o Mercosul, ou seja, os antigos oponentes se tornavam *hermanos*.

Observamos a exploração, na malha narrativa, de histórias latentes à própria historiografia oficial, o que nos cativou a aprofundar as pesquisas de caráter histórico e a ter novas reflexões sobre as justificativas do conflito internacional.

No terceiro capítulo, enfocamos alguns processos existentes na consolidação da identidade, principalmente na interação entre elas, explicados por Mauss e Durkheim, Barth e Bourdieu.

A produção de Silva expõe algumas pistas não apenas das justificativas do conflito defendidas por algumas das vertentes históricas, mas também a contradição existente em grande parte dos conflitos internacionais desrespeitadores das soberanias dos Estados Nação. Assim, foi necessário a recorrência às publicações de caráter sociológico e geopolítico como as de Matias, Kuper, Elias e Dumont para entendermos a solidificação de alguns Estados Nação e processos geradores de conflitos internacionais.

Por ser colocado no romance um conflito ocorrido em regiões fronteiriças e haver elementos de nacionalidades e etnias diferenciadas, o processo de reafirmação ou reconstrução da identidade pode ser sugerido pelos personagens da obra, como foi o caso do coronel brasileiro Camisão e da militar paraguaia Mercedes. A identidade de ambos é omitida, mas também questionada as classificações diferenciadoras que exercem o papel de não apenas identificar os indivíduos dentro da sociedade e ser identificados por ela, como defende Cuche, mas também exercerem uma função de inclusão e exclusão.

O aprofundamento das discussões nesta dissertação só foi possível ao elaborá-la utilizando uma abordagem interdisciplinar. Seria limitante estudarmos um conflito histórico encontrado na ficção sem recorrermos aos referenciais da história; abordar noções de identidade distanciados da antropologia; e entendermos acordos de cooperação internacional sem buscarmos apoio em publicações de política internacional. Mais do que estudar fronteiras identitárias dentro da ficção literária, esta dissertação transita entre fronteiras de saberes diversos e, graças a esse movimento interdisciplinar, pudemos minimizar algumas dúvidas e suscitar outras que podem motivar a elaboração de trabalhos posteriores.

Conforme vimos em Vasconcelos, as práticas interdisciplinares buscam um diálogo entre os diversos conhecimentos e seu enriquecimento. Com o enfoque interdisciplinar, conhecimentos podem convergir. Mesmo sabendo haver diferenças caracterizadoras, há

pontos de contato que podem alargar o nível de seus enfoques de maneira recíproca. Para isso, não basta simplesmente fazermos diversos recortes de estudos produzidos por vários intelectuais pertencentes a determinadas áreas do conhecimento. É necessário o diálogo que consiste na comunicação igualitária e a nível horizontal entre esses saberes diversos, e essa dissertação foi uma tentativa de colocar essa constatação em prática.

Um estudo interdisciplinar tendo como objeto de análise uma obra literária, só é possível se esta possuir vários elementos dialogando harmonicamente, como é o caso do romance de Silva. Nela, a história oficial é desconstruída e possibilita refletirmos sobre diversos conflitos latentes ao conflito maior, nomeado pela historiografia tradicional brasileira como a Guerra do Paraguai. Classificações como inimigo e aliado também são questionadas no romance quando há camaradas de farda matando uns aos outros como ocorreu com o destacamento chefiado por Galvão que foi abandonado no campo de batalha, bem como no caso dos paraguaios ao atirarem nos seus próprios companheiros na tentativa de matar os brasileiros. Os “inimigos” Camisão e Mercedes se relacionam como amantes e os “aliados” Juvêncio e Camisão se rivalizam de maneira aberta perante a tropa brasileira.

No romance de Silva, as identidades das personagens não são fixas, sendo mutáveis por estarem sujeitas ao aspecto relacional. O fato de ser paraguaia, não faz Mercedes deixar de ser desejada pelos soldados brasileiros e conviver com alguns deles, bem como o fato de ser francês, não faz do “francês” um personagem periférico na trama, pois ele se demonstra fundamental para o exército brasileiro, e suas reflexões sugerem como se dão conflitos internacionais. Assim, a ficção suscita reflexões sobre processos sociais, como a formação de fronteiras identitárias, e nos fornece pistas para o seu entendimento.

Ao elaborar esta dissertação, observamos que a abordagem interdisciplinar possibilita a aproximação de diversos saberes, ou seja, os hífen existentes entre eles como literatura – antropologia – história, podem deixar de ser barras separadoras e tornar-se pontos de contato e convergência.

Embora, conforme observamos em Facina, a literatura não seja um reflexo direto da realidade observada, ela nos oferece pistas para o entendimento dessa mesma realidade. Numa obra como a de Deonísio da Silva, vemos a importância da identidade e suas fronteiras em nosso cotidiano. Através da elaboração desta dissertação, podemos dizer que o pesquisador, até então leigo em relação ao conhecimento das fronteiras identitárias, as entende melhor, graças ao auxílio da ficção e a reflexão proporcionada por ela àqueles que a estudam não como um saber superior ou inferior aos demais, mas sim uma narrativa que,

mesmo ficcional, nos permite desvendar o que não é dado diretamente pela percepção comum, e que nos traz sempre algo a mais.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador: e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- _____. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüística*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BARROS, Diana L. P. de. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1999.
- ECO, UMBERTO. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASANOVA, Pablo González. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006: 21.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de. *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CRUZ, Juliana Votto. *A construção do sujeito histórico em Avante, soldados: para trás*. Dissertação de Mestrado em História da Literatura. Rio Grande: UFRS, 2007.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.
- DAMATTA, Roberto da. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- ECO, Humberto. *Passeio pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ELIAS, Norberth. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.
- MACHADO, Luiz Toledo. *Formação do Brasil e unidade nacional*. São Paulo: IBRASA, 1980.
- MATIAS, Eduardo Felipe P. *A humanidade e suas fronteiras: do estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2005.
- MENEZES, Alfredo da Mota; FILHO, Pio Penna. *Integração regional: os blocos econômicos e as relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- MICHEL, Gislaine Aparecida. *Augusto Roa Bastos e Cándido López [manuscrito]: invenção de realidades na Guerra Grande*. UFMG: 2008.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.
- POMER, Léon. *A guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense*. São Paulo: Global, 1980.
- SILVA. Deonísio da. *Avante, soldados: para trás*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- _____ Entrevista concedida a Rinaldo Fernandes. Disponível em: <www.plataforma.paraapoesia.com.br>. Acesso em: 01 jul. de 2001.
- _____ Entrevista concedida a Augusto Nunes. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=BezRINE5H3U>>. Acesso em: 10 ago. de 2001.
- TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- TRASK, R.L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.
- TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.